

FEMINISMO NEGRO AMERICANO: O CONCEITO JURÍDICO DE DISCRIMINAÇÃO MÚLTIPLA A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE.	05
A TRADIÇÃO DA COZINHA JAPONESA NO VALE DO SINOS: ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS SOCIAIS E O PATRIMÔNIO ALIMENTAR NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS.	10
EXPERIÊNCIAS DE HIPERMÍDIA EM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UM ESTUDO DA PROPOSTA MADEFIRE.	14
A OPERACIONALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL POR MEIO DE PESQUISAS AVALIATIVAS DE ENFOQUE MISTO.	19
CONSUMO E FELICIDADE NO MARKETING DA EMPRESA “PÃO DE AÇÚCAR”.	24
RAUL SEIXAS: UMA INTELIGENTE E AGUÇADA CONSTATAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.	29
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES SOB A ÓTICA DA CULTURA.	34
ISSUES OF METHOD & IDEOLOGY IN THE NEW WAVE OF GLOBAL INDIGNATION THE SPANISH 15M AS CASE STUDY.....	38
FILHOS DA SOCIEDADE DO CONSUMO E A (IM)POSSIBILIDADE DE NEGOCIAR A INFÂNCIA.	40
VIOLÊNCIA NA/ DA E CONTRA ESCOLA.	45
AGRICULTURA FAMILIAR, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO DE CASO NO VALE DOS VINHEDOS.	50

ANÁLISE DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO À LUZ DA GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA.	54
A PADRONIZAÇÃO OPERACIONAL VOLTADA PARA A QUALIDADE DE PRODUTO.	59
BLOG MEMÓRIA DIGITAL DO LABORATÓRIO 24 HORAS DO CURSO CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO DO UNILASALLE CANOAS-RS.	64
CALEIDOSCÓPIO DE INFLUÊNCIAS: REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA E ETHOS DO AMBIENTE DA DANÇA DO VENTRE NO BRASIL.	70
A GENEALOGIA DA ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DIGITAL.	71
A EMOÇÃO MEDIADA PELA TECNOLOGIA: UM ESTUDO DA IMAGEM DA CRIANÇA EM CONEXÃO COM AS EMPRESAS OI, CLARO E VIVO.	76
ALINHANDO ESTRATÉGIAS NO SETOR PÚBLICO.	82
A REPRESENTAÇÃO DO JORNALISTA ESPORTIVO NOS FILMES “HELENO”, “GARRINCHA” E “BOLEIROS”.	87
PET-SAÚDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA AOS PRINCÍPIOS DO SUS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA.	92
A MEMÓRIA DO CINEMA EM CINEMA PARADISO.....	97
O JORNALISMO COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL- CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE.	102

ENTRE PRÁTICAS DISCURSIVAS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: O COTIDIANO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.	106
O TRABALHO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.	111
MÍDIA E DEMOCRACIA: A CRÍTICA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE MELHORA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS.	116
JORNAL EL COMERCIO DO PERU: FORMAS DE INTERAÇÃO NO PORTAL DO PERIÓDICO.	122
O ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).	127
A ASSESSORIA DE IMPRENSA COMO FERRAMENTA DE MARKETING E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DA MARCA.	134
DE INMIGRANTE A EMPRESARIO: FACTORES DETERMINANTES PARA LA INICIACIÓN EN LOS NEGÓCIOS DENTRO DE LOS EE.UU.	139
A CONSTRUÇÃO GRÁFICA DA IDENTIDADE DO BLOG KATYLENE.COM.	143
IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE ACIDENTES DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO METAL-MECÂNICO.	148
JORNALISMO LITERÁRIO NA REVISTA <i>ISTOÉ</i>: RECURSOS NARRATIVOS NA COMPOSIÇÃO DE UMA REPORTAGEM.	153
INOVAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR QUIMICO DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS, RS – BRASIL.	158

OS CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL À LUZ DA LC 140/2011.	165
UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES REGULATÓRIAS DA MÍDIA VOLTADAS PARA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA CULTURA DO CONSUMO.	170
MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES HUMANAS: A JUSTIÇA RESTAURATIVA.	175
O BRASIL ESTÁ, ATUALMENTE, PREPARADO PARA ASSEGURAR OS DIREITOS HUMANOS INERENTES AOS APÁTRIDAS?	182
O ARTIGO 482 DA CLT À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.	187
RECORTES DA IMAGEM DO BRASIL: A INTERTEXTUALIDADE EM CHARGES JORNALÍSTICAS SOBRE A COPA DO MUNDO FIFA 2014.	194

FEMINISMO NEGRO AMERICANO: O CONCEITO JURÍDICO DE DISCRIMINAÇÃO MÚLTIPLA A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE

Rodrigo Da Silva - Uniritter¹

Feminismo Negro. Discriminação Múltipla. Discriminação Interseccional. Direito da antidiscriminação.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática os estudos do movimento feminista negro americano e a sua relação com o direito da antidiscriminação e os critérios proibidos de discriminação. Com a verificação do chamado fenômeno jurídico da discriminação múltipla, em que mais de um critério proibido de discriminação se faz presente em casos de discriminação, se questiona: a abordagem de tal fenômeno de forma meramente aditiva e quantitativa é o suficiente ou uma abordagem qualitativa e contextualizada não se mostra mais adequada ao tema? Neste sentido, se tem como objetivo geral o de analisar a contribuição do feminismo negro para a interpretação de tal caso. Em um segundo momento, se tem como objetivo específico, verificar a conceituação de interseccionalidade vinda do feminismo negro e a possibilidade do seu uso na interpretação do conceito jurídico de discriminação múltipla.

O direito da antidiscriminação envolve modelos, institutos e técnicas jurídicas de proteção contra a discriminação e promoção do princípio da igualdade. Com efeito, o estudo do conceito jurídico de discriminação múltipla, incipiente no ordenamento jurídico internacional, deve seguir o máximo de aproximação do que, concretamente, ocorre no cenário social. Para tanto, há a questão se, para um melhor entendimento do conceito jurídico de discriminação múltipla, a ótica do feminismo negro não representa uma contribuição. Com o feminismo

¹ Rodrigo Da Silva é advogado e pós-graduado pela PUCRS. É graduado em Direito pelo Uniritter. É bolsista do CAPES (CNPq) e mestrando em Direito no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

negro, a visão desenvolvida poderia contribuir para uma interpretação não quantitativa, mas qualitativa e contextualizada dos casos de discriminação múltipla.

Ao buscarmos um entendimento contextualizado de discriminação múltipla às estruturas de discriminação existentes na sociedade, se abre a possibilidade de medidas protetivas mais eficazes da igualdade dentro do direito discriminatório. Assim, com base em dados bibliográficos sobre o tema, se buscará analisar a discriminação múltipla sob o ponto de vista contributivo do feminismo negro americano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante os debates e lutas advindas dos movimentos feministas, houve o desenvolvimento teórico através do chamado feminismo negro americano. Em tal contexto social, se identificou a diversidade de identidades dos sujeitos envolvidos em fenômenos discriminatórios, principalmente no relativo às mulheres negras. Por conseguinte, uma série de novas interpretações aos fatos sociais envolvendo discriminações por motivo de sexo foi constatada pelo feminismo negro².

Aliado a isso, o Direito, como ciência social aplicada, ao capturar os fatos sociais discriminatórios, se desenvolveu através de uma disciplina própria, o direito da antidiscriminação. Em tal disciplina, há a enumeração de critérios proibidos de discriminação como técnicas legislativas de proteção contra o fenômeno discriminatório³. Com o tempo, o direito da antidiscriminação se deparou com as situações em que os critérios proibidos enumerados, em uma mesma situação discriminatória, se encontravam, criando múltiplos fatores discriminatórios. Isto redundou na eleição do conceito jurídico de discriminação múltipla⁴, presente em alguns diplomas legais de direito internacional.

² HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody**. Cambridge: South and Press, 2000, p. 55.

³ RIOS, R.R. 2008. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, p.13

⁴ COMISSÃO EUROPEIA, 2009. **Multiple Discrimination in EU Law – Opportunities for legal responses to intersectional gender discrimination?**, EMPL/G/2, Decision 1672/2006/EC of the European Parliament and the Council, OJ L 315/1 of 15.11.2006, p. 9.

Com esta perspectiva se verificou que as identidades pessoais não devem ser vistas de maneira fixa, mas, sim, dinâmica. Ademais, houve a constatação que, em determinados momentos de discriminação, os fatores de discriminação intersectados não poderiam ser vistos sob uma perspectiva aditiva e quantitativa, mas, sim, interseccional e qualitativa, sob pena de gerar invisibilidades estruturais de dominação⁵. Isto tudo, advindo de forma pioneira dos estudos do feminismo negro americano⁶.

O presente trabalho se dedica à análise das questões centrais debatidas no feminismo negro americano e a sua contribuição para um entendimento sobre o conceito jurídico de discriminação múltipla.

3. METODOLOGIA

O método de pesquisa será o hipotético-dedutivo. Técnicas de Pesquisa: bibliográfica.

4. RESULTADOS

Analisando os dados obtidos através da bibliografia estudada, se pode inferir que, para uma análise concreta das situações de discriminação múltipla, a visão contextualizada das identidades se mostra pertinente. Em face disso, um traço importante é o de se atentar para o caráter dinâmico das relações sociais e a não fixidez das identidades dos envolvidos, sem a mera adição de critérios proibidos de discriminação. A abordagem qualitativa advinda do entendimento sobre a interseccionalidade se coaduna a tal perspectiva. Neste sentido, os estudos do feminismo negro americano nos contemplam com uma visão holística sobre as situações discriminatórias experimentadas. Ademais, o movimento feminista negro americano nos remete à conceituação de interseccionalidade, o que nos permite uma interpretação apurada sobre o que é discriminação múltipla. A contribuição do feminismo negro, portanto, vem ao encontro de uma aplicação mais efetiva dos institutos do direito antidiscriminatório.

⁵ CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n. 12, p. 65.

⁶ FREDMAN, S. 2011. **Discrimination law**. 2nd edition. New York: Oxford University Press, p. 140.

5. DISCUSSÃO

Com os resultados obtidos, verificamos que a adoção da teoria da interseccionalidade nos permite um entendimento maior sobre as estruturas de dominação as quais se submetem indivíduos e grupos subordinados. Como salienta Kimberlé Crenshaw:

“...uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.(...)”⁷.

Neste sentido, a partir do contributo feminista negro, a apreensão do conceito de interseccionalidade ao conceito jurídico de discriminação múltipla nos permite uma compreensão do fenômeno discriminatório com significativa proximidade do fato social eleito.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho é a de buscar respostas a uma interpretação do conceito jurídico de discriminação múltipla. Em decorrência disso, se questionou se era mais adequada uma abordagem quantitativa ou qualitativa acerca do tema. Nesta esteira, se buscou analisar a contribuição do feminismo negro americano neste debate e o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade. A partir dos dados estudados, se verificou que uma interpretação baseada na interseccionalidade se mostra mais apta dentro do direito antidiscriminatório, viabilizando técnicas mais eficazes no combate à discriminação e promoção da igualdade.

⁷ CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n. 12, p. 177.

REFERÊNCIAS

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, **Council Directive 2000/43/EC of 29 June 2000 implementing the principle of equal treatment between persons irrespective of racial or ethnic origin**, de 19 de julho de 2000. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32000L0043:en:HTML>> Último acesso em 19 março 2013.

CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n. 12, p. 171-188, janeiro.

FREDMAN, S. 2011. **Discrimination law**. 2nd edition. New York: Oxford University Press.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody**. Cambridge: South and Press, 2000.

RIOS, R.R. 2008. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

A TRADIÇÃO DA COZINHA JAPONESA NO VALE DO SINOS: Estudo sobre trajetórias sociais e o patrimônio alimentar nas metrópoles contemporâneas

Aline Ramos Barros Shimoda¹

Ana Luiza Carvalho da Rocha²

Palavras-chave: Cozinha Japonesa. Sociedade Complexa. Globalização. Tradição.

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema de pesquisa a cozinha japonesa e suas tradições através da trajetória social de indivíduos pertencentes a uma sociedade complexa. Pretendemos compreender as narrativas biográficas de donos e gerentes de restaurantes de comida japonesa no Vale do Sinos no que tange à disseminação da tradição da cozinha nipônica nos centros urbanos no sul do Brasil. A pesquisa tem seu foco no estudo do universo da cozinha japonesa, seus saberes e fazeres (DE CERTAU, 1998), permeando as trajetórias de duas gerações de famílias em conexão com as categorias culinárias da comida japonesa, entendida nos termos que aponta Maria E. Maciel (2006) como sendo comestíveis, preferenciais, cotidianas e emblemáticas. Em decorrência, temos que o preparo e os métodos culinários, assim como as práticas alimentares dos japoneses se conectam diretamente com sua raiz cultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cozinha e a culinária constituem-se, desse modo, partes integrantes de um sistema alimentar que Maciel (2006, p.89) aponta ser entendido a partir de Lévi-Strauss e também Catherine Péroles, a existência de uma diferenciação conceitual entre os termos. Portadores de códigos complexos que possibilitam a identificação de grupos sociais e possível compreensão em estudos determinados na dinâmica social e cultural, a cozinha define-se como um “patrimônio cultural alimentar”, é a particularidade de um povo e, juntamente, traz a identidade estampada em sua comida.

¹ Graduada em Comunicação Social – Habilitação Relações Públicas na Universidade Feevale/RS e Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela mesma Universidade.

² Doutora em Antropologia Social pela Université Paris V René Descartes, Professora da Universidade Feevale/RS.

A culinária é, nesse sentido, um elemento pertencente à cozinha e está relacionada ao preparo ou à maneira de fazer o alimento (MACIEL, 2006). Ambas, cozinha e culinária permitem, aqui no caso, o estudo das articulações de vários elementos que dão sentido, no interior das práticas culturais alimentares japonesas, à criação de determinados pratos, como, por exemplo, o *sushi*. Assim, Franco (2001, p. 23) considera que os atos alimentares não são decorrentes de um instinto de sobrevivência, ou seja, de uma necessidade humana de se alimentar, mas sim é um ato que faz parte da “expressão de sua história, geografia, clima, organização social e crenças religiosas”, prospecta-se que o interesse por esse diferenciado cardápio, o *sushi* e outros pratos da cozinha japonesa, está intimamente ligado aos aspectos culturais.

A partir dos estudos das sociedades complexas conduzidos por Gilberto Velho (1987) e seu orientandos, que a cozinha faz e é parte de complexos processos sociais e de suas travessias, uma vez que ela está diretamente ligada a questões complexas, como a da construção de identidades sociais e étnicas. Entendendo-se que o fenômeno da identidade relacionado aos estudos de memória (ECKERT; ROCHA, 2013) não é imutável, e que a cozinha e a culinária dele fazem parte, consideramos ambas no interior do estudo de narrativas etnobiográficas do campo antropológico. Ou seja, fenômeno que integra um processo coletivo mutável, sujeito às articulações entre a tradição e a memória, por um lado, e os fenômenos da globalização, por outro.

Mintz (2001, p.2) nesse sentido, vem traçar uma breve revisão dos referenciais entre a comida e seu campo científico, a partir dos anos oitenta do século XX, em que a “antropologia tem se ocupado com a comida e, particularmente com os papéis que desempenha na organização da vida social”.

Sob o prisma dos estudos da globalização, Proença (2012) considera que as *áreas gourmets* não estão necessariamente associadas à tradição de uma prática culinária no contexto das metrópoles, mas ligadas diretamente a uma nova concepção de enraizamento espacial no que tange às práticas alimentares. E segundo sustenta Rial (1997), as práticas alimentares submetidas a processos de globalização nas grandes cidades inserem-se no interior de projetos de expansão econômica de estruturas laborais de negócios que contemplam, no seu interior, diversidade cultural, concretamente articulando lógicas de padrões distintos, ao mesmo tempo, visando à homogeneização, mas através do culto aos valores locais.

METODOLOGIA

O aporte metodológico se alinha à perspectiva da etnometodologia como forma de produção do conhecimento sobre os fenômenos sociais dentro de sociedades complexas, no contexto de uso das entrevistas não diretivas para os estudos de memória e narrativas etnobiográficas. Tendo forte inspiração nos estudos etnográficos em contextos metropolitanos, não temos a pretensão de situar este trabalho como sendo genuinamente antropológico. A intenção é a de proporcionar uma nova perspectiva interdisciplinar para os estudos sobre o tema em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comida não se restringe a uma substância alimentar, ela traz consigo fatores intimamente ligados a aspectos sociais. Um exemplo disso está na célebre frase de Brillat-Savarin, autor francês da obra *Fisiologia do Gosto* (*Physiologie du Gout*, 1825), “dize-me o que comes e eu te direi quem és”. Uma afirmação que sugere a amplitude dos significados que certos estilos alimentares baseados em cardápios considerados exóticos (e até mesmo refutados por alguns povos), podem assumir no interior de uma tradição gastronômica.

Se a cozinha faz integrar processos sociais e coletivos, e se toda a identidade dos grupos humanos é constantemente reconstruída, no plano das práticas culturais, a cozinha e a culinária japonesa no mundo moderno-contemporâneo podem ser interpretadas no interior de uma constante mutação. A cozinha e a culinária japonesa se apresentam, assim, como um processo histórico que articula alimentos referenciados a uma tradição de origem “exótica” no que tange às culinárias alemã, italiana e gaúcha da região.

Nesse ponto, o estudo pretende contribuir para essa área temática, ao procurar compreender essa dinâmica cultural apontada entre a comida e a sociedade, permeando espaços simbólicos e áreas diversificadas na compreensão desses fazeres e saberes alimentares.

REFERÊNCIAS

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Rio de Janeiro, RJ: Petrópolis, Vozes, 1998.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade**. São Paulo, SP: Revista Margem Tecnologia, Cultura PUC, EDUC-FAPESP, 1998.

FRANCO, Ariovaldo. **De Caçador a Gourmet: Uma história da Gastronomia**. São Paulo, SP: Editora Senac, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Os Sabores do Patrimônio. *In: _____*. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia, GO: Alternativa, 2006.

MINTZ, Sidney N. **Comida e Antropologia: uma breve revisão**. Revista Brasileira de Ciência Sociais Vol.16, nº47. 2001. Disponível em:
<http://www.4shared.com/office/IOPTmj/COMIDA_E_ANTROPOLOGIA_Uma_brev.html>
. Acesso em: 18 ma. 2013.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. **Alimentação e Globalização: algumas reflexões**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a14v62n4.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

RIAL, Carmen. **Os fast-foods uma homogeneidade contestável na globalização cultural**. Florianópolis, SC: UFSC, 1997. Disponível em:
<<http://www.cfh.ufsc.br/~antropos/07.%20Os%20charmes%20dos%20fast-foods%20e%20a%20globalizacao%20cultural.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1987.

EXPERIÊNCIAS DE HIPERMÍDIA EM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UM ESTUDO DA PROPOSTA MADEFIRE

Robson Francisco Nunes¹

Palavras-chave: Hipermídia. Histórias em Quadrinhos. Narrativa.

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte da dissertação do autor para o Mestrado Acadêmico em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. O conteúdo aqui veiculado reúne uma parcela de um estudo maior voltado para as narrativas de Histórias em Quadrinhos adaptadas para dispositivos móveis de leitura, consequência do levantamento do Estado da Arte² sobre este tema. O objetivo é analisar o funcionamento de uma narrativa gráfica em um suporte de hipermídia que reúne aspectos narrativos como texto, imagens, vídeos, som e movimentos para construir um novo estilo de história em quadrinhos. Por isso, este trabalho trará parte da análise de como os recursos de hipermídia contribuem na experiência narrativa e no aumento do ritmo de aquisição do leitor, com base nos estudos de Manovich (2006), Eisner (2001) e McCloud (2006), na primeira edição da revista digital intitulada *Treatment*, do autor David Gibbons, publicada em 2012 pela editora estadunidense Madefire. A partir disso, identificar quais e que tipos de elementos textuais compreendem este exemplo de hipermídia, utilizando-se da Teoria Fundamentada, ou *Grounded Theory* (LAPERRIÈRE, 2010).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As histórias em quadrinhos em sua forma clássica de apresentação, como nas suas primeiras aparições nas tiras de jornais em 1895 e mais tarde já na sua própria mídia, as revistas em quadrinhos, em 1934, são uma das incontáveis formas narrativas já articuladas pelo homem (BARTHES, 1976). Porém elas ganharam uma nova forma de apresentação a partir da evolução dos processos e manifestações culturais proporcionados pelos computadores (LÉVY, 1993), pelos meios digitais e pela internet (MCCLOUD, 2006). É neste contexto que surgiram as histórias em quadrinhos adaptadas para os dispositivos móveis

¹ Mestrando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale

² Trabalho completo publicado pelo autor nos Anais do VI Simpósio Nacional da ABCiber, realizado em novembro de 2012 na Universidade Feevale.

de leitura digital, ou os conhecidos *gadgets*³, como tablets e telefones celulares inteligentes. Nestes suportes temos a vinculação da hipermídia (MANOVICH, 2006), ou seja, uma mídia que permite à secular arte das histórias em quadrinhos a possibilidade de agregar outros aspectos comunicacionais e multimídias, transformando a arte sequencial (EISNER, 2001) em um produto narrativo híbrido, mesclando as novas mídias e as formas culturais de linguagem mais antigas.

Conforme Manovich (2006) a revolução da mídia computador afeta vários estágios da comunicação. Para o autor (2006), a mídia de massa e o processamento de dados cresceram lado a lado, complementarmente, integrando processos criativos e tecnológicos. Com isso, é possível relacionar as mídias antigas (já consagradas e consolidadas) em um suporte de telas eletrônicas, som, vídeo e arte sequencial. Equipamentos hipermidiáticos como os tablets agregam os textos que formam as adaptações das histórias em quadrinhos. É importante citar que a adaptação não é a simples transição do meio papel para o digital, como relata Lévy (1993), dos átomos para os bits, mas sim como propõe Leté (1994, p. 144) “trabalhar, modelar, uma narrativa em função das possibilidades ou, ao contrário, das impossibilidades, inerentes ao meio”. No caso da revista *Treatment*, temos a adaptação propriamente dita desta forma de arte, pois a narrativa abrange toda a gama que o suporte tecnológico proporciona. Sobre a conceituação de hipermídia, Franco (2004, p. 144) argumenta que este é o “conjunto de multimeios formado por uma base tecnológica comunicacional multilinear e interativa”, confirmando a atuação dos tablets e celulares neste processo de adaptação. Através dessas hipermídias é possível acessar informações entrelaçadas e representadas por links de acordo com o navegador e as decisões do leitor. Qualidades também vistas na narrativa de histórias em quadrinhos digitais propostas pela editora Madefire.

METODOLOGIA

Seguindo a premissa estipulada na introdução, a metodologia utilizada será a Teoria Fundamentada. Este formato de pesquisa está ligado a fenômenos sociais que ainda não possuem uma expressiva gama de estudos ou estudiosos específicos. Conforme Laperrière (2010), este tipo de pesquisa objetiva a construção de teorias empiricamente fundamentadas a qual sua temática possui poucas análises articuladas, o que foi constatado no referido levantamento do Estado da Arte⁴. Com a construção metodológica e os objetivos traçados, as

³Termo que inglês significa “geringonça”, nota e tradução do autor.

⁴ Trabalho completo publicado pelo autor nos Anais do VI Simpósio Nacional da ABCiber, realizado em novembro de 2012 na Universidade Feevale.

análises iniciais trarão as características da narrativa apresentada e por fim um cruzamento de informações que permitirão a teorização e construção dos resultados e interpretações finais. A busca é dissecar os recursos narrativos usados na nova forma narrativa de histórias em quadrinhos apresentada pelo estudo da revista digital (*Treatment*) e como eles aceleram o ritmo de aquisição da leitura. Como propõe a Teoria Fundamentada, as interpretações e análises são feitas ao mesmo tempo em que é feita a pesquisa (levantamento de dados).

RESULTADOS

Com a análise da revista *Treatment*, uma narrativa em histórias quadrinhos adaptada para o formato hipermidiático, possibilitado pelos tablets e telefones celulares, foi possível identificar características encontradas nas narrativas gráficas (EISNER, 2005) tradicionais, feitas para o formato de revistas em papel. Entre essas características está a soma entre textos e imagens, onomatopeias, balões de diálogos, quadros, requadros e sugestões de movimentos, todas essas, formas da mídia anterior (revistas impressas).

A análise inicial nos traz características também vistas em adaptações de histórias em quadrinhos para o formato digital, mais especificamente para mídias como o CD-Rom, como ocorreu na segunda metade dos anos 90. Entre elas, as páginas eletrônicas, tridimensionalidade, som, animações (movimento) e interatividade. Temos então uma soma de características narrativas criadas em duas épocas distintas, que são traduzidas em um novo equipamento de leitura digital em uma terceira geração de inovação das histórias em quadrinhos. E essa terceira geração afeta diretamente uma característica narrativa encontrada em todas as formas já criadas pelo homem de se contar uma história. Ela é descrita por Eisner (2001) como “ritmo de aquisição” de leitura. Este resultado aqui encontrado é gerado principalmente pelas características hipermidiáticas suportadas pelos novos equipamentos eletrônicos.

DISCUSSÃO

Franco (2004, p. 144) afirma que a hipermídia é uma “mídia revolucionária por trazer no seu cerne a necessidade de interação/reação do receptor/navegador”. No caso da experiência narrativa da revista *Treatment*, esta necessidade de interação está expressa no passar das páginas, aberturas de quadros de texto e andamento direto das ações narrativas. As ações narrativas, conforme Genette (1976), são literalmente as ações que dão andamento ao conto, história, mito ou epopeia. Elas são feitas pelos personagens, e seriam, em um exemplo da narrativa escrita, a inserção de verbos. Como lidamos com um suporte hipermidiático, as

ações narrativas são, assim como no cinema e nas animações para a televisão, vistas pelo movimento e pelos diálogos dos personagens. Com isso, o próprio leitor influencia o ritmo da leitura, permitido com o toque na tela. Isso nas mídias anteriores, como na revista em quadrinhos, seria como o passar de páginas, no entanto, a narrativa hipermidiática pode, após o toque na tela do tablet ou celular, montar uma cena e contar um novo período narrativo por meio do som e das animações, aumentando o grau do chamado ritmo de aquisição, dando uma fluência maior à leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como primeiras considerações da experiência narrativa construída pela editora Madefire, possibilitada por um suporte hipermidiático (tablets e telefones celulares), constatamos, por meio da Teoria Fundamentada, que a hibridização de mídias consolidadas como a Arte Sequencial e a animação e som constituem na primeira edição de *Treatment* uma narrativa que possibilita uma leitura mais rápida do que acostumamos ter em uma revista em quadrinhos impressa. Isso porque os recursos multimídias transformam os períodos narrativos (cenas) antes vistos como estáticos ou como sugestões de movimentos nas histórias em quadrinhos das revistas impressas, em períodos narrativos animados, formando a história automaticamente, quebrando a barreira da leitura da narrativa escrita (texto narrativo). O que antes era um texto narrativo único, com a soma entre linguagem gramatical tipografada e arte desenhada (MCCLLOUD, 1993) tornou-se uma mescla entre arte sequencial clássica e animação possibilitada pelo computador. Nas animações, as informações estão prontas, e na arte sequencial, as informações precisam ser interpretadas e criadas pela mente do leitor.

Pode-se constatar ainda (também de forma inicial) que esta experiência de narrativa hipermidiática está em um estágio acima da narrativa gráfica quando se trata de ritmo de aquisição, ou seja, está mais acelerada. Já em um comparativo com narrativas como cinema e desenhos animados, ela está em um escala abaixo, pois estes possibilitam uma absorção e ritmo de aquisição ainda maior do que a leitura de histórias em quadrinhos impressas e da nova narrativa da Madefire.

Com o presente estudo, que terá continuidade na progressão da dissertação sobre narrativas adaptadas para dispositivos móveis de leitura, abriram-se margens e possibilidades de interpretação para o aprofundamento de cada uma das características aqui apresentadas e um comparativo ainda mais amplo entre as narrativas de histórias em quadrinhos do meio papel para o meio hipermidiático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte seqüencial**. São Paulo: Martins Fontes 3 ed., 2001.

_____. **Narrativas Gráficas**. São Paulo: Devir, 2005.

FRANCO, Edgar Silveira. **HQtrônicas: do suporte papel à rede Internet**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

GENETTE, Gérard. *Fronteiras da Narrativa*. In BARTHES, Roland et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976.

LAPERRIÈRE, Anne. *A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares*. In: POUPART, J. DESLAURIERS, J-P; GROULX, L-H.; LAPERRIÈRE, A. MAYER, R.; PIRES, A.P. **A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos**. In: Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência – O futuro do Pensamento na Era da Informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

MANOVICH, Lev. **El lenguaje de los nuevos medios de comunicación**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos (história, criação, desenho, animação, roteiro)**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 1993.

_____. **Reinventando os quadrinhos** (como a imaginação e a tecnologia vêm revolucionando essa forma de arte). São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2006.

NUNES, Robson Francisco. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA INTERNET: LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE. In VI Simpósio Nacional da ABCiber. Novo Hamburgo, RS: *Anais...*2012.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LETÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994.

A OPERACIONALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL POR MEIO DE PESQUISAS AVALIATIVAS DE ENFOQUE MISTO

Evelise Lazzari¹ - PUCRS

Palavras-chave: Assistência social. Vigilância socioassistencial. Pesquisas avaliativas. Enfoque misto.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta alguns elementos do projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. O tema delimitado trata sobre as pesquisas avaliativas de enfoque misto, enquanto ferramentas de operacionalização da vigilância socioassistencial, no âmbito da política pública de assistência social.

Parte-se da premissa de que as pesquisas avaliativas de enfoque misto podem constituir-se enquanto ferramentas indicadas para a operacionalização da vigilância social. O problema consiste em desvendar como as pesquisas avaliativas de enfoque misto podem contribuir para a operacionalização da vigilância social no âmbito da política pública de assistência social?

O objetivo geral do projeto consiste em demonstrar a relevância e a pertinência da utilização das pesquisas avaliativas de enfoque misto na operacionalização da vigilância socioassistencial no âmbito da política pública de assistência social, buscando aproximações que subsidiem uma melhor compreensão sobre o tema, no intuito de contribuição para a qualificação da referida política pública.

Os objetivos específicos se propõem à: desenvolver e sistematizar estudos que versem sobre pesquisas avaliativas de enfoque misto e sua contribuição na operacionalização da vigilância social no âmbito da política pública de assistência social; demonstrar a relevância e a pertinência da articulação do enfoque misto nas pesquisas avaliativas, visando contribuir para a qualificação da ferramenta a ser utilizada na operacionalização da vigilância social no âmbito da política pública de assistência social; desenvolver e sistematizar estudos sobre vigilância social e sobre assistência social no Brasil e; caracterizar a função de vigilância social no âmbito da política pública de assistência social, demonstrando que sua

¹Assistente social; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Bolsista CNPq.

operacionalização implica na utilização das pesquisas avaliativas de enfoque misto como ferramenta.

Demarca-se previamente a perspectiva dialético-crítica como opção metodológica e a pesquisa bibliográfica e pela análise documental entre os procedimentos da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Parte-se do entendimento de que a avaliação é “um processo sistemático de análise de atividade(s), fato(s) ou coisa(s) que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”. (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p. 25). Ou ainda,

uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes [de uma atividade] ou de um conjunto de atividades específicas [...] com propósito de produzir efeitos e resultados concretos. (AGUILAR; ANDEREGG, 1995, p. 31-32).

Neste sentido, não se limita ao julgamento e emissão de juízos de valor, mas sim têm a intenção maior de ser uma ferramenta na operacionalização das políticas sociais. A realização da avaliação demanda uma série de procedimentos qualificados, pois a cientificidade agrega a compreensão de que o “desenvolvimento da pesquisa avaliativa traz no cerne não apenas a importância da avaliação como o modo de julgar processos ou ações, mas traz a apreensão de que a avaliação é produção de conhecimento” (BARREIRA, 2002, p. 17).

A relevância de instituir processos avaliativos nas políticas sociais está na

averiguação sistemática do cumprimento de sua função social. Neste sentido, a avaliação tem o duplo objetivo de autoconhecimento e de formulação de subsídios para a tomada de decisão institucional, com a finalidade de promover o aprimoramento da política implementada e a concretização dos objetivos da sociedade ou grupo social a que se destina. (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p. 45).

A abordagem que melhor responde às necessidades postas pela pesquisa avaliativa é a quanti-qualitativa ou de enfoque misto, que associa dados quantitativos e qualitativos, considerando que não são opostos, mas sim se complementam na busca por melhores resultados. O ponto de partida para discorrer sobre enfoques mistos, o fato de que é insuficiente tratar qualquer objeto de pesquisa somente por seus aspectos qualitativos ou quantitativos. Isto porque, “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos

quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados”. (PRATES, 2012, p. 117).

3 METODOLOGIA

Entre os procedimentos metodológicos estão o tipo de pesquisa, o qual elegeu-se: a pesquisa bibliográfica e a análise documental de abordagem quanti-qualitativa. Será dada mais ênfase aos dados qualitativos por serem capazes de perceber “a relação inseparável entre o mundo natural e social, entre pensamento e base material; entre objeto e suas questões; entre a ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam” (MINAYO, 2004, p. 12). No entanto, durante as diferentes etapas da pesquisa, os dados quantitativos não serão dispensados, pois estes veem no sentido de complementar os dados qualitativos e subsidiar a análise, conjugando assim o enfoque misto na metodologia da presente pesquisa.

A pesquisa bibliográfica privilegiará a exploração de conceitos, definições, proposições e análises sobre pesquisas avaliativas de enfoque misto e sua aplicação junto às políticas sociais públicas. A análise documental permitirá a exploração de documentos que não foram motivo de tratamento analítico na busca de informações de interesse do pesquisador, com o objetivo de constituir um *corpus* documental.

A coleta de dados se concretizará por meio do levantamento, seleção, ordenação e análise das fontes de pesquisa bibliográfica, buscando identificar conceitos, definições, proposições e metodologias afetas às pesquisas avaliativas de enfoque misto e sua aplicação junto às políticas sociais públicas; das fontes documentais, dispostas no aparato-legal sobre vigilância social e demais materiais que venham corroborar a temática de pesquisa para constituir o *corpus* de análise.

Paralelamente, se iniciará o processo de organização do material, com a revisão das categorias definidas *a priori*, a definição ou redefinição de variáveis e indicadores, conforme os objetivos da pesquisa, que iram nortear os aspectos a serem analisados. As categorias já definidas são totalidade, historicidade, contradição e mediação.

Por fim, passa-se à descrição detalhada dos resultados da pesquisa, onde serão feitas as inferências que se julgar pertinentes. Esta etapa de interpretação e análise dos dados consiste em uma retomada dos objetivos do projeto, possibilitando um novo olhar sobre o tema, para enfim explicitar as descobertas, e devolver à sociedade, conhecimento que lhes seja útil na operacionalização da vigilância social no âmbito da política pública de assistência social. Para tanto optou-se pela utilização da análise de conteúdo.

4 RESULTADOS

O projeto encontra-se atualmente em sua fase inicial, sendo que os dados coletados ainda não foram organizados ou analisados de forma mais aprofundada.

5 DISCUSSÃO

Mesmo a pesquisa encontrando-se em fase inicial, torna-se indispensável mencionar que a produção bibliográfica sobre vigilância socioassistencial ainda é deveras escassa, ainda mais quando relacionada à política de assistência social. Ademais, os municípios apresentam uma insuficiência do número de profissionais nos quadros de recursos humanos para operacionalizar um sistema de vigilância, sobretudo aqueles que contam com capacitação teórico-metodológica e técnico-operativa sobre o tema.

Observa-se ainda que, a vigilância socioassistencial, função relativamente nova no âmbito da política social pública de assistência social no Brasil, neste momento histórico, não foi devidamente apropriada pela sociedade civil nos espaços de controle social que pressione sua implementação, aliada a uma lacuna na vontade política dos gestores municipais em fazê-lo. Couto et al confirma esta impressão ao mencionar que “não se observou, a não ser em municípios de maior porte, a constituição de um sistema de dados para diagnóstico e acompanhamento de benefícios e serviços socioassistenciais.” (COUTO et al, 2010, p. 148).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se algumas considerações sobre os encaminhamentos a serem realizados na perspectiva da implementação da vigilância socioassistencial no Brasil. Sua efetivação se dará pela ampliação do número de estudos, pesquisas e produções teóricas sobre o tema, pelo empenho da sociedade civil e do Estado em assumir sua implementação como indispensável para qualificar a oferta de serviços socioassistenciais, pela capacitação de profissionais no que se refere à ferramentas e instrumentos de pesquisa, coleta e organização de dados e à referenciais teóricos capazes de alcançar os objetivos da vigilância socioassistencial.

É sob estes argumentos que se justifica este projeto, que pretende demonstrar a relevância e a pertinência da utilização das pesquisas avaliativas de enfoque misto enquanto ferramenta na operacionalização da vigilância social no âmbito da política pública de assistência social, agregando rigor científico indispensável para operacionalizar as etapas de elaboração do diagnóstico, monitoramento e avaliação que lhe são inerentes.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002.

BELLONI, Isaura. MAGALHÃES, Heitor de. SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

COUTO, Berenice Rojas; et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

PRATES, Jane C. **O método marxista de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, vol. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11647>. Acesso em 25.11.2012.

CONSUMO E FELICIDADE NO MARKETING DA EMPRESA “PÃO DE AÇÚCAR”

Luciane Pereira Viana – Feevale/IENH¹

Saraí Patrícia Schmidt – Feevale²

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de Consumo. Felicidade. Marketing “Pão de Açúcar”.

1. INTRODUÇÃO

O consumo de produtos e serviços é algo rotineiro, considerado uma ação normal e natural. Não é exagero pensar que o consumo constitui uma das bases das práticas sociais e culturais da sociedade contemporânea. Afinal, num mundo cada vez mais interligado, o consumo é defendido como sinônimo de uma vida melhor e felicidade, proporcionadas por um conforto advindo das experiências dos bens consumidos.

Tendo como aliado a importância do tema cultura de consumo, este trabalho tem como problema: como a campanha “O que você faz para ser feliz?” destaca a relação da cultura de consumo da felicidade? Sendo o objetivo geral analisar a relação das práticas de consumo da felicidade, a partir da análise da campanha “O que você faz para ser feliz?” realizada pela empresa “Pão de Açúcar”. Complementarmente, apresenta como objetivos específicos: a) apresentar as características marcantes da cultura de consumo e do consumo da felicidade; b) identificar como ocorre o “Movimento pela Felicidade” através da campanha “O que você faz para ser feliz?”.

Este estudo integra uma pesquisa mais ampla que tem como objetivo analisar a cultura de consumo, com foco na juventude contemporânea.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Bauman (2008, p. 70) o termo sociedade de consumo designa uma sociedade de consumidores que representa um “conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e das mulheres venha a abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra” e, acrescenta que “numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação

¹ Mestra em Processos e Manifestações Culturais, especialista em Gestão Estratégica de Marketing Universidade Feevale; docente na Faculdade IENH e Coordenadora do Curso Técnico em Administração na IENH.

² Docente no Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade FEEVALE. Jornalista, Mestre e doutora em Educação na linha de pesquisa Estudos Culturais da UFRGS.

(ou seja, ver e tratar o consumo como vocação)”, (BAUMAN, 2008, p. 73). Assim, a cultura consumista transforma-se em vocação, um processo de identificação do sujeito e do grupo.

Desta forma, o consumo não se restringe ao ato de compra. O consumo constitui-se uma prática social, que revela os hábitos socioculturais da sociedade. Como a oferta de bens é maior que a demanda, na sociedade contemporânea, o consumo não se limita apenas na aquisição do que é necessário para a subsistência dos indivíduos.

Assim, as empresas ao fabricarem bens buscam planejar estratégias de marketing que possam estimular desejos de consumo. Neste sentido, cada vez mais as campanhas mercadológicas tentam contagiar e engajar consumidores, influenciando-os pelas promessas de felicidade.

Felicidade, aliás, que constitui uma das maiores referências da sociedade de consumo. “No fundo, ao adquirirmos determinado produto ou comprarmos um ingresso para um espetáculo, estamos ansiosamente adquirindo a promessa de doses de felicidade que estão por trás desse produto e sua experiência de consumo”, (BRANDÃO, 2011, p. 9). Também sobre as promessas de felicidade, Viana (2012, p. 35) salienta que “ter felicidade é garantir uma livre entrada ao mundo do consumo, para muitos uma forma de pertencimento a determinado ambiente ou grupo e de assumir suas escolhas individuais e estilo de vida”.

De certa forma, pode-se dizer que na sociedade contemporânea, a felicidade muitas vezes está relacionada à necessidade de “parecer feliz”, ou seja, ser feliz é quase uma obrigação, conforme cita Lipovetsky (2007, p. 39)

exaltando os ideais da felicidade privada, os lazeres, as publicidades e as mídias favoreceram condutas de consumo menos sujeitas ao primado do julgamento do outro. Viver melhor, gozar os prazeres da vida, não se privar, dispor do "supérfluo" apareceram cada vez mais como comportamentos legítimos, finalidades em si.

No que diz respeito à felicidade, Bauman (2009, p. 17) afirma que

é forte e generalizada a crença de que há um vínculo íntimo entre a felicidade e o volume e qualidade do consumo: um pressuposto subjacente a todas as estratégias mediadas pelas lojas. O que também podemos aprender é com que sucesso os mercados conseguem empregar esse pressuposto oculto como uma máquina que produz lucros – identificando o consumo gerador de felicidade com o consumo dos objetos e serviços postos à venda nas lojas.

Enfim, a felicidade está intrinsecamente ligada às ações que contribuam para uma vida melhor de forma individual e em sociedade. Exemplo disto, a campanha da empresa “Pão de Açúcar” utilizando-se do “Movimento pela Felicidade”.

3. METODOLOGIA

A escolha metodológica deste estudo seguiu as recomendações de Prodanov e Freitas (2009), para tanto, utilizou-se a pesquisa descritiva, sendo a abordagem qualitativa. Foi

dividido em dois procedimentos de pesquisa: bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contou como marco teórico os autores Zygmunt Bauman (2008, 2009) e Gilles Lipovetsky (2007). A pesquisa documental foi realizada através da análise da campanha “O que você faz para ser feliz?” da empresa “Pão de Açúcar”, com início de veiculação em maio de 2013. Sendo, portanto, utilizada uma amostra não-probabilística por acessibilidade, selecionada pelo pesquisador.

Como fonte para a coleta de dados foi utilizada a documentação indireta, com pesquisa documental, com fontes primárias. Para o levantamento de dados, a técnica de observação direta intensiva, por meio da técnica de observação sistemática. Para a observação sistemática foi elaborado um plano de observação, organização e registro das informações para a coleta de dados. Também se estabeleceu as categorias necessárias para a análise e interpretação dos dados, que neste estudo são consumo e felicidade.

Para mobilização dos conceitos teóricos que formam as categorias descritas acima e, buscando atingir os objetivos geral e específicos propostos, optou-se pela análise e interpretação dos dados através da análise de conteúdo, segundo Bardin (2004), sendo obedecidos as seguintes fases: a) Pré-análise com formulação dos objetivos e preparação do material com a escolha da campanha que seria analisada; b) Exploração do material com categorização sobre o corpus; c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4. A FELICIDADE COMO OBJETO DE CONSUMO

Neste item estão apresentados os resultados, inferências e interpretação da campanha de marketing realizada pela empresa “Pão de Açúcar” que utilizam o consumo da felicidade.

Para esta campanha foram desenvolvidos três versões de um filme: 2,5 minutos, 1 minuto e 30 segundos, que contam com a voz de Clarice Falcão: atriz, roteirista, cantora e compositora. “A jovem de 23 anos ficou conhecida por suas composições que rapidamente viraram *hit* no YouTube e pelo coletivo Porta dos Fundos, com mais de 205 milhões de *views*”, (EXAME, 2013, online).

O filme traz uma nova assinatura da marca “Pão de Açúcar” evoluindo na essência do tema “felicidade”, iniciado em 2007. O início da veiculação ocorreu no mês de maio de 2013 e continuará durante todo o ano por meio de outras ações de marketing que inspirarão as pessoas a se engajarem com a marca e replicarem atitudes positivas. “Para potencializar o alcance do movimento, o Pão de Açúcar contará com esforço em mídia digital, canais de televisão (abertos e fechados), rádio e fará a transmissão do filme em sessões de cinema de São Paulo e do Rio de Janeiro”, (EXAME, 2013, online).

As cenas da Clarice cantando são intercaladas com imagens de momentos felizes,

mostrando que a felicidade é conquistada com simples atitudes, evidencia-se neste caso, que a felicidade adota um espaço como prioridade de valores, como salientam Lipovetsky (2007) e Bauman (2009).

Os materiais de comunicação mostrarão como pequenas atitudes tomadas no dia a dia podem se transformar e inspirar mais felicidade, tais como: “ser feliz é comer só um biscoitinho antes do almoço”, “ser feliz é deixar pra trás”, “ser feliz é fazer um pouquinho aqui e outro ali até virar um tantão”, (EXAME, 2013, online).

Tem-se então que, o sentido da campanha é persuadir os consumidores a adotar papéis de agentes da mudança, sendo que as promessas de felicidade vinculadas ao consumo servem de base, conforme abordado por Lipovetsky (2007).

Neste sentido pode-se citar que a felicidade presente no filme e ações, busca associar a imagem da marca “Pão de Açúcar” a momentos de prazer e alegria. Assume a função de não só persuadir o consumidor o desejo de consumo dos produtos apresentados, como de difundir práticas socioculturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma breve discussão sobre o tema consumo e felicidade. Observa-se que na sociedade contemporânea o consumo parece estar interligado também às reflexões sobre felicidade.

Ainda que analisada somente uma campanha da empresa “Pão de Açúcar”, constatou-se similaridade nos conceitos de consumo e felicidade citados pelos atores aos utilizados no mote da campanha, garantindo veracidade à amostra pesquisada. Verificou-se, então, que a campanha promove uma estratégia diferenciada da marca, dialogando com seu público-alvo. A empresa incentiva o movimento pela felicidade através de ações no dia-a-dia dos consumidores, portanto, uma campanha que tende a influenciar o consumo dos produtos e o engajamento de clientes com a marca.

Assim, acredita-se que os objetivos propostos inicialmente tenham sido alcançados, em função da apresentação da base teórica correspondente ao tema e da identificação desta bibliografia aos comentários analisados. Como complemento a este estudo, sugere-se para pesquisas futuras a análise da repercussão desta campanha nas redes sociais e nas vendas da empresa.

Enfim, nesta perspectiva, a felicidade e os objetos de consumo, compreendem-se partes importantes de uma diversidade de variáveis de práticas de consumo que incidem sobre o comportamento dos consumidores, que impactam no cotidiano sociocultural da sociedade e no envolvimento entre o consumidor e as marcas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p.
- BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 183p.
- _____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 199p.
- BRANDÃO, Camila Calixto Rocca. A Comunicação Publicitária a partir do Surgimento das Massas e da Ressignificação do Consumo. Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Estética, do **1º Encontro de GTs Comunicon**. 10 e 11 out. 2011.
- EXAME. **Clarice Falcão canta em campanha do Pão de Açúcar**. Pela felicidade, 15/05/2013. Disponível em: <<<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/clarice-falcao-canta-em-campanha-do-pao-de-acucar?page=1>>>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 398p.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009. 288p.
- VIANA, Luciane P. **O imperativo do consumo na obra “Harry Potter”: o encontro da cultura da convergência e a juventude contemporânea**. 130f. Dissertação (Mestrado). Universidade Feevale. Novo Hamburgo: 2012.

RAUL SEIXAS: UMA INTELIGENTE E AGUÇADA CONSTATAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Jacqueline Garcia Carbonari ¹- PUCRS; Jane Cruz Prates -PUCRS²

Palavras-chave: Formação em Serviço Social. Instrumento Pedagógico. Raul Seixas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre o uso de estratégias pedagógicas alternativas no âmbito da arte para a formação em Serviço Social. E sendo a arte um universo amplo em suas mais variadas ramificações, delimitamos este estudo para a música, em especial a obra de um artista crítico, conectado com a realidade social de sua época, que impulsionava em sua música o movimento do pensar, de forma simples, pois queria atingir todas as classes sociais principalmente as massas populares, por isso a opção por Raul Seixas.

O estudo teve início com o seguinte problema: “Como a obra musical de Raul Seixas pode se constituir em instrumento pedagógico na formação em Serviço Social?” Para responder esta questão foi estabelecido o seguinte objetivo geral: “Analisar as expressões da questão social nas músicas de Raul Seixas e as possibilidades de mediação da sua obra como parte do instrumental pedagógico para o ensino em Serviço Social, de modo a contribuir para a formação de profissionais críticos, conforme previsto no Projeto Ético Político - PEP”. Tendo como objetivos específicos: “Analisar a relação e a importância da música como expressão social”; “Identificar as expressões sociais, políticas e críticas que podem auxiliar na leitura da realidade para serem mediadas em sala de aula, tendo como fonte a obra de Raul Seixas na década de 70 e 80 do século XX” e “Verificar como alunos e professores em formação (pós-graduandos) percebem a possibilidade de utilizar a música e em especial a obra de Raul Seixas para a formação didático-pedagógica”.

A metodologia empregada na pesquisa é fundamentada no método dialético-crítico, o qual prioriza: o desvendamento das contradições para a interpretação da realidade; a contextualização histórica e a apreensão das conexões e movimentos da realidade; mediações com a totalidade concreta, para o que é necessário desvendar as tramas constitutivas do real.

¹ Assistente Social e mestranda do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: jacquecarbonari@hotmail.com.

² Profa. Dra. em Serviço Social. Orientadora. E-mail: jprates @pucls.br

Esta pesquisa é caracterizada como mista, pois articula dados quantitativos e qualitativos e serão utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos para a coleta: Análise documental; Levantamento de produções dos programas de pós-graduação; Coleta coletiva através da técnica de grupo focal e Coleta através de questionário via e-mail. Para o tratamento dos dados coletados será utilizada a técnica da análise de conteúdo e análise estatística simples.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os novos perfis assumidos pela questão social, de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996; 2000) frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional. Sendo a questão social o fundamento básico da existência do Serviço Social, o estudo pretende contribuir através do uso de práticas pedagógicas alternativas para o desenvolvimento da apreensão crítica do processo histórico como totalidade e a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, que são entre tantas, as principais competências exigidas na formação do assistente social.

É pertinente que a formação se valha do contato com expressões artísticas significativas da cultura brasileira, que estimulem a reflexão, a criticidade e instiguem a mudança e a formação de sujeitos desenvolvendo razão e sensibilidade, pois segundo Marx (1993, p.199) a sensibilidade humana e o caráter humano dos sentidos, vêm à existência mediante a existência do seu objeto, através da natureza humanizada.

Para o assistente social é essencial educar sua percepção, pois segundo Yamamoto (2012) é importante o desenvolvimento da capacidade de ver nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm, uma vez que o desvendamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social estar apropriado de uma gama de informações que mediadas por uma perspectiva teórica-crítica, possibilitará a apreensão e revelação das novas configurações da questão social que os desafiam no seu cotidiano profissional.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa é central a análise das músicas de Raul Seixas que aportam o conteúdo da questão social, o que foi critério para seleção da amostra. A discografia compreende o período de 1968 a 1989 e álbuns póstumos divulgados no período de 1991 a 2005. Totalizando 243 músicas de 23 álbuns, sendo 02 póstumos foram identificadas 93 músicas que aportam o conteúdo da questão social destas será apresentada a análise de 19 músicas conforme amostra intencional. É importante destacar que a análise está concentrada no auge da ditadura militar . Após a análise serão realizadas mediações entre estas músicas com os temas centrais do Serviço Social identificados nos documentos das diretrizes curriculares da ABEPSS para o curso de Serviço Social, o Código de Ética do Assistente Social (1993) e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, para então verificar a possibilidade de mediação da obra como instrumento pedagógico para a formação em Serviço Social.

Para complementar este estudo foi realizado um levantamento da produção da pós-graduação em Serviço Social - PPGSS na Instituição de Ensino Superior – IES investigada que tinha a arte como tema central ou utilizada como mediação no trabalho profissional. Num universo de três IES no município de Porto Alegre que dispõem do curso de Serviço Social - compondo o corte qualitativo – foi selecionada a única instituição que possui PPGSS, a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS , onde foram realizadas duas coletas coletivas através da técnica de Grupo Focal com uma média de 04 alunos do curso de graduação e 03 professores em formação (pós-graduandos) em Serviço Social.

RESULTADOS

A pesquisa está em andamento e como resultados parciais destacam-se os levantamentos das dissertações e teses disponibilizadas pela secretaria do PPGSS da PUCRS no período de 1981 a 2013, num total de 346 dissertações, destas apenas 04 apresentam a arte, teatro e cinema como temática central para mediação do trabalho profissional do assistente social e num total de 107 teses de doutorado concluídas no período de 2001 a 2013, apenas 01 apresenta a arte como mediação. Este levantamento considerou somente os títulos das dissertações e teses que apresentava a palavra-chave “arte” e suas mais variadas expressões,

assim num total de 453 produções da pós-graduação (dissertações e teses) no período de 1981 a 2013, esporadicamente sua temática apresenta-se como assunto central em 05 produções.

Na Revista Textos e Contextos vinculada ao PPGSS da PUCRS, através da busca pela palavra-chave “arte” apenas 01 artigo denominado “A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social” (2007) de Jane Cruz Prates foi encontrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário adensar a discussão teórica sobre a importância do uso da arte como parte da proposta pedagógica na formação acadêmica por que conforme as diretrizes curriculares (1996) a apreensão crítica do processo histórico como totalidade é uma das competências do assistente social que pode ser desenvolvida através da arte, pois segundo Vásquez (2011, p. 31):

Ao refletir a realidade objetiva, o artista faz-nos penetrar na realidade humana. Assim, pois, a arte como conhecimento da realidade pode nos revelar um pedaço do real, não em sua essência objetiva, tarefa específica da ciência, mas em sua relação com a essência humana. Há ciências que se ocupam de árvores, que as classificam, que estudam sua morfologia e suas funções; mas onde está a ciência que se ocupa das árvores humanizadas? Pois bem, são precisamente estes os objetos que interessam à arte.

Assim percebe-se a importância de oportunizar através do trabalho docente espaços para o desenvolvimento de processos emancipatórios através de atividades que almejem a formação intelectual integral do sujeito, que consiste na superação do acesso ao conhecimento superficial, associando movimentos que transitam entre a razão e a sensibilidade de modo interconectado e que contribuam ao desenvolvimento do conjunto de potencialidades do sujeito, entre os quais se destaca a autonomia e o senso crítico, a consciência de sua possibilidade de ser protagonista para criar, intervir e transformar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS – **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**, resolução nº 15, de 13 de março de 2002.

CFESS. **Código de Ética profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CRESSWELL, John W. **O projeto de pesquisa; métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, Artmed, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social: Em Questão**. CFESS, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, edições 70, 1993.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES SOB A ÓTICA DA CULTURA

Gislene Feiten HAUBRICH¹

Ernani Cesar de FREITAS²

FEEVALE

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Atividade. Comunicação Organizacional. Discurso.

INTRODUÇÃO

Este estudo emerge da reflexão acerca da pertinência das organizações na construção da cultura, reguladora das relações sociais, uma vez que representam uma instância essencial de socialização, por meio do trabalho (BERGER; LUCKMANN, 2012). Sujeitos de origens diversas são postos em um mesmo espaço, a fim de que produzam riqueza, à sua fonte pagadora, a si mesmo e à sociedade. A comunicação organizacional mobiliza esta imersão à qual os sujeitos são imbricados, uma vez que por meio dela são compreendidos discursos que movimentam as relações.

Estas percepções conduzem a compreensão do meio onde estão inseridos os sujeitos, o que implica o entendimento do trabalho, concebendo-o como atividade que ultrapassa a visão taylorista³. Neste entendimento, a subjetividade humana está em voga, logo, a comunicação exerce papel fundamental na formação destes sujeitos, que estão imersos nas organizações. Como questão norteadora estabelece-se: a comunicação organizacional, por meio do discurso, gera estímulos à conduta dos indivíduos, impactando em suas representações identitárias e nas manifestações da cultura social. Este estudo é concebido como reflexões iniciais para a investigação desta questão.

O objetivo central deste estudo é identificar possibilidades teóricas que nortearão a reflexão acerca da relevância da comunicação nas organizações como meio de identificação das manifestações culturais e da representação identitária dos sujeitos no trabalho. Para tanto, visa-se a apropriação dos conceitos relacionados à comunicação organizacional e seus discursos, além de compreender a noção de trabalho, com base nos princípios da Ergologia, em que este é visto como atividade. Nesta perspectiva, trata-se de uma pesquisa exploratória, com foco bibliográfico e qualitativo, para abordagem de conceitos fundamentais à compreensão do tema.

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais, (Feevale). Especialista em Comunicação Estratégica e Branding (UMayor/ Feevale), Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas (Feevale); e-mail: gisleneh@gmail.com.

² Orientador. Doutor em Letras, área de concentração Linguística Aplicada (PUCRS), com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP/ LAEL); e-mail: ernanic@feevale.br.

³ A “Organização Científica do Trabalho”, ou taylorismo, propõe que a atividade de trabalho é simples, pois é possível “antecipá-la totalmente, de prepará-la de tal forma uma vez modelada pelos outros, aqueles que tivessem de executá-la ‘não teriam de pensar’, como disse Taylor.” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 37). A superação desta perspectiva se faz necessária, já que, segundo Schwartz e Durrive (2007, p. 39) “é na distância – e no porque desta distância – entre os projetos do taylorismo e as realidades concretas, nas fábricas onde ele foi iniciado e experimentado que, creio, cai-se encontrar o que chamamos de atividade.” Essa noção permeia os estudos da Ergologia, que serão apresentados a seguir.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cultura é uma condição essencial à existência humana, já que se caracteriza como um conjunto de mecanismos para o controle do comportamento, correspondendo a “teias de significados que ele mesmo teceu.” (GEERTZ, 2008, p. 4). Corroboram com esse entendimento Berger e Luckmann (2012), ao afirmarem que o homem é produtor e produto social. A interação e a comunicação são fundamentais neste processo de subjetivação diante do material das experiências, promovido pela linguagem. Diante da mundialização, resultante dos processos de tradição e difusão cultural, (ORTIZ, 1998) alterações profundas na realidade são emergentes, gerando uma padronização nas concepções ideológicas, materializadas na palavra, por meio da linguagem⁴, que supera limitações geográficas. Nesse sentido, Hall (2006) afirma que as possibilidades representativas disponíveis aos sujeitos são multiplicadas, implicando uma crise de identidade.

Neste quadro temporal estão situadas as organizações, cujo produto, o trabalho, movimenta e reconstrói a cultura/sociedade. De acordo com Schwartz e Durrive (2007), o trabalho deve ser compreendido enquanto atividade, dotado de vida, por meio de seu realizador. Para romper com a proposta mecanicista⁵, emerge a disciplina ergonomia (DANIELLOU, 2004), que visa à compreensão do trabalho, com base no que é realizado, do real. A ergologia, método interdisciplinar (TRINQUET, 2010), baseia-se na análise da linguagem no trabalho, por meio da investigação das dramáticas do uso de si para realização da atividade, valendo-se de saberes constituídos e instituídos, emergentes de normas, ou prescrições, e renormalizações, advindas do real (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Nesse sentido, Nouroudine (2002) apresenta três modalidades para conceber as conexões entre linguagem e trabalho: *no, como e sobre* o trabalho.

A comunicação assume função essencial na propagação de elementos estabelecidos formalmente (BUENO, 2009), mas, principalmente, no que é fixado na construção das rotinas de trabalho, registrado nos diálogos entre os sujeitos, por onde se estabelece a aprendizagem organizacional. Sob essa ótica, Baldissera (2010, p. 199) afirma que “sob a perspectiva de as organizações existirem pela e em comunicação, considera-se que são resultados dinâmicos das complexas interações entre sujeitos e entre eles e o entorno.” Deste rumo, ganha relevo a proposta de Charaudeau (2010, 2012), para quem a comunicação é um processo assimétrico, permeado pela subjetividade humana. Sua materialização, o discurso, é caracterizada pela possibilidade de escolha, que concretiza o ato de linguagem enquanto encenação dos sujeitos.

METODOLOGIA

⁴ Noção abordada por Bakhtin, acerca da palavra enquanto signo ideológico. (BAKHTIN, 1981).

⁵ Taylorista

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotar-se-á a pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, uma vez que nesta fase busca-se a compreensão acerca das conexões possíveis entre os conceitos base. O entendimento destas propostas gerará conhecimentos relevantes para o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares, ancorados pela análise discursiva semiolinguística. Nesse sentido, tem caráter exploratório, pois propõe identificar caminhos ante a questão norteadora. Quanto ao procedimento para coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que busca a conversão de princípios das áreas da comunicação e da ergologia, permeadas pela noção de cultura.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

A noção proveniente de Geertz (2008), da cultura enquanto controle do comportamento, é essência da análise a ser desenvolvida, pois abrange a condição para a convivência coletiva, algo imposto aos sujeitos. As transformações constantes nas organizações podem ser compreendidas como reflexo da cultura que, por meio dos processos de tradição e difusão, tem superado barreiras geográficas e implicado na representação identitária dos sujeitos (ORTIZ, 1998; HALL, 2006). A cultura organizacional, aceita como elemento simbólico basilar à gestão, é proporcionalmente impactada por essa cadeia, já que é formada parcialmente pelo que é prescrito, mas principalmente pelo que é realizado pelos sujeitos.

Ante esta compreensão, novos olhares sobre as organizações devem ser lançados, a ponto de que diversas proposições teóricas, dentre as apresentadas neste texto, contemplam esta perspectiva simbólica, quer permitem a visualização das cenas no trabalho, diretamente em sua fonte produtiva. A comunicação atua em duas frentes diante desta verificação: enquanto fornecedora de elementos formalizados da organização (BUENO, 2009), em consonância com o que é oriundo da interação entre os sujeitos, e entre eles e o proposto (BALDISSERA, 2010).

A conjunção, proveniente dos diálogos permanentes entre os públicos e as organizações, emerge enquanto norteadora da gestão. A prática desta perspectiva dialógica é possibilitada pela metodologia ergológica (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007; TRIQUET, 2010; NOUROUDINE, 2002), que está ancorada na relação sujeito – organização – cultura/ contexto. Tem-se, então, a relevância da linguagem, que assume o papel de mediadora das relações de poder, uma vez que implica na materialização do que é comunicado nas instâncias organizacionais e sociais, por meio dos discursos encenados no ato de linguagem protagonizado pelos sujeitos (CHARAUDEAU, 2010, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que, diante do exposto, seja possível uma proposta acerca da ressignificação do

trabalho, noção fundamental frente a multiplicidade de escolhas às quais os sujeitos são dispostos. A cultura possui papel fundamental nesta proposta, compreendida como guia comportamental. Aceita-se que ela é formada por questões prescritas, impostas pela organização, diante de uma interpretação dos sujeitos, que realizam essa prescrição a partir de suas representações instituídas ao longo do tempo. Nesse sentido, a interação, por meio da comunicação é indispensável, sendo ferramenta para que o trânsito destes elementos contribua para um comprometimento maior do indivíduo com a organização e desta com a sociedade.

Tratando-se de um estudo exploratório, em fase inicial, confia-se que os argumentos apresentados sejam guias relevantes, já que convergem em prol da investigação das implicações discursivas da linguagem em situações de trabalho. Assim, instiga-se o aprofundamento tanto das concepções teóricas, bem como sua conversão, para que, então, diante de um modelo fundamentado, seja viabilizada a aplicação à análise de situações de comunicação diversas.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. A Complexidade de Processos Comunicacionais e Interação nas Organizações. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). **Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional**. Série da Comunicação Organizacional – Vol 2. São Caetano do Sul, SP: Ed. Difusão, 2010. 351 p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 247 p.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo, SP: Ed. Saraiva, 2009. 338 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010. 256 p.

_____. **O Discurso das Mídias**. São Paulo, SP: Contexto, 2012. 383 p.

DANIELLOU, François. **A Ergonomia em Busca de Seus Princípios: debates epistemológicos**. São Paulo, SP: Editora Edgard Blücher Ltda., 2004

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. 13ª reimp. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008. 323 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In SOUZA-e-SILVA, M. Cecília Pérez; FAÏTA, Daniel. **Linguagem e trabalho: Construção de Objetos de Análise no Brasil e na França**. São Paulo, SP: Cortez, 2002. p. 17 – 30.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 1.ed. 3ª reimp., São Paulo, SP: Brasiliense S.A., 1998. 234 p.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói, RJ: EdUFF (Universidade Federal Fluminense), 2007. 309 p.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010.

Issues of method & ideology in the new wave of global indignation

The Spanish 15M as Case Study

Rubén Díez García

University Carlos III of Madrid

ruben.diez@uc3m.es

Since the origins of Sociology, the study of issues related to social participation and collective action has generated diverse trends of analysis¹. However, there are not many contributions in this field concerning how the issues of method and measurement directly affect the results of the sociological research (Cicourel, 1964). This is a matter that provokes different interpretations and approaches, particularly when social scientists focus on the study of the intersubjective contexts of the social action, as was informed by Max Weber.

The broad aim of this paper is to look into the implications of applying two different methods of research and analytical assumptions to the study of social movements. In order to develop and discuss this aim, I focus my analysis on the emergence of a social movement that impacted the Spanish society in 2011: the ‘indignados’ movement 15M. Particularly, I confront the main conclusions of two different methodological approaches that analyze the emergence of the movement, focusing my interest in the ideological roots of its collective identity. The first approach is mainly based on ethnographic data (Laraña and Díez, 2012a; 2012b) and the second consists of a statistical macro-analysis. If in our two firsts works we highlighted the most micro and intersubjective aspects of the social action, through ethnographic techniques, that allowed us to study how the activists organize the actions of the movement, spread their frames and construct its collective identity, this paper mainly focuses on macro statistical data in order to: i) analyze the ideological bases of the movement, ii) compare the results obtained regarding this issue from the oth aforementioned approaches, and iii) look at their complementarities.

According to our ethnographic data and our analysis, we emphasized in our first work the relationship of continuity between the 15M and the American New Left of the 1960s, with whom he ‘indignados’ share some goals and common traits, such as its non-violent character and its demand

¹ Rational choice approach (Elster 1991; Olson 1965), resource mobilization theory (McCarthy and Zald 1987), las political opportunity theory (Tilly 1984; McAdam 1994 and 1996; Tarrow 1997), political culture (Aldmon and Verba 1965; Inglehart 1991; Putnam 2000) or social constructionist and collective identities theories (Snow and Benford 1988; Eyerman and Jamison 1991; Gusfield 1994; Melucci 1989; Laraña 1999)

of a ‘participatory democracy’ (Laraña and Díez, 2012a). After all, the Spanish #15M, as well as Occupy Wall Street #OWS, the #BRevolution in Brazil or other movements in the current wave of global indignation, in lower or higher degree, deals with some traditional themes of the New Left, such as “the distrust of state power, parties, competition, leadership, bureaucracies, and, finally, representative government” (Caute, 1988: 33) or the pacifism, the opposition to multinational corporations, the criticism of the economic growth and the “participatory rather than representative democracy” (Turner, 1994: 91).

Bibliographical references:

CAUTE, David (1988): *The Year of the Barricades: A Journey Through 1968*. Harper & Row: New York.

CICOUREL, Aaron (1964): *Method and Measurement in Sociology*, The Free Press: New York.

LARAÑA, Enrique and DÍEZ, Rubén (2012a): “Las raíces del movimiento 15-M. Orden social e indignación moral”, *Revista Española del Tercer Sector*, nº 20, pp: 105-144. Available on-line: www.fundacionluisvives.org/rets/20/articulos/83812/index.html

----- (2012b): “El aniversario de un movimiento internacional. Continuidad y poder de persuasión colectiva del 15-M”, in *Crisis y cambios en la sociedad contemporánea: Comunicación y problemas sociales*, M^a Dolores Cáceres y Antonio Lucas (eds.), Fragua: Madrid.

TURNER, Ralph (1994): “Ideology and Utopia After Socialism” in *New Social Movements. From ideology to Identity*, LARAÑA, E., JOHNSTON, H. and GUSFIELD, J. (eds.), Temple University Press: Philadelphia.

FILHOS DA SOCIEDADE DO CONSUMO E A (IM)POSSIBILIDADE DE NEGOCIAR A INFÂNCIA

Carolina Rigo¹
Dr.^a Sarai Patrícia Schmidt²
Universidade Feevale

Palavras-chave: sociedade do consumo; individualização; resistência; cultura infantil; publicidade.

INTRODUÇÃO

O artigo trata da relação entre sociedade de consumo, resistência e cultura infantil. Tem como foco discutir a constituição da cultura infantil contemporânea quando estamos diante dos filhos da sociedade do consumo, que ratifica que cada um é responsável pelo sucesso ou o fracasso das suas próprias situações de vida. Para tanto, é analisado o conteúdo que o movimento social ‘Infância Livre de Consumismo’³ utiliza para se apresentar, articulando-o com as noções de individualização (imperativa da sociedade de consumo) e de política-vida em Zygmunt Bauman (2001; 2008); de esfera pública em Hannah Arendt (1993); e com a noção de infância em Walter Kohan (2004; 2010). O texto discute a possibilidade de movimentos sociais serem potenciais fomentadores do reflorescimento de espaços públicos e, portanto, serem uma forma de constituir novas posições de identidade, desestabilizando a condição soberana de consumidor, uma vez que atuam a partir da coletividade, buscando traduzir problemas privados para uma agenda pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cultura neoliberal dissemina o valor da individualidade. É tarefa individual a construção de identificações realizadas ao longo da vida, entendendo ser no mercado que o homem expressa sua singularidade. Por meio de mercadorias são formadas comunidades, ainda que efêmeras, de pessoas que acreditam ter - em virtude dos bens - valores e características comuns. Relações de filiação que se dava por laços herdados, pelo compartilhamento da história e da tradição territorializada deslocaram-se para as múltiplas possibilidades de identificação com indivíduos localizados em qualquer lugar do mundo, unidos pelos produtos da mídia e pelas significações dos objetos mercantis que possuem (Bauman, 2008). Tais vínculos humanos são estabelecidos sem

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale/RS e graduada em Comunicação Social pela PUCRS.

² Orientadora do trabalho. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha dos Estudos Culturais. Docente no Mestrado em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale/RS,

³ Conteúdo disponível no site: <http://www.infancialivreconsumismo.com.br/>, no campo ‘Quem Somos’. Acesso em 20 de julho de 2013.

obrigações, sem cobranças, sem explicações para com a comunidade escolhida. A adesão é permitida facilmente, assim como o seu desligamento.

O enfraquecimento dos laços humanos permite manter-se e mover-se sem amarras, mas seu efeito colateral é a ineficácia das ações individuais. Há impotência quando as atitudes individuais não alteram a agenda que comanda a política-vida. A noção de política de vida considera a privatização das preocupações e a busca da solução de problemas, mesmo que coletivos, de forma individual. Sendo assim, o espaço público encontra-se, atualmente, vazio de atores, colonizado pelo espaço privado, no qual cada indivíduo focaliza em como perseguir a felicidade particular, por si. Para isso, aceita ajuda de especialistas que ditam padrões e oferecem, por meio do mercado, as ferramentas que devem ser compradas e usadas para se chegar a essa suposta satisfação. E, assim, “o código em que nossa política de vida está inscrito deriva da pragmática do comprar”, e “o convite para a ação torna-se razão para ir às compras” (Bauman, 2001, p. 87 e 95).

A responsabilidade centrada em si libera o indivíduo da responsabilidade pelo Outro. Para Bauman (2001), essa conduta, que povoa quase que de maneira unânime as aglomerações urbanas contemporâneas, é a condição da decadência do potencial revolucionário e da contestação política. Como registrou em sua obra que trata de ética em um mundo de consumidores, “a vítima colateral do salto para a versão consumista da liberdade é o Outro como objeto de responsabilidade ética e preocupação moral” (Bauman, 2011, p. 99).

Segundo Hanna Arendt (1993), o termo privado deriva do ato de privação, relacionado a não participação do espaço público, sendo este o lugar que o indivíduo vê e escuta outros, é visto e ouvido por eles. Nesse sentido, pode-se pensar que uma ordem social voltada para as necessidades individuais e para vida privada afasta o indivíduo do público, e, portanto, da condição humana de agir com liberdade. Considerando as proposições da autora, é nesse espaço comum que o indivíduo revela sua singularidade, visto que é ali que seu íntimo é confrontado com o do outro. É na carência da relação com a diferença – na ausência do enfrentamento de pontos de vista que revelam o político do discurso e a ambivalência inerente da palavra – que desaparece o espaço público. Nas palavras de Arendt, (1998, p. 68), “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”.

Refletir sobre o que é ser criança e que lugar é esse - o da infância - no mundo contemporâneo se faz pertinente porque infância não significa necessariamente uma das primeiras etapas de vida, mas um modo de ser que pode vir à tona em qualquer idade, pois infância “é um reinado, uma potência, uma força vital”, (Kohan, 2004, p.3). O tempo da infância é uma oportunidade de acontecimento, ao qual se vivencia um evento intensamente, sem a preocupação de

como se sucedeu ou qual a sua finalidade. É um tempo próprio de imaginação, espontaneidade, subversão. Para Kohan (2004, p.5), “espaços propícios para essas infâncias são aqueles em que não há lugar para os estigmas, os rótulos, os pontos fixos”.

Dessa forma, ser criança não significa ter a experiência da infância. Particularmente nos grandes centros urbanos, o espaço da infância parece estar povoado pela uniformização, resultante de discursos normatizantes que igualam as crianças entre si e aos adultos. Comportamentos são categorizados e fixados em conceitos. Ordens de desenvolvimento são determinadas para serem seguidas e para que se cumpram tipos idealizados de criança. Há rotinas abarrotadas de atividades e horários a serem cumpridos, na busca de competências que são ou serão necessárias no futuro. Ou seja, prevê-se o que a criança pode e deve ser.

“Assim, as crianças e os mortos são objetos de uma batalha para tentar esquecer o intransmissível que funda a humanidade. Nessa direção, puxa a tendência a formar apressadamente cidadãos, seres *maduros*, prontamente capazes de se virar na floresta do capital”, (Kohan, 2010, p. 135).

A mídia em geral e a publicidade em particular fazem parte desses discursos que convocam crianças e pais a assumirem determinadas posturas, ou “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito” (Hall, 2011, p. 112). Entende-se a publicidade como processo comunicativo influenciador de certas práticas culturais e da construção de arquétipos. É o fato de ser atuante na vida social cotidiana e na constituição de classificações que formam referentes identitários que faz dela um objeto de reflexão relevante.

ANALISANDO O ‘INFANCIA LIVRE DE CONSUMISMO’

O movimento social ‘Infância Livre de Consumismo’ consiste em um coletivo de mães, pais e cidadãos que tem por objetivo prioritário discutir a publicidade dirigida às crianças brasileiras, chamando a atenção para a autorregulamentação do setor e para a intervenção do Estado nessa questão. Ele - o movimento - propõe a presença de pais no debate para se chegar “a uma solução que, de fato, defenda as crianças”⁴. Propõe o diálogo acerca da responsabilidade da educação infantil para a cidadania e para a sustentabilidade, buscando apontar para uma responsabilidade partilhada dos pais com outras organizações, particularmente as mercantis, e com as mensagens publicitárias criadas por elas. O movimento surgiu em março de 2012 e, além do site, conta com aproximadamente 44.000⁵ seguidores na sua página no Facebook, onde posta diariamente questões relacionadas ao consumo infantil, que são debatidas pelos seguidores.

⁴ Trecho retirado do site.

⁵ Dados obtidos em 29 de julho de 2013.

O movimento fomenta a formação de um espaço que discute o consumo infantil. Tal articulação de pais e mães parece contribuir para a formação de um espaço plural, que pensa e contesta o instituído socialmente, na busca da criação de soluções coletivas para anseios individuais (independente de se suas atuações resultam em mudanças palpáveis, uma vez que as mudanças dependem de outros atores que formam o a sociedade). O ‘Infância Livre de Consumismo’ sugere compartilhar responsabilidades no que tange à educação das crianças, contrapondo uma narrativa de que não há alternativas a não ser a de adaptação a um mundo dado. Portanto, apresenta uma causa comum e a possibilidade de pensar novas formas para a publicidade infantil e, por conseguinte, novas significações para a infância.

É possível compreender os participantes exercendo uma cidadania para além do consumismo e que o movimento é de resistência visto que age com intuito de transformar um discurso dominante, e porque busca ultrapassar os limites estabelecidos pelo mercado. Nesse sentido, entende-se que é um grupo que fomenta o aprendizado do ser político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a identidade como um processo realizado ao longo da vida e influenciado pelo poder dos discursos, surgem questionamentos acerca do que está sendo oferecido por meio de artefatos da mídia em geral e da publicidade em particular, que colaboram na formação do que significa ser criança e dos ensinamentos de como educa-la. O artigo aposta na necessidade de fomentar o agir, o negociar, o expor-se, a partir de espaços comuns, a fim de estabelecer diálogos acerca de assuntos que anseiam diferentes indivíduos. Nesse sentido, problematiza modelos de participação política e de convívio social no contexto da sociedade de consumo. A partir desta breve e inicial análise do movimento ‘Infância Livre de Consumismo’, parece ser possível colocar em debate a constituição de espaços públicos que possam operar como frestras para tencionar a sociedade de consumo na qual vivemos, potencializando a formação de posições de identidade que problematizem a narrativa dominante da individualização quando pensamos na cultura infantil contemporânea.

O presente artigo é uma fase inicial do projeto de dissertação. Este tem por objetivo discutir a atual condição de consumidor e problematizar a noção de resistência ética e sua relação com o princípio da coletividade na constituição da cultura infantil. Utilizará, para tanto, enunciados endereçados aos pais e de fon veiculados durante a semana que antecede o dia das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hanna. *Condição Humana*. 6ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 103-133.

KOHAN, Walter Omar. *Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância* Gt de 'Educação Infantil. – 0 a 6 anos'. 27ª Reunião Anual da Anped. 2004.

_____. *Vida e Morte na Infância, entre o humano e o Inumano*. Revista Educação e Realidade. UFRGS. v.35. n. 3. Set/Dez 2010. INSS: 2175-6236 (online). P.125-138.

RENNER, Estela. *Criança, a alma do negócio*. Filme Documentário. Cor. 50'. Produção Maria Farinha Filmes. Brasil, 2008.

RIGO, Carolina; SCHMIDT, Saraí. *Criança-cliente: um estudo sobre cultura infantil e consumo*. In: 5º SBECE, 2013. Ulbra, Canoas/RS. ISSN 2236-3491.

SULZBACH, Liliana. *A invenção da infância*. Filme documentário. Cor. 16mm. 26'. RS/Brasil, 2000.

VIOLÊNCIA NA/ DA E CONTRA ESCOLA

Rochele Pedroso de Moraes¹
Gleny Terezinha Duro Guimarães²

Palavras-chaves: Violência, educação e política social.

1 INTRODUÇÃO

Entendemos como tema relevante no sentido de ser uma expressão da questão social, e por trazer novos significados para a sociedade contemporânea enquanto necessidade de mudanças urgentes das relações humanas no espaço escolar. Pretendemos conectar a importância do tema em relação ao adensamento de conhecimento de expressões invisíveis da questão social e seus atravessamentos na necessidade de construção de aportes para políticas sociais públicas, programas e serviços na perspectiva de garantia de direito à infância e juventude, bem como pensando no apoio socioinstitucional que o educador necessita no cotidiano de trabalho. Como tema de pesquisa estudaremos sobre a Violência no cotidiano de crianças e adolescentes e a política de educação e como delimitação do tema versaremos sobre os atravessamentos da violência na infância e juventude nas escolas municipais do município de Alvorada/RS. A área de concentração do Programa de Pós-Graduação é em Serviço Social e a linha de pesquisa dentro do Serviço Social e Políticas Sociais. O problema de pesquisa apresenta-se na seguinte questão: de que forma a violência na/ da e contra escola se manifesta no cotidiano? No objetivo geral buscamos compreender o fenômeno da violência nas suas múltiplas expressões da questão social, a fim de contribuir para a proteção social infanto-juvenil. Para os objetivos específicos intencionamos: identificar os fatores que geram a violência (na/da e contra escola), a fim de buscar alternativas preventivas e menos punitivas nas instituições escola-família; analisar as concepções que a comunidade escolar tem sobre a violência na/da e contra escola e identificar as formas de enfrentamento para resolubilidade das violências que surgem no cotidiano escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência é um fenômeno complexo, produzido social e culturalmente pelas sociedades. Atravessa o tempo histórico e continua se manifestando no âmbito das relações sociais. Percebemos

¹ Assistente Social atuante na política de assistência social e de educação. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUCRS, bolsista parcial da CAPES, membro do GEPsTAS pelo NETSI/PUCRS.

² Pós-doutora em Serviço Social, coordenadora do GEPsTAS e GEISSOL, pelo NETSI/PUCRS. Docente da FSS da PUCRS e do PPGSS/PUCRS.

novas formas dessa manifestação da questão social. Nosso foco de interesse, a partir do fenômeno violência, como uma das refrações da questão social e as formas de enfrentamento pela comunidade escolar, está diretamente ligado à materialização da violência no espaço escolar - no tempo presente, e na comunidade a qual pertence.

Este espaço se altera conforme a comunidade escolar se sente pertencente à escola, para constrói em conjunto as formas de tratamento às situações adversas/de violência. Precisamos refletir sobre a violência como uma das expressões da questão social, seus atravessamentos no cotidiano da comunidade escolar e quais as estratégias que evitem reincidências., de caráter mais dialógico e restaurativo e menos punitivos, com aplicações de penalidades autoritárias que constam nos Regimentos Internos das instituições escolares.

A instituição escolar exerce um papel fundamental na formação integral do educando. O Setor de Serviço Social busca dar visibilidade às demandas trazidas pela comunidade escolar através de uma escuta diferenciada, formulando estratégias de intervenções em conjunto com esses usuários para que esses sujeitos descubram em si o fortalecimento para superar a situação de conflito em suas vidas, já que esses sujeitos são tão fragilizados pelo processo de exclusão a que estão submetidos historicamente. Buscamos na articulação com os educadores a aproximação com a singularidade de cada educando e sua família para que tenham seu olhar ampliado no processo ensino-aprendizagem no respeito à diversidade sociocultural de cada sujeito inserido no espaço escolar.

No método utilizaremos do pensamento filosófico marxiano dialético-crítico – através do estudo do materialismo histórico e dialético: Contradição, Historicidade, Totalidade e Mediação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa com estudo exploratório A análise dos dados será elaborada a partir dos conteúdos a priori e os emergentes, ou seja, os conteúdos que aparecerão no decorrer da pesquisa. Os dados coletados e categorizados serão submetidos à análise de conteúdo do método de Laurence Bardin (2009). Partir-se-á das seguintes categorias (a priori): violência na escola, da escola e contra escola e educação pública de educação na contemporaneidade, e das subcategorias que irão aparecendo no decorrer da pesquisa (objetivas e subjetivas na percepção do pesquisador-pesquisado), buscando a compreensão da totalidade desses elementos na relação tempo-espaço (histórico) em que elas se manifestam. Como instrumento de pesquisa e técnica trabalharemos por meio de: levantamento bibliográfico; levantamento e análise documental (registros de ocorrências

da escola, atas de reuniões e outros documentos relevantes) e entrevista com tópicos abertos.

Universo: 27 Escolas Municipais em Alvorada/RS, 17.571,00 estudantes (dados do PNAE de 2011). Alvorada/RS tem aproximadamente 700 funcionários públicos atuando nas políticas públicas do município (dados do – Sindicato dos Municípios de Alvorada - SIMA).

Amostra intencional: Duas escolas da rede municipal de ensino de Alvorada/RS; 4 trabalhadores de cada escola, 4 educandos de cada escola e seus 4 cuidadores familiar. Total da amostra: 24 sujeitos a serem pesquisados.

Critérios de inclusão:

As duas escolas deverão estar nos territórios de abrangência limites do município de Alvorada com Porto Alegre e com Viamão, contemplando os extremos limítrofes.

Escolas localizadas nos bairros com maior densidade populacional

1 educador do grupo dos funcionários: portaria, secretaria, cozinha, serviços gerais, entre outros;

1 educador do grupo da direção;

1 educador do grupo da equipe técnica: pedagogo, psicopedagogo, assistente social, psicólogo, entre outros;

1 educador do grupo dos docentes do nível 3 (do 6º ao 9º ano do ensino fundamental)

Farão parte dessa amostra os educadores mais antigos da escola;

4 crianças e adolescentes a partir dos 10 anos de idade;

Os educandos deverão estar matriculados na escola pesquisada há no mínimo dois anos;

Educandos com maior número de registros de indisciplina, discussões de caso registradas em ata, e os mais citados pela comunidade escolar envolvidos em situações de violência na/da e contra escola;

Os cuidadores familiares deverão ser maiores de 18 anos de idade;

Os procedimentos de coleta de dados:

Quando: No período de novembro a dezembro de 2013.

Onde: Para atividade de levantamento e análise documental ocorrerão no espaço escolar, bem como as entrevistas com os educadores das escolas pesquisadas permitindo maior acessibilidade aos sujeitos da pesquisa. Os educandos e seus familiares serão entrevistados simultaneamente nas suas casas, buscando garantir um ambiente que desvincule do espaço da escola.

Como: Através de entrevista com utilização de roteiro com tópicos abertos e roteiro semiestruturado para levantamento e análise documental.

Os procedimentos de análise e interpretação de dados: Análise de Conteúdo e Análise Documental de Laurence Bardin (2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em fase de reelaboração teórica, pois o objeto de pesquisa manteve a sua essência, mas foi modificado o direcionamento. Precisamos avançar na construção do referencial teórico e trabalhar na justificativa para ser submetido à avaliação do Comitê de ética da PUCRS. A fase de ida a campo sendo pensado para o final de 2013 e a conclusão poderá transcorrer até o final de 2014.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 5 ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Temático. **Prevenção de violência e Cultura de Paz III**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 60p.:il. (Painel de Indicadores do SUS, 5)

BRASIL. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, com a participação do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=320>>. Acesso em 11 de novembro de 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade n° 1. 2ª Edição. São Paulo: PUCSP, 1994.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** Pesquisa Qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 21 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Agricultura familiar, turismo e desenvolvimento socioeconômico: um estudo de caso no Vale dos Vinhedos

Palavras-chave: Agricultura familiar. Turismo. Desenvolvimento socioeconômico. Informalidade. Autonomia.

Julice Salvagni – UFRGS¹
Marco Antônio Negri – PUCSRS²

Os valores atribuídos à agricultura familiar estão muito além daqueles já representados por dados ou análises econômicas fornecidas pelos órgãos responsáveis. Por exemplo, existem inúmeras correlações atreladas à alta porcentagem de geração de emprego no campo ou sua grande contribuição no Produto Interno Bruto do país, conforme o censo agropecuário do governo federal (CONTI; PERALTA, 2008). Outras variáveis estão inseridas neste contexto como a “relação cultural e social entre aqueles que produzem e deles com a terra e seus frutos” (CONTI; PERALTA, 2008, p. 23), por vezes não levadas em consideração para um melhor entendimento do cenário agrícola de uma determinada região e sua importância socioeconômica.

Há fatores capazes de agregar valor a agricultura familiar: suas tradições, hábitos e costumes inerentes a uma forma única de trabalho. Estes aspectos distintos acrescentam símbolos e significados às ações, criando características específicas a sua produção e sendo enriquecidas pela diversificação de suas atividades. Essas diferenciações culturais são capazes de constituir um *caráter pluriativo e multifuncional* (ELESBÃO; TEIXEIRA, 2011) que compõe a base de sua produção.

Essas características tão singulares e diferenciadas tornam-se por vezes um atrativo aos olhos de quem busca conhecer ou interagir com o meio rural, cabendo assim ao *turismo como fenômeno social* (DE LA TORRE, 1992) a sua devida atenção e inserção no mercado. A necessidade de novas alternativas como produto turístico de uma região nos leva ao descobrimento

¹ Doutoranda em Sociologia pela UFRGS.

² Bacharel em Turismo pela PUCRS.

de outros elementos ainda não explorados pelo setor, capazes de trazer benefícios além de econômicos, pelo capital envolvido, mas também sociais, na integração da agricultura familiar em questão com os interesses de uma demanda crescente em interagir cada vez mais com o meio de destino.

O resultado dessa inserção da agricultura familiar nas estratégias do setor turístico tem função determinante para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. Assim, o turismo contribui para “elevar a ‘qualidade de vida’ da população rural, preenchendo o isolamento socioeconômico por estruturas de caráter humano, oportunizando prospecções culturais decorrentes do convívio com diferentes culturas e da possibilidade de alargamento das opções de trabalho” (SARTOR, 1981 apud SOUZA; ELESBÃO, 2011, p. 274).

Embora atualmente existam projetos turísticos voltados cada vez mais para o desenvolvimento de propriedades que são capazes de gerar emprego e renda ao campo, ainda são mais expressivos os empreendimentos da agricultura familiar com produtos excedentes, comumente que a ampliação da execução destes projetos representaria uma possibilidade de valorização cultural e de sustentabilidade localidades costumeiramente escanteadas do *campo econômico* (BOURDIEU, 2005). Noutro sentido, e paradoxalmente, a produção que possui incentivo de políticas públicas, embora inserida no mercado, dialoga com a *racionalidade da empresa agroindustrial*, (MARTINS, 2003), ou seja, de caráter não emancipatório.

Neste sentido, nos questionamos sobre qual é a relação da agricultura familiar para o turístico do Vale dos Vinhedos e o seu impacto no desenvolvimento socioeconômico da região. Ainda, ponderamos se esta relação é condicionada a uma *inserção econômica parasitária* (MARTINS, 2003), a saber, que sugere um incremento nos lucros associado a uma influência exploratória.

Objetivamos descrever as relações dos trabalhadores rurais que vivem em uma região turística com vista à suas inserções no mercado. Destarte, buscamos mapear os vínculos dos produtores com o turismo; analisar as políticas públicas voltadas ao setor; compreender o processo histórico de construção do Vale dos Vinhedos; e, por fim, fomentar as discussões a respeito das alternativas de inclusão da agricultura familiar e sua autonomia frente ao mercado.

O presente estudo de caso, em se tratando de um projeto de pesquisa, prevê para a coleta de dados entrevistas semiestruturadas com agricultores da região, secretários de turismo e líderes de associações ou cooperativas de trabalhadores locais que alimentam o setor turístico. Além disso, dados estatísticos serão usados para fortalecer as análises, além de observações dos

pesquisadores e a produção de diários de campos.

As hipóteses iniciais sugerem que há dificuldade na regulamentação do produto turístico na economia local devido à inconsistência de políticas públicas e da gestão destes projetos que distanciam o trabalhador da agricultura familiar do empreendimento turístico e, paralelo e isso, à dominância do campo econômico turístico que privilegia o monopólio das grandes empresas, desconsiderando a produção local da agricultura familiar.

O trabalhador rural não tem condições de competir com os grandes empresários do turismo e tampouco encontra espaços para incluir os seus produtos nos espaços já existentes, a menos que de forma explorada. Essa relação de fornecimento do produto final, pronto para o consumo, ao empresário do empreendimento turístico quando acontece acaba por estreitar radicalmente a margem de lucro do produtor. O agricultor, submetido ao sistema de terceirização dos seus serviços, acaba por protagonizar um processo de precarização do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Econômico**. Política & Sociedade, nº6, abril de 2005

CONTI, Irio Luiz. PERALTA, Jorge Alfredo G. *Agricultura familiar e agronegócio: dilemas e perspectivas*. IN: MAGRI, Cledir Assisio; CONTI, Irio Luiz (org). **Agricultura familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo, fenómeno social**. Ciudad Del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ELESBÃO, Ivo. TEIXEIRA, Andressa Ramos. *Turismo e agricultura familiar: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural*. IN: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Poeto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Poeto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

ANÁLISE DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO À LUZ DA GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Vanessa Theis (Feevale)¹
Giselly Santos Mendes (Feevale)²
Dusan Schreiber (Feevale)³

Palavras-chave: Inovação. Gestão Ambiental. Indústria de Borracha.

INTRODUÇÃO

Considerando o atual cenário de globalização da economia, em que a dinâmica do mercado determina a velocidade da mudança nos modelos de negócios, os aspectos ambientais podem contribuir para a concepção de inovações tecnológicas. Neste contexto, as ações em defesa do meio ambiente vêm ganhando força no ciclo produtivo industrial, assumindo uma função de cunho estratégico, por constituir um fator de diferencial competitivo sustentável.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as práticas de inovação de produtos e processos à luz da gestão ambiental em uma indústria de artefatos de borracha. Para atingir o objetivo geral, pretende-se: (i) Identificar as práticas organizacionais subjacentes à gestão ambiental; (ii) Caracterizar as inovações de produtos e processos. A metodologia apresenta, quanto aos seus objetivos, caráter exploratório e descritivo. O problema de pesquisa foi abordado de forma qualitativa, utilizando-se como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

Os estudos sobre inovação remetem ao trabalho pioneiro do economista austríaco Schumpeter (1982). Ele observou que os ciclos de desenvolvimento no capitalismo, resultavam combinação de diferentes formas de inovar, o que impulsionava o rápido crescimento da economia. A introdução de uma inovação tecnológica permite a redução de custos, diferenciação, ou ambas as estratégias. Aliás, “novas práticas inovadoras sem relação com a tecnologia também podem ter este efeito” (PORTER, 1989, p.17).

Os autores Tidd e Bessant (2009), afirmam a gestão da inovação se refere ao contexto estratégico e organizacional dos processos individuais de inovação, com o objetivo de produzir

¹ Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade FEEVALE, Mestranda em Qualidade Ambiental da Universidade FEEVALE.

² Graduada em Tecnologia em Polímeros pelo IFSU, Mestranda em Qualidade Ambiental da Universidade FEEVALE.

³ Doutor em Administração pela UFRGS, professor e pesquisador da Universidade FEEVALE, do Programa de Qualidade Ambiental e graduação em Administração.

produtos bem sucedidos no mercado e processos inovadores visando racionalizar tempo e recursos envolvidos. Assim, o desenvolvimento de novos produtos representa uma competência importante em virtude do ambiente externo permanentemente em mudança, que, desta forma, oferece oportunidades para criar o novo, surpreender o mercado e assumir novas posições.

De forma similar a inovação, também a gestão ambiental tem se tornado, o foco de atenção tanto de pesquisadores como de gestores organizacionais. Dentre os motivos destaca-se o potencial da responsabilidade socioambiental de contribuir para a constituição de diferencial competitivo sustentável, em face da preocupação crescente da sociedade manifestada pela ação da mídia e mediada pelo poder regulatório e normativo de agentes governamentais (SHIGUNOV NETO; CAMPOS & SHIGUNOV, 2009; DIAS, 2011).

Na visão de autores como Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002) e Barbieri (2011), a gestão ambiental compreende a atividade organizacional que visa diagnosticar a situação ambiental da organização, a fim de propor um modelo de gestão, propiciando o ajuste de processos internos de forma que atenda às determinações de preceitos legais em vigor.

Assim, por acarretar em mudanças na estrutura e no funcionamento da organização, os autores Naime (2002) e Moura (2011) enfatizam que é fundamental o envolvimento da alta direção na elaboração e promoção de novos ditames institucionais, permeando todas as ações e a própria forma de pensar dos colaboradores. Neste sentido, os princípios de gestão ambiental devem integrar o conjunto de estratégias organizacionais, além de possuir seu próprio orçamento, desvinculado da previsão orçamentária das demais unidades organizacionais.

METODOLOGIA

Com o propósito de adotar as decisões adequadas no processo de investigação científica, a fim de que os resultados obtidos sejam embasados no rigor científico, o método de pesquisa empregado é a pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. De acordo com Yin (2001) o estudo de caso trata-se de uma investigação empírica que busca averiguar um fenômeno contemporâneo em profundidade e seu contexto com a vida real.

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada com o gestor ambiental da empresa. Os dados foram analisados de forma descritiva, através da técnica de análise de conteúdo e seguindo as recomendações de Roesch (1999), onde o pesquisador classifica palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo.

ANÁLISE

A empresa que originou este estudo atua no mercado de desenvolvimento e manufatura de peças técnicas em elastômeros e termoplásticos desde 1953. Atende aos setores automotivo, ferroviário, agropecuário, construção civil e usinas nucleares. Está localizada no município de São Leopoldo e possui aproximadamente 400 colaboradores. Embasada nas certificações ISO 9001:2000 e TS 16949:2002 a empresa exporta seus produtos para diversos países. A fim de manter o sigilo das informações concedidas pelo empresário, neste estudo a organização será denominada ALFA.

A análise do discurso do empresário facultou a compreensão de que a organização entende que as práticas de inovação, embasadas nos preceitos ambientais legais e sustentáveis é um grande desafio. Contudo, mantém um modelo de negócio que alinha questões ambientais à estratégia de inovação da companhia, sendo clara e acessível a todos os colaboradores, a fim de validar a concepção de processos produtivos e o desenvolvimento de produtos sustentáveis. Esta forma de gestão encontra respaldo nos autores Naime (2002) e Moura (2011).

Na relação entre gestão ambiental e identificação de oportunidades de melhoria ou inovações em processos e produtos, a organização direciona a discussão de tal viabilidade frente a aspectos técnicos, econômicos e legais. Este relato vai de encontro com os autores Shigunov Neto; Campos & Shigunov, (2009) e Dias, (2011). Destarte, observa-se que a ALFA atende aos requisitos legais de prevenção a poluição, além de buscar a diminuição de seus impactos ambientais por meio da redução dos resíduos industriais. Neste sentido, a ALFA converte resíduos em material apto ao retorno à linha de produção como insumos para a fabricação de novos produtos.

Constata-se ainda, que a organização reestruturou seu processo de seleção de fornecedores, de modo que sua cadeia de fornecimentos esteja alinhada aos seus preceitos ambientais. Quanto aos benefícios percebidos pela organização oriundos da relação inovação e meio ambiente, a ALFA destaca o acesso a novas plataformas de negócios, a constituição de um diferencial competitivo e a construção de uma consciência ambiental coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante às limitações da pesquisa, destacam-se a opção metodológica, de estudo de caso único e a coleta de evidências, realizada por meio de entrevistas em profundidade. A amplitude

das respostas depende do conhecimento e experiência, tanto dos entrevistados como dos pesquisadores, com provável viés e influência na interpretação das evidências que emergiram do processo de análise. Outro fator limitante refere-se à impossibilidade de generalização analítica dos resultados obtidos, estando restrita à realidade investigada.

Entretanto, acredita-se que o estudo oferece importantes contribuições para a compreensão da relevância da inovação e das práticas de gestão ambiental pelas organizações, seja como diferencial de mercado, vantagem competitiva ou conscientização do uso racional dos recursos. Sendo assim, sugere-se a realização de mais entrevistas em profundidade, com um número maior de empresas, com o intuito de fazer comparativos e cruzamento dos dados no sentido de obter resultados mais consistentes sobre a concepção de inovações de produtos e processos, embasados nos princípios da gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2^a ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3^a ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2^a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e ISO 14.001**. 6^a ed. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2011.
- NAIME, Roberto Harb. **Diagnóstico ambiental e sistemas de gestão ambiental: incluindo a atualização da série ISO 9000 e as novas NBR 14001/2004 e NBR ISO 19011 / 2002**.
- PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989 – 35^a reimpressão.
- ROESCH, Sylvia M. A. **Projetos de estágios e de pesquisa em Administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da gestão ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2009.
- TIDD, Joe; BESSANT, John. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. – 2^a ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

A PADRONIZAÇÃO OPERACIONAL VOLTADA PARA A QUALIDADE DE PRODUTO

Cleiton Tomazini da Rosa¹

Me. Fabiano André Trein²

Palavras-chave: padronização de processo. Retrabalho. Devoluções. Qualidade. Produtividade.

A padronização de processos está presente em todos os segmentos da sociedade e das organizações. Apesar da importância que o tema requer no tocante à padronização, a situação brasileira não é confortável, falta literatura, educação e treinamento das pessoas que ocupam cargos de diretorias. Nas raras empresas que se consideram padronizadas, este assunto tem sido relegado aos técnicos, quando de fato é um encargo essencialmente gerencial (CAMPOS, 2004).

A abordagem da padronização de processos é uma forma eficaz de se organizar e gerenciar a maneira como as atividades da empresa agregam valor. Necessário é identificar os processos para melhorias e compreensão do negócio. Desenvolver um sistema que permita a mensuração e diagnóstica da situação presente, prever acontecimentos futuros e permitir ações como o planejamento e controle de padronização dos processos organizacionais são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que tragam alguma vantagem competitiva. Um processo pode existir em um determinado departamento ou até ultrapassar esse limite, porém deverá ser executado de maneira controlada, a fim de ser monitorado de tal forma que venha agregar valor à organização (CAMPOS, 2004).

Desta forma, a padronização de processos em uma organização contribui como ferramenta para a garantia da qualidade e eficácia do processo produtivo, pois cada ação, que também pode ser entendida como tarefa, deverá ser padronizada, e sua realização deverá seguir o que foi acordado. Sendo assim, o desenvolvimento de um plano de padronização de

¹ Graduado em Design e acadêmico de Pós-Graduação em Qualidade de produto e processo 4ª Edição. 2013/2. Universidade Feevale. crtomazini@hotmail.com

² Doutorando em Qualidade Ambiental PPGQA Universidade Feevale; Mestre em Eng. Produção PPGEP UFRGS; Professor e coordenador dos cursos de Graduação e Pós-graduação Universidade Feevale e Ftec.

processo inicia-se geralmente a partir de um desenho de produto, onde as operações que são necessárias à execução são detalhadas passo-a-passo para que assim se possam alcançar a eficiência e eficácia desejada.

Como estruturar um projeto de padronização de processos visando diminuir os retrabalhos e devoluções de produto gerado na indústria calçadista e, ao mesmo tempo, manter o processo uniforme no setor?

O objetivo deste artigo é elaborar um projeto para implantação da padronização de processos, visando agregar qualidade ao produto final, por meio de métodos de execução definidos e avaliar resultados. Porém, de forma mais específica, a implantação da padronização dos processos irá obter uma uniformidade do método de trabalho nas linhas de produção (montagens), de modo a qualificar a equipe durante as etapas de execução do processo, onde a descrição de cada operação estará disposta no posto de trabalhando, facilitando assim a aprendizagem de novos trabalhadores na execução da operação. Com isso, tende-se que como consequência em curto prazo ocorra à redução dos índices de retrabalho e em longo prazo a redução dos índices de devolução por defeito. Desta forma, os gestores da empresa poderão avaliar os resultados do antes e do após o processo de implantação da padronização para melhor tomada de decisão com relação ao caminho que a empresa seguirá por diante.

O projeto proposto adotará a metodologia da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1997), a pesquisa-ação está dividida em quatro etapas, porém, neste projeto utilizaremos apenas três que são: fase exploratória, fase da ação e fase da avaliação que verifica os resultados das ações no contexto organizacional da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

2.1 Qualidade de Produto

O negócio das empresas está cada vez mais direcionado para a competitividade, o que faz com que as organizações se preocupem em maior grau com a qualidade, que envolve não só o serviço entregue ao cliente, mas todo processo e etapas que a viabilizam. Nesse contexto, torna-se necessária uma gestão mais abrangente da organização e faz-se necessário o desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão da qualidade nas organizações, para que se garanta o comprometimento de todos com o objetivo de conquistar a excelência nos

processos e produtos da empresa, possibilitando seu aprimoramento contínuo (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Paladini (2000), “O conceito da qualidade envolve múltiplos elementos, com diferentes níveis de importância. Centrar atenção exagerada em algum deles ou deixar de considerar outros pode fragilizar estrategicamente a empresa”. Por esse motivo é que se fala hoje em qualidade total e, conseqüentemente, em gestão da qualidade total: “Quando se menciona „Gestão da Qualidade Total” deseja-se, na verdade, lembrar que existe um novo modelo de gestão baseado em um novo conceito de qualidade” (PALADINI, 2000).

2.2 Padronização de Processos

Para Cury (2000) a definição de um processo é uma série de tarefas ou etapas que recebem insumos, tais como, materiais, informações, pessoas, métodos e máquinas, que geram produto físico, ou serviço. Considerando o significado da palavra padronização, [...] nas empresas modernas do mundo a padronização é considerada a mais fundamental das ferramentas gerenciais (CAMPOS, 2004).

Para Chiavenato (2000), a padronização é a aplicação de padrões de um grupo, ou uma organização ou uma sociedade. Promove a simplificação pela eliminação de padrões desnecessários e a utilização de padrões uniformes numa empresa ou indústria. A padronização e a simplificação podem aumentar significativamente a eficiência operacional e reduzir custos.

3. METODOLOGIA:

O projeto proposto adotará a metodologia da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1997), a pesquisa-ação analisa e discute os dados obtidos nas etapas que está dividida (quatro etapas), porém, neste projeto utilizaremos apenas três que são: fase exploratória (diz respeito ao diagnóstico da situação e as suas necessidades), fase da ação (englobam medidas práticas, como difusão dos resultados, definição dos objetivos por meio de ações concretas e negociação de propostas pelas partes interessadas) e fase da avaliação que verifica os resultados das ações no contexto organizacional da pesquisa e suas conseqüências a curto e médio prazo.

Comparação dos resultados obtidos com seis meses de aplicação e com seis meses anteriores. Avaliação dos critérios e indicadores (retrabalho e devolução).

4. RESULTADOS:

Com base na implantação da padronização de processos na linha de produção (setor de montagem), acredita-se na redução dos índices de retrabalho e devolução por defeito de produto, aumentando assim a produtividade e conseqüentemente um melhor andamento da linha de produção tanto em relação à execução das atividades operacionais quanto em relação ao entendimento e comprometimento da equipe perante o processo de padronização.

5. DISCUSSÃO

De acordo com Velosos e Trevisan (2005), não é objetivo da padronização engessar o processo, ela possibilita a melhor prática e facilita a difusão de idéias. No entanto, cabe aos gestores das empresas nortear o processo de padronização de tal forma que o processo em si não ande solto, mas que também não burocratize os processos produtivos entre cada etapa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este projeto destaca a importância do processo de padronização para as empresas como ferramenta para reduzir o retrabalho e devolução de produto, assegurar e garantir a correta execução dos processos operacionais, bem como instruir os operadores de forma clara, objetiva e principalmente garantir a qualidade do produto da empresa no mercado, tornando-a competitiva de forma eficaz.

Ao se aplicar a metodologia proposta neste estudo de caso, evidenciou-se excelentes resultados operacionais com a implantação das etapas práticas do método de padronização orientado para os resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Vicente Falconi. **Qualidade total**: padronização de empresas. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração-teoria, processos e prática**. 3°. ed. São Paulo: Makron Books, 2000

CURY, Antonio. **Organização e métodos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade** – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Otávio J. (Org.). **Gestão da qualidade** - tópicos avançados. São Paulo: Thomson, 2004.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VELOSO, Elza; TREVISAN, Leonar. **Produtividade e ambiente de trabalho: gestão de pessoas e carreiras**. São Paulo: Senac, 2005.

Blog Memória Digital do Laboratório 24 Horas do Curso Ciência da Computação do Unilasalle Canoas-RS

Robson da Silva Constante - Unilasalle e Feevale ¹

Patrícia Kayser Vargas Mangan ²

Gunter Axt ³

Palavras-Chaves: Memória Individual e Coletiva, Cibercultura, Redes Sociais, Blogs.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade trazer discussões sobre memória e memória digital, passando pela temática de cultura e cibercultura, afim de registrar relatos de memórias com foco no curso de Ciência da Computação do Centro Universitário Unilasalle em Canoas- RS, por meio da criação do Blog de Memória Digital do laboratório 24 horas. O Laboratório 24 horas tem esse nome devido ao fato de que ele fica realmente aberto 24 horas por dia, durante sete dias por semana, inclusive nos feriados. Nesse laboratório não são ministradas aulas. O laboratório tem como foco atender todos os acadêmicos dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia. Nele, os alunos podem utilizar softwares específicos para o desenvolvimento de atividades de trabalho de conclusão, bem como, é o ponto de encontro de grupos de estudos e de monitoria, conforme define o projeto pedagógico do curso, de 2009. Muitas memórias e relatos de egressos referem-se a esse espaço, o qual é mencionado em quase todos os discursos de formatura.. Para fins de pesquisa, o problema abordado tem a seguinte questão: Em que medida é possível resgatar a memória do Curso de Ciência da Computação do Unilasalle em Canoas-RS? O objetivo geral é construir a memória do Curso de Ciência da Computação, tendo como base o laboratório 24 horas, que é um espaço institucional onde se encontram diferentes pessoas, com experiências e vivências diversas, porém tendo em comum a busca da formação acadêmica. Para que fosse possível responder ao problema da pesquisa, fizeram-se necessários os objetivos específicos: a) reunir a memória coletiva a partir de depoimentos de acadêmicos e egressos; b) reunir a memória coletiva a partir de depoimentos de ex-coordenadores e ex-professores; c) utilizar redes sociais na internet como forma de divulgação, construção e registro das memórias; d) envolver a comunidade acadêmica na cocriação de ações de registros de memória. Já a metodologia utilizada, foi por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa, e coleta de dados por intermédio de depoimentos para publicação no Blog do Curso Ciência da Computação. O artigo está estruturado em capítulos, sendo que o primeiro traz conceitos

¹ Doutorando em Diversidade e Inclusão no Programa de Pós Graduação da Universidade Feevale, Mestrado em Memória Social e Bens Culturais- Centro Universitário Unilasalle.

² Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Doutorado e Mestrado em História Social pela USP. É articulista frequente em jornais e revistas de divulgação, tais como a Voto: política & negócios, e mantém desde 2009 o blog Pé de Página, no portal ClicRBS.

sobre Memória Social, Memória Individual e Memória Coletiva, Cibercultura, Redes Sociais e Blogs. Em seguida será apresentada a metodologia, bem como, alguns resultados de pesquisa, discussões e finalmente, as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de entramos no âmbito de memória social, faz-se necessário uma breve discussão do que pode ser classificado como memória, que muitas vezes pode ser descrita apenas como a capacidade de recordar o passado.

Segundo Santos (2002), a simples definição da capacidade de lembrar o passado está encarregada de diferentes significados, bem como cada significado pode ter diferentes termos. Segundo a autora, “memória” pode ser considerada como uma capacidade, seja ela de recitar um poema de cor, tomar um copo d’água, decorar um trajeto diário ou de recordar fatos vividos num passado distante ou próximo, além de aprender e compreender por meio deles.

Memória social, para Gondar (2005) pode ser considerada como uma esfera na qual uma sociedade e seus indivíduos podem ser representados para si próprios e a sua articulação de seu presente com o seu passado.

Ao iniciar os estudos sobre memória individual e memória coletiva, percebe-se uma instigante relação, pois lembranças vividas não aparecem da mesma forma, mesmo que tenham sido vividas e sentidas de maneira semelhante, pois “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p.69).

Halbwachs (2006) define memória individual como lembranças coletivas, pois são lembradas por outros, por eventos, possam estar só, não precisam exatamente de outras pessoas presentes, pois segundo o autor jamais estamos só. “[...] não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”. (HALBWACHS, 2006, p.30).

Seguindo agora para memória coletiva, essa foi e continua a ser discutida por diversos autores, e conforme conceitua Halbwachs (2006) são recordações e experiências vividas, indiferente de terem sido vividas individualmente ou de forma coletiva, pois quando lembramos informações, nos remetemos a lugares, obras arquitetônicas ou pictóricas que trazem à tona experiências vividas. Pode se tratar até mesmo de obras elaboradas por determinado arquiteto ou pintor, como também livros que lemos a respeito daquele lugar ou obra.

No próximo item serão abordados alguns conceitos de cibercultura, redes sociais e blogs que serão eixos centrais para dar sequência a pesquisa e alcançar os resultados almejados.

Estamos vivendo em um mundo cada vez mais globalizado, onde as informações são repassadas em tempo real e tempo integral. Em particular, o uso da internet permite a comunicação com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, ou mesmo, saber notícias locais e mundiais, não mais apenas a partir de um computador, de dispositivos móveis como tablets e celulares. Por meio de diversos equipamentos computacionais podemos trocar ideias, compartilhar dados e disseminar a cultura. Cultura essa que está cada vez mais deixando de ser unicamente regional para se tornar uma cultura globalizada.

Nessa era digital podemos citar a contextualização de cultura denominando-a como cibercultura. Há um espaço virtual em que estamos inseridos onde a cultura se apresenta do real para o virtual. Seja qual for a forma artística ou cultural, através do mundo virtual ou digital, essa cultura se dissemina e pode ser considerada ou nominada de cibercultura, que Lévy (1999) classifica como um movimento social e cultural, onde existe um encontro oculto por traz de um fenômeno tecnológico.

A evolução tecnológica dos meios digitais está contribuindo muito para esta nova era, principalmente após 2005, com as mudanças e novas agilidades no tráfego de vídeo viabilizado pela conexão em “banda larga”, e a chamada “Web 2.0” com suas crescentes redes sociais e as possibilidades de ações interativas, dão o marco para o avanço da comunicação participativa, ou seja, se caracterizando pela inclusão digital, principalmente quando se fala em interatividade, quer dizer que quem interage é o internauta e não a máquina, no espaço virtual, conforme conceitua (RAMALHO, 2010).

No contexto deste trabalho, a constituição do blog memória do Curso de Ciência da Computação foi construída apenas com depoimentos de pessoas que fizeram ou fazem parte do curso, não abrindo precedentes para usuários fakes, dando assim uma maior credibilidade ao blog. Mesmo como ressalva, espera-se que o grupo já formado por indivíduos com ligações ou vínculos fortes em oposição ao que realmente ocorrem nas conhecidas redes sociais na internet.

Ao analisar a rapidez com que as coisas acontecem na rede, pode-se dizer que o início da circulação dos blogs no mundo surgiu há algum tempo, sendo que os primeiros registros datam o ano de 1999, nos EUA, e, no Brasil, meados de 2000. Para Primo e Recuero (2003), a cada dia os blogs ganham mais popularidade e vem crescendo mundialmente, uma vez que qualquer internauta pode publicar/criar a sua página, tendo em vista a facilidade da linguagem HTML.

3. METODOLOGIA

Ao pensar em cultura também se deve pensar em cibercultura, redes sociais, e construção

4. RESULTADOS:

Entraremos neste momento em abordagens que partiram de depoimentos dos alunos e ex-alunos. É notável o fato de suas memórias estarem sempre ligadas a (ex) colegas e as fases de mudanças no espaço do laboratório 24 horas, como pinturas, novas máquinas, ou seja, as mudanças tecnológicas de equipamento, bem como a aderência a novas mesas centrais de estudos e novas tomadas, para os notebooks que começaram a ser utilizados.

Entrando no fator tecnológico, devido aos alunos terem os seus próprios computadores portáteis, a procura pelo laboratório continuou decorrente da troca de experiência profissional, o que acaba tornando-o um ponto de encontro de amigos/colegas. Abaixo seguem alguns trechos onde se confirmam tais afirmações:

“Uma das experiências que tenho lembrança no Lab24h foi num sábado ajudando um colega a resolver uma lista de exercícios da disciplina de programação (Linguagem de Programação I), na época fazíamos os programas em Turbo Pascal”. (ex-aluno Cristian Soldi).

“Procurava-se um espaço adequado para que os alunos pudessem frequentar para resolver exercícios, executar trabalhos, ou simplesmente para tirar dúvidas. (ex-aluno Leandro Schimitt).”

[...] não só pelo local, mas pelos outros frequentadores do laboratório, que geralmente não viam problemas em compartilhar seu conhecimento com os outros alunos do curso enfrentando dificuldades. Acho que vou sentir saudades deste local, devido ao conhecimento que adquiri lá dentro, e as amizades que fiz lá...” (ex-aluno Bruno Domingues).

Ao analisar os depoimentos e as teorias estudadas referentes ao espaço do Laboratório 24 horas, destacam-se as lembranças mencionadas sobre a sua estrutura física, alguns relatos retratam o primeiro contato com o laboratório, as primeiras impressões ao se deparar com o prédio, sala, paredes. A estrutura do lab24horas acabou funcionando como um fio condutor do ato de recordar.

Os depoimentos confirmam a conceituação de Halbwachs (2006), em que diz que as recordações e experiências vividas, indiferente de terem sido vividas individualmente ou de forma coletiva, no ato de construir lembranças e /ou informações, acabam remetendo a lugares, a obras arquitetônicas ou pictóricas que trazem à tona experiências vividas. Conceito que se encaixa como trecho de um depoimentos recibos: *“Analisando aquelas paredes de pedra e as colunas que lá existem, me imaginava entrando em um porão de castelo. Achava um lugar úmido, sombrio, um tanto quanto frio. Não é um lugar que nos faz sentir a vontade no primeiro encontro”*. (aluno Roberto Taffe).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao iniciar algumas das principais considerações desta pesquisa, deve se destacar que autores que foram estudados e que aqui compõe esse trabalho serviram de base para as análises dos depoimentos e comentários recebidos e aceitos para a criação e viabilidade do Blog Memória Digital do Laboratório 24 horas do Centro Universidade La Salle – o Unilasalle, que pode ser encontrado na internet pelo endereço eletrônico: www.laboratorio24horas.blogspot.com.br.

Destacando a teoria e um pouco da funcionalidade e importância dos Blogs, eles também foram de excelente contribuição para o entendimento e a funcionalidade da ferramenta para o pesquisador, bem como, para demonstrar de forma eficaz que as redes sociais, poderiam ser e foram agentes fomentadores na divulgação do Blog. O espaço virtual (o Blog) pode ser analisado com uma gama invariável de interpretações que começa com a grandiosidade de representações simbólicas ao relatar o espaço físico do laboratório 24 horas, onde fica a representação sentimental, aos relatos de companheirismo e de grandes amizades seladas e nascidas dentro do espaço formado por paredes, mesas, computadores, e claro por pessoas. Para finalizar, entregamos aqui um Blog, “recheado” de histórias que nos remetem a sentimentos e emoções, não ficando restrita somente a quem as viveu, mas para quem as lê.

Referências

GONDAR, Jô. **Quatro proposições sobre memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRIMOS, Alex Fernando Teixeira, RECUERO, Raquel Cunha. **Hipertexto**

<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/233/177> Acesso em: 11 ago. 2012.

RAMALHO, Alzimar R. **O Perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa**. 173f., 2010. Tese (Doutorado Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RECUERO, Raquel. ZAGO Gabriela. **“RT, por favor”: considerações sobre a difusão de informação no twitter**. Revista Fronteiras- estudos midiáticos. Unisinos, São Leopoldo. n.12(2). P. 69-81, mai/ago,2010. Disponível:
<http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/88.pdf> Acesso em: 16 de Nov.2012

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um estudo sobre os conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado**. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, p. 121-150, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58382185/Cadernos-de-Sociomuseologia-19>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SILVIA, Tarcisio Torres. **Blogs, comunidades virtuais e outras ferramentas tecnológicas: crescimento e influência no mundo corporativo**. Revista Eletrônica: SARE Anhanguera. v11, p. 74 – 81,2007. Disponível em:
<http://sare.anhanguera.com/index.php/rcger/article/view/78/76>. Acesso em: 10 nov.2012

CALEIDOSCÓPIO DE INFLUÊNCIAS: REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA E ETHOS DO AMBIENTE DA DANÇA DO VENTRE NO BRASIL

Apresentadora: Cátia Davoglio Ribas – escola@templodoorient.com.br (Feevale)

Orientador: Ernani Cesar De Freitas - ernanic@feevale.br (Feevale)

A dança do ventre é uma manifestação da cultura árabe, inserida na cultura brasileira despertando crescente interesse das mulheres a essa prática no Brasil. Através dessa pesquisa objetivamos investigar as representações identitárias do ambiente da dança do ventre no Brasil, construídas a partir da análise do discurso de Dominique Maingueneau (1997), com ênfase aos conceitos de cenografia e ethos em interface com manifestações culturais. Fundamentação teórica de natureza interdisciplinar, baseada nas categorias de cultura (Larraia,1997), identidade (Hall,2006), hibridização cultural (Canclini, 2012), em interface com pressupostos da semântica global conforme Maingueneau (2008, 2009, 2010, 2011), mais especificamente no que diz respeito à construção da cenografia enunciativa e do ethos discursivo, como imagem de si. Metodologia utilizada: pesquisa exploratória, bibliográfica e pesquisa de campo com abordagem qualitativa. O corpus: aplicação de questionário em professoras representantes das cinco regiões do País (Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), juntamente com uma personalidade expoente da dança do ventre nacional e internacional. A partir das análises, podemos sinalizar algumas conclusões parciais: a cenográfica predominante construída pelo discurso atribui `a dança do ventre o caráter de exótismo, criado pelo imaginário ocidental sobre o oriente, do qual depreende um ethos de sensualidade e feminilidade como imagem de si pertencente ao ambiente da dança do ventre no Brasil.

Palavras-chave: manifestações culturais; cenografia; ethos.

A GENEALOGIA DA ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DIGITAL

Ricardo de Jesus Machado¹
Joao Damasceno Martins Ladeira²
Unisinos

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Arquitetura de Informação. Racionalidade. Genealogia.

1. INTRODUÇÃO

O espaço de validade desta pesquisa científica se insere nas perspectivas da Linha de Pesquisa Mídias e Processos Audiovisuais do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos e tem em conta pensar as audiovisuais correspondentes à arquitetura de informação na página on-line do Jornal Zero Hora. A proposta visa aprofundar discussões sobre a racionalidade no processo de negociação das informações na *home page*. Aproximando tais análises ao campo da comunicação, o que se tem como perspectiva é o estudo das imagens computacionais geradas para organizar a informação e suas respectivas negociações na primeira tela de contato entre o leitor e o jornal. O esforço de organização deste resumo expandido resultou na formulação de uma triplahélice, onde os itens referentes a este trabalho não funcionam de forma hierárquica, mas de maneira interrelacional a partir de três eixos: (1) a observação do “comportamento” do objeto de pesquisa; (2) a racionalidade que orienta a estrutura de pensamento formadora da arquitetura de informação; e (3) a genealogia como hipótese metodológica de análise.

Apesar do trabalho estar no início de sua trajetória de pesquisa, afinal começou a ser descrito e melhor trabalhado a partir de maio de 2013, o problema de pesquisa passou por três aperfeiçoamentos até chegar a seguinte proposição: *Quais são as lógicas – para além da técnica – que fazem as práticas da arquitetura de informação funcionarem dentro do atual contexto sócio-tecnológico?* Diante de tal problema de pesquisa, articulam-se considerações de maneira muito pontual de dois teóricos muito caros à investigação: Henri Bergson em relação a seu conceito de atual e virtual; e de Giorgio Agamben e suas técnicas de governo. Tal relação permite avançar em um questionamento que ajuda a integrar os eixos desta pesquisa e que resultaram na seguinte pergunta, que não é o problema de pesquisa específico, mas que ajuda a entendê-lo melhor: *Como tais procedimentos (as técnicas de governo) se atualizam – na perspectiva bergsoniana – no ambiente digital e a que racionalidades correspondem?*

¹ **Ricardo de Jesus Machado**, graduado em Jornalismo. Mestrando do PPG em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, linha de pesquisa: Mídias e Processos Audiovisuais; e-mail ricomachado@gmail.com.

² **João Damasceno Martins Ladeira**, doutor em sociologia pela IUPERJ. Professor orientador.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de aprofundar os tensionamentos teóricos, creio ser importante retomar o primeiro eixo de discussão deste trabalho, a fim de ampliar a compreensão das discussões e dar uma melhor dimensão do contexto da pesquisa. Trata-se (1) da seleção do objeto de pesquisa – site do jornal Zero Hora (zerohora.clicrbs.com.br/rs/) – que foi escolhido por ser um dos jornais de maior circulação (versão impressa) no Estado e no Brasil e por ser conhecido e consumido (inclusive a versão digital, apesar do acesso gratuito estar limitado a determinado número de visitas) por um número muito significativo de pessoas.

No que se refere à questão teórica propriamente dita, tem-se em vista uma hipótese de (2) racionalidade – nesse caso pensado como meta-estrutura social e política – que orienta a negociação da informação. Para tanto, recorre-se a outras áreas do conhecimento como filosofia e sociologia. Uma das premissas que orienta esta investigação diz respeito ao que o filósofo italiano Giorgio Agamben desenvolve em seu livro *O Reino e a Glória* (2011), onde defende que o processo de secularização nunca houve. Ocorre que a exemplo de nossos antepassados medievais, pouco sabemos sobre o Deus ao qual – como sociedade – nos curvamos, o dinheiro. Para ele, o movimento histórico de retomada à razão, iniciado na Europa após o século XVII com o Iluminismo, jamais ocorreu, mesmo após a chegada da modernidade. Na concepção de Agamben, o Estado moderno sacou a roupa santa da liturgia e vestiu-se de mercado. Entretanto, o “Deus”, como ocorreu na idade média, continua intocável em seu espaço divino. Há, claro, diferenças entre o Deus medieval (o cristão) e o Deus da atualidade (o dinheiro), sobretudo porque na Idade Média, quem detinha o discurso sobre aquilo a que as pessoas adoravam – o Deus cristão – eram os sacerdotes. No século XXI, nos templos dispersos do mercado, quem detém o discurso sobre a divindade contemporânea são os tecnocratas que ocupam a intermediação do “diálogo” entre os homens “comuns” e “Deus”, seja no discurso econômico, seja no trabalho dos arquitetos de informação *web*.

Um dos paradoxos que se estabelece é que a quantidade de informação trocada diariamente na Internet pode ser comparada a todo o conhecimento produzido durante um século na Idade Média. Isso, entretanto, não tornou, de modo geral, grandes contingentes de pessoas mais bem informadas no mundo contemporâneo, considerando a proporção entre informação e população. Neste contexto, o que me importa é pensar quais seriam e como se estabelecem as semelhanças – a que níveis de regularidade, inclusive – com nossos antepassados medievais, entre elas o fato de que pouco sabemos sobre o “Deus” que sutilmente – ou nem tanto – rege nossas ações. É neste sentido que as técnicas de governo se inserem, considerando que soberania e governo nem sempre são exercidos por um mesmo ente, conforme aponta Agamben. Para tentar explicar esta separação,

recorro ao seguinte exemplo: partamos do pressuposto de que em nossos tempos atuais o “mercado” atua como poder soberano (uma justificativa a isso seriam os esforços dos Estados Nações em salvaguardar a economia global como bem máximo); os governos de direito, eleitos democraticamente, seriam apenas órgãos cujo pré-requisito é manter o *status quo* da contemporaneidade. A sutileza de tais técnicas, segundo o filósofo, consiste em dispor as coisas de modo que o número máximo de pessoas aja com o mínimo de consciência, como, por exemplo, propõe o livro de arquitetura de informação Não me faça pensar de Steve Krug (2008), que tem como base o *Information Architecture* (2011).

A seguir recorro a um trecho de *O reino e a glória* apenas para dar ênfase a um aspecto de sua obra, que nos ajudará a estabelecer as conexões entre as técnicas de governo e a arquitetura de informação como ferramenta política.

Se pensarmos bem, isso significa que o enunciado performativo não é um signo, mas uma assinatura, que assina o *dictum* para suspender seu valor e deslocá-lo para uma nova esfera não denotativa, que vale em lugar da primeira. É assim que devemos entender os gestos e os signos do poder de que nos ocupamos aqui. Eles são assinaturas que se referem a outros signos ou a objetos para lhes conferir uma eficácia particular. Não é por acaso, portanto, que as esferas do direito e do performativo estejam sempre intimamente vinculadas e que os atos do soberano sejam aqueles em que o gesto e a palavra sejam imediatamente eficazes. (AGAMBEN, 2011, p. 201).

Ainda que sobre tal afirmação caibam inúmeras reflexões – dada a especificidade deste resumo expandido –, aproprio-me apenas de que penso a arquitetura de informação como *assinatura* de tais técnicas de governos.

3. METODOLOGIA

A última haste que compõe esta tripla-hélice de estudo diz respeito à (3) genealogia como perspectiva metodológica. Desta maneira, tentarei ser breve ao esclarecer de que maneira a genealogia, amparada pela arqueologia – ambas propostas foucaultianas –, podem ajudar na compreensão do trabalho de pesquisa. Por fim, apresento a metodologia das molduras, proposto por Suzana Kilpp (2003), para explicar de que forma se pretende dissecar as imagens a fim de entendê-las melhor, o que é fundamental para o desenvolvimento de trabalho.

Foucault, em seu livro *A ordem do discurso* (1996), analisa as práticas discursivas tendo em conta as condições que permitiram o estabelecimento e legitimação de determinadas práticas discursivas, por meio da genealogia. Isso decorre de que a formação discursiva está vinculada a condições abertas no ambiente – correspondente às “necessidades” existentes –, e que resulta em práticas onde o discurso aparece como um dispositivo de poder. “A genealogia, como análise da proveniência está (...) no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo

inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (Foucault, 1993, pág 22).

Outra perspectiva importante no processo de manejo da pesquisa diz respeito à metodologia das molduras, de Suzana Kilpp (2003), que servirá para dissecar as imagens e que está vinculada principalmente à seguinte ideia:

(...) Tendo a empregar uma única palavra – moldura – para designar o que, nas janelas, se chama na verdade marco, batente e, especialmente, guarnição. Essa idiossincrasia se deve ao fato de me importar menos a materialidade de moldura e mais a circunstância de ela instituir um limiar de paisagem. (KILPP, 2003, p. 37)

4. RESULTADOS

Como já foi salientado, a pesquisa ainda está em fase embrionária, mas considerando a coleta inicial de material empírico, pode-se apontar que a arquitetura de informação no site da Zero Hora corrobora a ideia agambeana de que o mercado é o Deus contemporâneo. Percebe-se, na *okonomia* interna da negociação da informação, sempre no topo da página, antes mesmo do logo do jornal, anúncios (normalmente dois) que ocupam quase toda a largura do site, formando uma espécie de moldura que embala todas as demais.

5. DISCUSSÃO

Dada a conjuntura atual do trabalho, as discussões ainda demandam um aprofundamento maior, mais intenso. Os debates propostos até o momento indicam certa reciprocidade entre as conclusões dos autores de referência e os resultados parciais já verificados. Entretanto, há a consciência de que é necessário avançar nas discussões, inclusive, com outros autores que refutam tais teses. Tal visada, tem como objetivo garantir resultados mais sofisticados tendo em conta, com o decorrer da investigação, a análise das regularidades dos resultados apurados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama geral em que se inscreve tal texto está posto. O espaço em que a pesquisa se insere é o dos estudos tecnoculturais e se propõe, como aponta Lev Manovich (2001), a pensar o presente e o futuro do contexto digital olhando para o passado – daí a genealogia. Destaco uma vez mais que a proposta desta investigação é encontrar e tentar descrever a racionalidade daquilo que é executado de forma funcionalista e maquínica na arquitetura de informação. Isso tudo a partir dos tensionamentos entre o objeto empírico e as teorias, tendo como força de tensão as metodologias de pesquisa e o comportamento imprevisível do observável. Assim, ao encerrar tal resumo, reitero que todas as energias na construção deste texto tiveram como interesse principal tentar elucidar as pistas que indicam possíveis caminhos a serem trilhados e as perspectivas de análise.

7. REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo.** Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

BERGSON, Henri. **Capítulo III. A natureza do tempo.** In: Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein. Tradução de Claudia Berlinder; revisão técnica de Beto Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, p. 51 – 78, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

KILPP, Suzana. **Ethnicidades televisivas – sentidos identitários na TV: moldurações himológicas e tensionamentos.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

KRUG, Steve. **Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso à usabilidade na web.** Tradução Acauan Pereira Fernandes. Rio de Janeiro: Starlin Alta Consult, 2008.

MANOVICH, Lev. **El Nuevo language del cine.** In: El language de los nuevos medios de comunicación. La imagen en la era digital. Traducción de Óscar Fontrodona. p. 384–411. Massachusetts: The MIT Press, 2001.

MORVILLE, Peter. ROSENFELD, Louis. **Information Architecture for the world wide web, Third Edition.** Sebastopol: O`Reilly Media, 2011.

A EMOÇÃO MEDIADA PELA TECNOLOGIA: UM ESTUDO DA IMAGEM DA CRIANÇA EM CONEXÃO COM AS EMPRESAS OI, CLARO E VIVO

Caroline Roveda Pilger¹

Universidade Feevale

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Tecnologia. Consumo. Propaganda. Experiência Humana.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre cultura do consumo, cultura infantil e propagandas de tecnologia. A partir deste tema, o estudo irá se valer da análise de propagandas das empresas telefônicas brasileiras Claro, Oi e Vivo, que utilizam a imagem da criança em suas campanhas publicitárias. Desta forma a problematização central está em entender e analisar de que forma estas empresas de telefonia utilizam a representação (imagem) da criança para comoção de seus compradores, com o objetivo de vender seus produtos tecnológicos, como celulares e pacotes de internet e TV por assinatura. Numa primeira etapa o estudo faz um mapeamento de um conjunto de filmes publicitários das três empresas veiculados nos anos 2012 e 2013 e que utilizam o sujeito infantil como parte de sua construção e posteriormente são analisadas as recorrências encontradas nestas propagandas. A proposta é analisar de que forma a tecnologia pode ser entendida como mediadora das relações humanas contemporâneas e por fim, entender de que forma a imagem da criança pode ser vista estrategicamente como forma de humanizar e sensibilizar o indivíduo pós-moderno para o consumo. A metodologia irá se valer de pesquisa bibliográfica, exploratória e análise de conteúdo. A análise de conteúdo seguirá o conceito proposto por Laurence Bardin (2004).

Justificativa

Em um mundo tão tecnológico, imediatista e individualista, em que cada vez mais pessoas se comunicam e se informam pela internet², por telefones celulares e demais

¹ Jornalista, mestranda do Curso de Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale e bolsista da Caps/Fapergs, email: carolinepilger@feevale.br.

² O número total de pessoas com acesso à internet em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, escolas, *lanhouses* ou outros locais) atingiu 79,9 milhões no quarto trimestre de 2011, segundo o IBOPE Nielsen Online. O crescimento foi de 2% sobre o trimestre anterior, de 8% sobre o mesmo período de 2010 e de 19% em relação a 2009. Os ambientes casa e trabalho foram os principais responsáveis pela expansão do total de internautas no Brasil em 2011. Disponível em:

parnafernalias tecnológicas que nos acompanham e nos auxiliam em todos os momentos, as pessoas parecem talvez sentir falta de uma “experiência humana”. Algo que nos toque, que faça sentido, conforme nos alerta Jorge Larrosa:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.1 Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (LARROSA, 2002, p. 21)

Estamos em um tempo em que o consumo e a fabricação de produtos que prometem a cada dia ser mais tecnológicos e facilitadores da vida apressada do ser humano do século XXI estão crescendo, talvez, de forma desenfreada. As relações humanas, sejam em ambientes de trabalho, entre amigos e até mesmo entre familiares estão cada vez mais mediadas pela tecnologia. O tempo está cada vez menor e as pessoas assumem a cada dia uma lista maior de problemas e atividades para resolver e cada vez menos tempo para efetivamente se relacionar com o outro. Conforme nos lembra Bordini (2007, p. 51) o século XXI foi inaugurado “como mais um tempo sombrio em que as promessas do Iluminismo, de progresso e pacificação das nações por meio do conhecimento e da racionalidade, tão acarinhadas pela modernidade, mostram-se impossíveis de serem cumpridas.”

E é também neste cenário que problematizamos a representação e o lugar da infância. Estas incertezas e indagações sobre a cultura infantil e sua relação com as características de nossa pós-modernidade, como o consumo e o excesso de informações disponível a todos, sem censura, me impulsionaram a realizar a pesquisa que proponho aqui. Já em pesquisa anterior³ (Pilger, 2012), me propus a investigar a infância e sua relação com a mídia e o consumo partindo da análise de um conjunto de reportagens. Nesta pesquisa pude perceber a importância da imagem do sujeito infantil nos dias de hoje e sua relevância para o mercado publicitário e jornalístico. A cultura infantil abastece diversos cenários atuais e serve de subsídio para a venda de produtos como os das empresas citadas anteriormente (Claro, Oi e Vivo), como também de serviços de bancos, cartões de crédito entre muitos outros disponíveis no mercado atual.

Levando em consideração o cenário social e cultural pós-moderno em que vivemos, acredito ser de suma importância e relevância realizar uma pesquisa que relacione a imagem

<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=9725B59E0CD6FC43832579DC005A03D9>. Acesso em: 17/04/2012.

³ O Dia das Crianças na Zero Hora: um estudo sobre jornalismo, consumo e cultura infantil. Orientado pela professora Dra. Saraí Patrícia Schmidt.

da criança, o consumo e a mídia. A infância, além de um período de vida do ser humano, é um processo cultural vivido por toda a criança. O consumo é uma característica cultural de nossa atual sociedade e presença constante no comportamento e identidade dos sujeitos contemporâneos. E por fim, as propagandas televisivas, podem ser encaradas como representações de nossa sociedade, das relações e talvez valores presentes em nosso tempo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Este trabalho analisa os filmes publicitários televisivos das empresas de telefonia brasileira Claro, Oi e Vivo que utilizam a imagem da criança relacionada com o conceito de experiência humana, trazido por Larrosa (2002) e Bauman (2005), para vender seus produtos tecnológicos. Para tanto a pesquisa irá apoiar-se, entre outros, nos estudos sobre cultura, consumo, globalização e cultura infantil, desenvolvidos pelos autores Zygmunt Bauman, Betriz Sarlo, Colin Campbell, Roque Laraia e Shirley Steinberg. Também pretendemos nos apropriar dos estudos sobre infância, identidade, sujeito e pós-modernidade com os teóricos Jorge Larrosa, Leandro Lajonquiére, Walter Kohan, Stuart Hall, Maria da Glória Bornidi e Zygmunt Bauman. É importante destacar que os estudos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman formarão a base teórica principal deste estudo. Suas reflexões centrarão as discussões e irão contribuir de forma fulcral para a compreensão das propagandas que utilizam o sujeito infantil como forma de representar uma experiência humana ou um suspiro de humanidade nesta modernidade líquida, como refere-se Bauman ao atual período de pós-modernidade em que vivemos. Da mesma forma, as instigantes reflexões de Jorge Larrosa sobre a construção da imagem infantil e a busca pela “verdadeira infância” contribuirão significativamente para o estudo e problematização das propagandas de tecnologia que envolvem os pequenos.

3. METODOLOGIA:

primeiro momento, na primeira etapa da pesquisa, será feito um levantamento quantitativo das propagandas para descobrir quantas delas se utilizam da imagem da criança e desta forma entender a importância do uso do sujeito infantil neste cenário. Em um segundo momento será feita, conforme indica Bardin (2004), a pré-análise dos documentos e preparação das informações. Neste momento serão feitas fichas-descrição de cada uma das propagandas encontradas. Em uma terceira etapa, ainda seguindo as fases propostas por Bardin (2004), será realizada a exploração do material, com o objetivo de encontrar as principais recorrências encontradas no corpus dos achados e, se necessário, codificá-las e categorizá-las. Na última etapa será realizado o tratamento dos resultados, ou seja, a análise propriamente dita das propagandas e principais recorrências encontradas na pesquisa. Esta fase é muito importante, pois é quando ocorre a síntese, inferências e interpretação feita pelo pesquisador.

4. RESULTADOS/ CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mesmo na etapa inicial do estudo quando estamos desenvolvendo a primeira análise do corpus da pesquisa, o que já fica evidenciado é que todas as empresas escolhidas como objeto de análise tem recorrentemente utilizado a imagem da criança para construir suas propagandas e vender seus produtos tecnológicos, utilizados principalmente por adultos. Neste sentido, cerca de 80% das propagandas analisadas tem a presença da criança em sua construção, seja ela protagonista ou não do filme publicitário.

Após conclusão desta primeira fase de coleta e análise de todas as propagandas das três empresas que formam o corpus da pesquisa, a segunda etapa será o fichamento de cada uma das propagandas que utilizam a imagem da criança, para posteriormente serem criadas categorias de análise. O estudo segue como proposta de dissertação do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Lívía; CAMPBELL, Colin (orgs). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 204p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Globalização, as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

_____. **...adas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Vida Líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **A sociedade individualizada**. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008b.

_____. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

BORDINI, Maria da Glória. **Crises pós-modernas e o fim das utopias: o lugar das literaturas**. In: HELENA, Lúcia. *Literatura, intelectuais e crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, CNPq, 2007, p.51-63.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Educação & Realidade. **Os nomes da Infância**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. v. 25, n, 1, jan/jun, 2000.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. *João Wanderley Geraldi*. Revista Brasileira de Educação. n. 19. 2002. Disponível em:

[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDI A.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDI_A.pdf). Acesso em: Junho de 2013.

_____. **Pedagogia profana**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOHAN, Walter Omar. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Infância, estrageiridade e ignorância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Vida e Morte da Infância, entre o Humano e o Inumano**. Revista Educação & Realidade da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, v. 35, n. 3, p. 125-138, set./dez., 2010.

LAJONQUIÈRE, Leandro. **A psicanálise e o debate sobre o desaparecimento da infância**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, c2009. 117 p.

MOMO, Mariângela. **Mídia e Consumo na produção de uma infância pós –moderna que vai à escola**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGEDU, 2007. Tese de Doutorado.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo; tradução Eloisa Helena de Souza Cabral**. – São Paulo: Editora Gente, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Nunca fomos humanos: nos rastros so sujeito**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001. 206 p.

STEINBERG, Shirley e KINCHELOE, Joe (orgs). **Cultura Infantil: a construção corporativa da infância; tradução George Eduardo JapiassúBricio**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ALINHANDO ESTRATÉGIAS NO SETOR PÚBLICO

Marcelo Medeiros da Rosa¹
Fabiano Domingos Bernardo²
Patrícia Bianco³
Carlos Visani Júnior⁴
Sérgio Murilo Petri⁵

Palavras chave: Alinhamento Estratégico. Mapa Estratégico. *Balanced Scorecard*.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Olenike *et al.* (2012, p. 02) há uma dicotomia entre a arrecadação tributária e os serviços públicos no país: “Entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil CONTINUA SENDO o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem estar da sociedade.” [Grifos no Original].

Ao transparecer que sua gestão fiscal e orçamentária é ruim, o Estado atesta que o trato com os recursos públicos busca unicamente cumprir dispositivos legais, preterindo-se o planejamento e a correta gestão dos ativos para o desenvolvimento de ações e políticas de governo que atendam aos anseios da população.

Ante o exposto, é necessário promover uma reflexão sobre a forma que a Administração Pública estabelece as metas e promove o alinhamento das estratégias de seus entes. Nasce, assim, o problema de pesquisa: Como promover o alinhamento estratégico dos entes da Administração Pública?

Objetiva-se, nesta pesquisa, testar a aplicabilidade do Mapa Estratégico do *Balanced Scorecard* na promoção do alinhamento estratégico para os entes públicos.

2. A METODOLOGIA *BALANCED SCORECARD* (BSC)

O desenvolvimento do *Balanced Scorecard*, ocorrido na década de 1990, teve como pano de fundo a mudança de escopo na avaliação de desempenho corporativo. A ênfase excessiva em métodos tradicionais de avaliação de desempenho - resultados financeiros refletiam exclusivamente a situação de curto prazo. Percebeu-se a necessidade de avaliar o

¹ Especialista em Controle da Gestão Pública Municipal (UFSC).

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) – UFSC.

³ Graduanda em Contabilidade (UFSC).

⁴ Graduado em Administração Pública (UDESC).

⁵ Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e Docente do PPGC – UFSC.

desempenho corporativo sobre novas perspectivas – ativos intangíveis, e não mais apenas sob o prisma financeiro – ativos tangíveis (BASAGLIA *et al.*, 2010).

Diante desse paradigma, Kaplan e Norton desenvolveram o *Balanced Scorecard*, método que, após os primeiros testes práticos, foi considerado um sistema de gestão que contribui para a implantação das estratégias e mobilização de toda a organização para o cumprimento dos objetivos estratégicos. Isto se dá pelo fato da ferramenta posicionar a estratégia como o cerne do negócio, tirando os aspectos financeiros do topo da hierarquia e colocando-os em pé de igualdade com outras questões pertinentes ao negócio - como a gestão dos processos e do relacionamento com clientes.

Na construção do BSC, a estrutura proposta pelos autores para traduzir a estratégia em termos operacionais é, tradicionalmente, dividida em quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos e crescimento e aprendizagem (KAPLAN; NORTON, 1997).

2.1 O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO PELO MAPA ESTRATÉGICO DO BSC

O alinhamento estratégico corresponde à adequação e integração funcional entre o ambiente externo e interno - integração entre mercados, estrutura administrativa e recursos financeiros, tecnológicos e humanos, com o objetivo de desenvolver as competências necessárias para maximizar o desempenho organizacional (KAPLAN; NORTON, 2006).

Este alinhamento integra as ações organizacionais ao comunicar a estratégia a todas as unidades/setores de modo que todos colaborem para a realização das metas e objetivos traçados, agregando valor à organização. Com as estratégias alinhadas, todas as áreas podem oferecer mais do que suas atribuições tradicionais (ANTUNES; GONÇALVES, 2010).

A forma mais indicada para visualizar o alinhamento estratégico ocorre por meio da construção de um Mapa Estratégico. Por Mapas Estratégicos, entende-se a representação visual das relações de causa e efeito entre os componentes estratégicos de uma organização.

3. METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza aplicada, possui origem exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos teóricos, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. A abordagem do problema escolhida foi a qualitativa. Outros procedimentos metodológicos utilizados: aplicação de questionário semiestruturado e visitas à sede e projetos desenvolvidos por uma entidade pública – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) nos anos de 2011 e 2012.

4. RESULTADOS

A entidade atua como agente facilitador da produção cultural de Florianópolis, com foco na promoção da cultura como fator de desenvolvimento e inclusão social. Seus

programas visam promover, fortalecer e difundir manifestações culturais, democratizar o acesso à cultura, valorizar e preservar o patrimônio cultural da cidade e promover um diálogo permanente para a construção de políticas públicas para a cultura.

A Figura 01 apresenta o Mapa Estratégico, elaborado sob a supervisão da Direção da FCFFC, que, dadas as características da entidade, está organizado em quatro perspectivas - Sociedade, Orçamentária, Processos Internos e Aprendizado e Conhecimento:

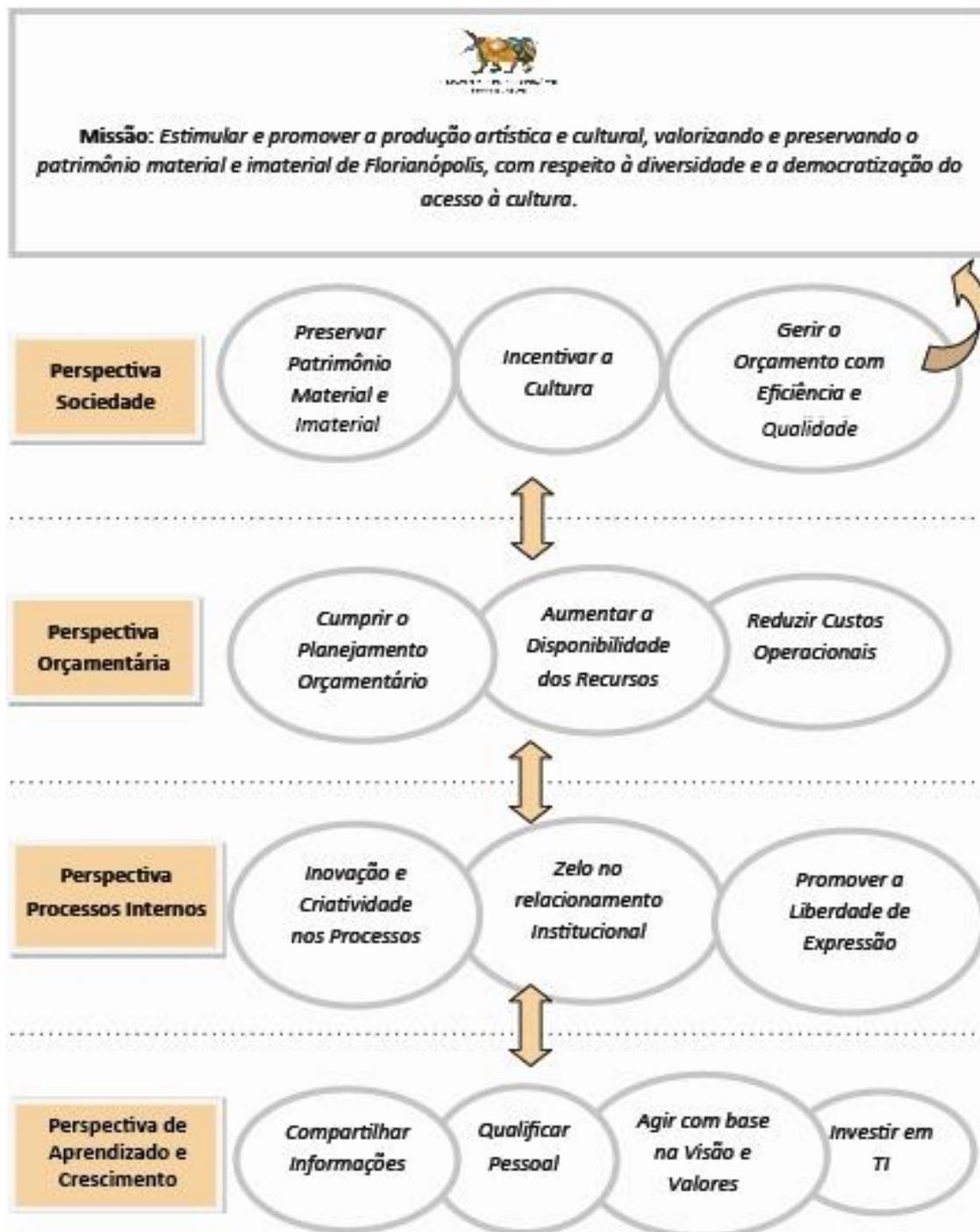


Figura 01: Mapa Estratégico da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
 Fonte: Os autores, 2013.

4.1 SÍNTESE DO ALINHAMENTO PROPOSTO

Para ilustrar o modelo de alinhamento da estratégia proposto para a FCFFC, elaborou-se a Figura 02, seguindo modelo de Kaplan e Norton (2000, p. 19):

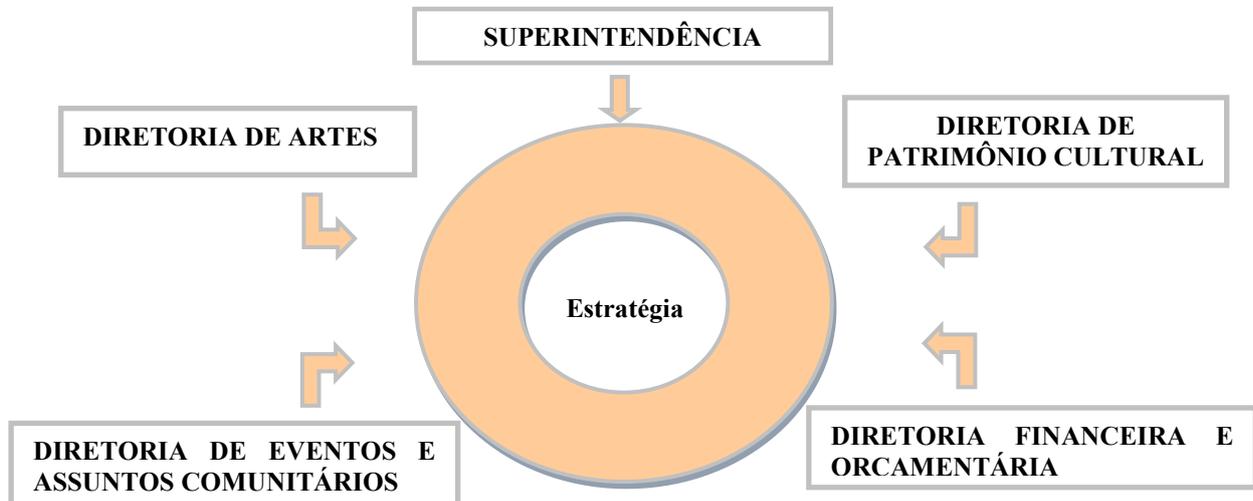


Figura 02 - Alinhamento das Atividades à Estratégia da FCFFC.
Fonte: Os autores, 2013.

Ao promover o alinhamento, a gestão dos aspectos estratégicos – definir, implantar, controlar e avaliar a estratégia; organizacionais – otimizar o conhecimento e os recursos tecnológicos para garantir a eficiência nos processos internos; e orçamentários – gerir os recursos dentro das normas vigentes e a manutenção da entidade, ganha-se em eficácia e efetividade, facilitando a gestão e fornecendo transparência no trato com os recursos públicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi atendido por meio da elaboração e validação do Mapa Estratégico do BSC para o alinhamento estratégico de uma entidade pública. Este modelo apresentou os objetivos estratégicos das áreas do FCFFC, a interação lógica existente entre eles e a possibilidade de cumprimento da missão da entidade.

Cabe salientar que é aceitável que o alinhamento estratégico não seja atingido rapidamente, tendo em vista as reavaliações e readequações constantes propostas pelo BSC. Sua consecução não depende apenas de circunstâncias operacionais, mas principalmente da intenção dos líderes e dos colaboradores da entidade. Para que ocorra a melhoria nos processos e na gestão dos aspectos financeiros, organizacionais e estratégicos, a metodologia deve estar inserida em seus sistemas de gerenciamento, permitindo a correta análise do desempenho e segurança na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. M. F. **Brasil sobre no Ranking Mundial dos Países com Maior Carga Tributária.** Estudos do IBPT. Disponível em http://ibpt.com.br/img/_publicacao/13891/189.pdf. Acesso em: 16 jan. 2012.

ANTUNES; M. C.; GONÇALVES, A. O. **Nível de Maturidade do Alinhamento Estratégico entre os Programas e/ou Ações do Plano Plurianual do Governo Federal Brasileiro e os Órgãos Responsáveis por sua Gestão.** In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governança – EnAPG 2010, Vitória. **Anais.** Vitória: EnAPG, 2010.

BASAGLIA, M. M.; OLIVEIRA, L. T. S.; NASCIMENTO; M. R.; PERIOTTO, A. J. **Alinhamento da metodologia Balanced Scorecard ao planejamento estratégico de uma empresa de consultoria.** In: Congresso Internacional de Administração, 2010, Ponta Grossa. **Anais.** Ponta Grossa, 2010.

KAPLAN, R.; NORTON, D. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard.** 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Organização Orientada para a Estratégia: Como as empresas que adotaram o Balanced Scorecard prosperam no novo ambiente de negócios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KAPLAN, R.; NORTON, D. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas.** Rio de Janeiro: Campus, 2006.

OLENIKE, J. E.; AMARAL, G. L.; AMARAL, L. M. F.; STEINBRUCH, F. **Estudo Sobre Carga Tributária/PIB X IDH: Cálculo do IRBES (Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade) Edição 2012 – Com A Utilização De Índices Recentes.** Estudos do IBPT. Disponível em http://ibpt.com.br/img/_publicacao/14191/196.pdf?PHPSESSID=8d54f9c72afca5fa167b43b12abe7272. Acesso em: 21 mar. 2012.

A REPRESENTAÇÃO DO JORNALISTA ESPORTIVO NOS FILMES “HELENO”, “GARRINCHA” E “BOLEIROS”

Bruna Provenzano¹
Universidade Feevale - RS

Palavras-chave: jornalismo esportivo, cinema, esporte, jornalista

O futebol e o cinema, no Brasil, são contemporâneos. Ambos chegaram ao país nos últimos anos do século XIX, difundiram-se e tornaram-se populares. O primeiro registro de uma tabelinha bem sucedida entre os dois é a gravação de um jogo de 1908 entre Brasil e Argentina que, de acordo com Zanin (2006), é considerado o primeiro documentário brasileiro sobre futebol. Nas produções ficcionais, o gol demorou um pouco mais para acontecer:

Cinema e futebol eram duas formas do entretenimento e duas novidades de início do século XX e, assim, nada mais natural que se dessem as mãos e saíssem pelo mundo. Mas há que reconhecer que isso aconteceu tardiamente, e de maneira tímida, pelo menos no âmbito dos filmes de ficção. (...) muito antes disso o cinema, que desde o início mostrara predileção pelo registro do cotidiano social, havia se preocupado em filmar eventos esportivos – entre os quais o futebol – em cinejornais e pequenos documentários. (ZANIN, 2006, pg.29)

Atualmente, as produções cinematográficas brasileiras que têm o esporte como tema são mais comuns. De acordo com uma pesquisa realizada em 2006 pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Victor Andrade de Melo, entre 4.500 filmes brasileiros analisados, 204, de alguma forma, representavam o esporte em sua trama. O futebol foi a modalidade mais abordada, com citação em 117 destas produções. Sobre estes números, Melo afirma que “quando discutimos as relações entre futebol e cinema, estamos certamente narrando os encontros e desencontros entre duas paixões universais, diferentes, mas profundamente relacionadas”.

Outro tema recorrente nas telas de cinema é o jornalismo, especialmente em produções internacionais. Seja como personagem principal ou influenciando no rumo da trama a partir do trabalho investigativo, jornalistas aparecem em diversos filmes que retratam a rotina de trabalho

¹ Jornalista e pós graduanda em Jornalismo e Convergência de Mídias. E-mail: brunaprovezano@gmail.com

destes profissionais. Conforme Berger (2002) “Chama a atenção a quantidade de filmes brasileiros em cuja sinopse aparece o jornalista e o fato de nossos principais diretores terem transformado este profissional em personagem”.

Levando-se em consideração as significativas e – intensas – relações entre cinema X esporte e cinema X jornalismo, o presente trabalho busca estudar de que maneira o cinema brasileiro representa, em suas produções ficcionais, o jornalista que atua na editoria de esporte. Para a elaboração deste estudo, foram escolhidos três filmes gravados entre 1998 e 2012, cujo tema principal pertence ao universo do esporte. Tendo como pano de fundo de suas histórias o futebol, os filmes “Boleiros – Era uma vez o Futebol” (1998), “Garrincha – Estrela Solitária” (2003) e “Heleno” (2012) são analisados nesta pesquisa a partir das citações a jornalistas ou ao próprio jornalismo voltado ao esporte.

Com a compilação de dados e observação das cenas, pretende-se identificar de que forma o cinema brasileiro retrata os profissionais que atuam na editoria de esporte dos veículos de comunicação e quais são os elementos e características que se repetem nestas produção para a construção da imagem do jornalista esportivo.

Para a elaboração deste estudo, como aporte teórico foram consultadas produções bibliográficas sobre a relação entre jornalismo e cinema, futebol e cinema e jornalismo esportivo. Como método de análise dos filmes selecionados foram aplicadas técnicas de Análise de Conteúdo levando-se em consideração aspectos quantitativos e qualitativos, ou seja, integrando os conteúdos manifestos (visíveis) e latentes (oculto).

A análise das produções cinematográficas foi realizada a partir da identificação de cenas em que são representados jornalistas esportivos ou feitas referências ao próprio jornalismo. Estas cenas foram organizadas em uma tabela na qual, por meio da descrição de cada um destes momentos, foram classificadas as cenas a partir de categorias pré estabelecidas. Uma mesma aparição da representação de jornalismo pode ser classificada em mais de uma categoria.

Veículo

Este campo indica qual veículo de comunicação está presente nas produções cinematográficas. Além do número total de citações a veículos de comunicação, eles serão divididos em jornal, fotografia, rádio, televisão, cinema e revista.

Opinião

Neste quesito são identificadas as cenas em que o jornalista é relacionado diretamente à

sua opinião.

Memória/Informação

Para este critério são selecionados os momentos em que o jornalismo/jornalista é apontado como fonte de informação ou memória nos filmes.

Pessoal

Este critério é utilizado para identificar as cenas em que os jornalistas destacam os aspectos e fatos da vida pessoal dos jogadores representados nos filmes.

Descrença

Para esta categoria são classificadas as cenas em que o trabalho e a produção jornalística é tratada com descrença ou de forma pejorativa.

Atuação

Neste quesito são identificados os trechos dos filmes em que o personagem do jornalista esportivo aparece em cena exercendo a profissão. Esta categoria é analisada qualitativamente.

No filme Heleno, foram identificados os seguintes resultados:

Veículo	Opinião	Memória/ Informação	Pessoal	Descrença	Atuação
20	5	6	1	2	3

No filme Garrincha, as classificações foram as seguintes:

Veículo	Opinião	Memória/ Informação	Pessoal	Descrença	Atuação
10	0	5	3	3	3

Já no filme Boleiros, o resultado da análise foi o que segue:

Veículo	Opinião	Memória/ Informação	Pessoal	Descrença	Atuação
11	0	5	1	1	9

A primeira parte da análise, que se dedica aos dados quantitativos acima descritos, aponta que os principais referenciais destas produções cinematográficas em relação ao jornalismo esportivo são ligados diretamente às questões de memória e informação. As principais cenas listadas nesta

categoria são sobre pessoas que sabem do sucesso dos atletas a partir dos veículos.

A segunda categoria com maiores indicações foi a descrença, que define aquelas cenas em que o trabalho dos jornalistas esportivos é visto com desconfiança. Todos os filmes analisados apresentam, pelo menos uma vez, cenas em que o jornalismo é relacionado à falta de confiança.

Informações sobre a vida pessoal dos atletas é um dos temas que, de acordo com os filmes analisados, pautaram os jornalistas representados nas produções. Na categoria opinião, apenas o filme Heleno apresentou cenas que pudessem ser classificadas desta forma.

As cenas da categoria atuação, ou seja, aquelas em que o jornalista esportivo é representado e aparece exercendo a profissão nos filmes, serão analisadas na próxima etapa da pesquisa e ajudarão na reflexão sobre a representação do profissional que atua na editoria de esporte a partir dos filmes definidos para este estudo. Estes dados, já compilados, serão analisados de forma qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Christa (org.) *Jornalismo no Cinema*, Editora da Universidade, Porto Alegre, 2002.

FERRARETTO, Luiz Arthur. *Rádio: o veículo e história e a técnica*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RIBEIRO, André. *Os Donos do Espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

SOARES, Edileuza. *A Bola no Ar: O rádio esportivo em São Paulo*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

ZANIN, Luiz. *Fome de Bola – Cinema e Futebol*, Editora Aplauso, São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS

PET-SAUDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA AOS PRINCÍPIOS DO SUS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA

Vanessa L.S Azevedo (PUCRS)¹

Andréia Mendes dos Santos (PUCRS)²

Palavras-chaves: Formação Profissional em saúde; Política de Saúde; Trabalho Multiprofissional.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de subsidiar a transição da prática profissional desenvolvida na perspectiva saúde-doença para um fazer profissional construído através do conceito ampliado de saúde, o Ministério da Saúde criou na última década diversos programas para dar suporte à formação acadêmica, entre eles, no âmbito da graduação, o Programa de Educação pelo trabalho para Saúde/PET-Saúde. Programa criado para propor transformação das práticas e procedimentos, bem como, “aprender a refletir sobre a mesma, [tendo] em vista a construção coletiva de saberes sobre a saúde”. (KETZER, 2011, p. 19).

Este estudo se propõe *compreender se e/ou como a experiência dos ex-bolsistas do PET- saúde contribuiu para a opção profissional voltada para os princípios do SUS e como essa prática qualifica a política de saúde brasileira*. O interesse pelo estudo é despertado por ser um dos objetivos do programa - o fomento a novos recursos humanos aptos trabalharem no Sistema Único de Saúde. Os sujeitos pesquisados serão os ex-bolsistas PET-Saúde que tenham participado do programa no período de 2009-2013, já tenham concluído a graduação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A demanda pela reorientação da gestão do trabalho e da educação na saúde com base na integração ensino-serviço é um debate que ocorre desde a Primeira Conferência Nacional

¹ Mestranda em Serviço Social do PPG/FSS/PUCRS, bolsista integral CAPES. Assistente Social.
E-mail: vlsazevedo@gmail.com; vanessalsazevedo@hotmail.com.

² Doutora em Serviço Social. Psicóloga. Em estágio de Pós-Doutorado PNPd/CAPES. Professora Colaboradora do PPG/FSS/PUCRS. E-mail: andreiam72@gmail.com; andreia.mendes@puccrs.br

de Recursos Humanos em 1986, e no ano da 8ª Conferência Nacional de Saúde, de singular importância para a constituição do Sistema Único de Saúde - SUS. Na Constituição da República Federativa do Brasil - CF de 1988, o ordenamento da formação de recursos humanos na área da saúde consta como uma das competências do Sistema Único de Saúde - SUS. Na Lei Orgânica da Saúde - LOS, que compreende as leis n.8.080/1990 e 8.142/1990, os serviços de saúde foram reconhecidos como espaços de ensino e aprendizagem, que expressam a relação indissociável entre assistência, gestão e formação em saúde.

De maneira a subsidiar respostas a essa demanda criam-se, inovações no modo de ensinar como: Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde/PET-Saúde, criado em 2009, através da Portaria Interministerial nº 917, de 06 de maio de 2009, que possui como fio condutor de sua metodologia: integrar ensino e serviço com vistas à reordenação da formação profissional. O Ministério da Saúde espera como resultado que os estudantes e profissionais que participarem do Programa desenvolvam habilidades e competências “na direção da consciência sanitária, com todo seu ideal de participação e da garantia de direitos integrais à população, que vai contra o projeto de sucateamento do projeto neoliberal da saúde” (BELLINI, SILVEIRA, LEWGOY, 2011, p. 155).

O caráter do estudo é qualitativo, com alguns dados quantitativos para melhor mensurar, complementar e referendar aspectos analisados. No que tange ao universo de pesquisa esta será composta pelos bolsistas PET-Saúde/PUCRS, participantes do programa no período de 2009–2013. A amostra será composta por ex-bolsista PET-Saúde/PUCRS, participantes do programa no período de 2009–2013, que tenham concluído a graduação e estejam trabalhando no Sistema Único de Saúde.

Como instrumentos e técnicas de pesquisa utiliza-se: **1 – Pesquisa bibliográfica:** com o intuito de coletar informações prévias e adensar os conhecimentos sobre a temática;

2 – Pré-mapeamento Bolsistas PET Saúde (1ª fase coleta de dados): para coleta de informações sobre bolsistas PET-Saúde e posterior envio de questionários eletrônicos. Esses formulários serão preenchidos com informações fornecidas pela Coord. de Programas Especiais da Pró-Reitoria Acadêmica. Serão coletadas informações como nome, telefone, e-mail, área de formação, período que participou do programa e projeto que estava inserido. Posteriormente o nome do bolsista será substituído pelo código área de formação e números de 1

a 185. Ex.: #Farmácia1, #ServiçoSocial185; **3 – Mapeamento bolsistas PET-Saúde (2ª fase coleta de dados):** com as informações coletadas na 1ª fase da coleta de dados serão enviados por e-mail questionários estruturados aos acadêmicos participantes do PET-Saúde/PUCRS no período (ano) de 2009 a 2013. Essa etapa tem por finalidade mapear os ex-bolsistas inseridos no Sistema Único de Saúde. Todos os bolsistas já estarão pré-identificados e conforme forem enviando os questionários, as informações serão anexadas ao material coletado na 1ª fase da coleta de dados. Ao enviar o formulário o sujeito de pesquisa concorda em participar da pesquisa, informação que consta no cabeçalho do instrumento, bem como, a primeira pergunta é se aceita participar da pesquisa; **4 – Entrevistas formulários semiestruturados (3ª fase coleta de dados):** as entrevistas serão realizadas com os ex-bolsistas PET-Saúde/PUCRS que estão trabalhando no Sistema Único de Saúde e/ou na política de saúde, com o objetivo de analisar as contribuições da participação no programa na formação em saúde e na prática profissional. Para convite e/ou agendamento para participar da entrevista, o contato será através de contato telefônico e/ou e-mail. Todos os sujeitos participantes dessa fase já estarão pré-identificados, com as informações que foram coletadas na 1ª fase da coleta de dados. Nessa fase será entregue o Termo Livre Esclarecido.

A análise de conteúdo é realizada a partir “[...] de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados”, sendo posterior a inferência e interpretação deste material (BARDIN, 1977). As análises quantitativas dos dados sofrerão tratamento Estatístico. Salienta-se que todos os sujeitos entrevistados serão esclarecidos sobre a matéria que trata essa pesquisa cabendo a eles a decisão de participar ou não. Todos terão acesso ao projeto, serão consultados previamente e terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias, conforme determina a resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

RESULTADOS

A pesquisa encontra-se com o pré-mapeamento dos bolsistas PET Saúde concluída. Nesta primeira fase se identificou que no período de 2009 a 2013, participaram do programa 224 alunos de graduação, distribuídos nos cursos de Educação Física (08), Enfermagem (28), Farmácia (36), Fisioterapia (08), Medicina (27), Nutrição (27), Odontologia (32), Psicologia (26) e Serviço Social (32). No que tange ao número de participações nos projetos 96 (noventa e seis) bolsistas participaram do PET Saúde (2009-2010); 59 (cinquenta e nove) no PET

Saúde da Família (2010-2011); 13 (treze) no PET Saúde Mental (2011-2012); 10 (dez) no PET Vigilância Sanitária (2011-2012); 45 (quarenta e três) no PET-PRÓ (2012-2013) e 8 (oito) no PET Vigilância Sanitária (2013-2015).

DISCUSSÃO

A inserção de diversos compôs de saber no PET-Saúde oportuniza aos acadêmicos compreender que o trabalho em uma equipe de diferentes áreas deve ser pautado nos mesmos objetivos, a garantia da universalidade, da integralidade e da equidade, no atendimento em saúde. A equipe multiprofissional se complementa com o aprimoramento das habilidades e competências específicas de cada núcleo de saber, no enfrentamento dos processos de saúde e adoecimento da população assistida. Vivência esta que foi construída em uma equipe multidisciplinar, que trabalhava em uma perspectiva horizontal, criando ações interdisciplinares para garantir o melhor atendimento aos usuários. “O PET-Saúde opera na direção da consciência sanitária, com todo seu ideal de participação e da garantia de direitos integrais à população, que vai contra o projeto de sucateamento do projeto neoliberal da saúde” (BELLINI, SILVEIRA, LEWGOY, 2011, p. 155).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento o que percebe-se através da leitura dos projetos do PET-Saúde e das legislações estudadas, o que espera-se é acadêmico possa se tornar um profissional em condições de realizar análise da realidade e da realidade em saúde, com um perfil investigativo/propositivo, que reconheça a importância do trabalho interdisciplinar, por que esta participação potencializa o conhecimento e inserção no cotidiano na área de Saúde.

A Formação em Saúde é um dos elos entre os desejos e expectativas da população por uma vida melhor e as projeções e estimativas dos governantes ao oferecer programas de saúde mais eficientes. A participação em Programas como o Programa Nacional de Reorientação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde) contribuem para a formação de um novo profissional para estar apto a responder às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS).

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; PROENÇA, Juliana Giorgetta; ALTAMIRANO, Marisa Martins. As instituições de saúde como espaço de construção. In: CORBELLINI, V.L. et al. (Orgs.) **Atenção primária em saúde: vivências interdisciplinares na formação profissional PUCRS**. Brasília: ABEn, 2011.

AZEVEDO, Vanessa. **Abrindo a “caixa de Pandora”**: programas de ensino em serviço. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

KETZER. Solange Medina. Apresentação. In: CORBELLINI, V.L. et al. (orgs.) **Atenção primária em saúde: vivências interdisciplinares na formação profissional PUCRS**. Brasília: ABEn, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Brasília/DF, 1990. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/lei_8080_90.pdf>. Acesso em: 06 de abril. de 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA. **Dialogando sobre o Pacto pela Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – PRÓ-Saúde**: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2007b. Disponível em: <http://prosaude.org/rel/pro_saude1.pdf>. Acesso em 24 de mar. de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da Saúde. **PET-Saúde**. Texto atualizado em 18/05/2011, às 16:57. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=35306>. Acesso em 05 de abril junho de 2013.

A MEMÓRIA DO CINEMA EM CINEMA PARADISO

GABRIEL DAUDT ¹

RESUMO:

A proposta deste artigo é estudar as relações entre cinema e história considerando o suporte como um 'Lugar de Memória'. Para tanto, analisa-se o filme *Cinema Paradiso* (*Nuovo Cinema Paradiso*, Itália, 1988) de Giuseppe Tornatore. O trabalho tem como base as teorias de Pierre Nora, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Marc Ferro e Greener Turner. A partir da análise fílmica, com base na Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson, buscamos identificar as referências cinematográficas presentes na obra, bem como exemplos do cinema enquanto prática social. Percebe-se que o cinema enquanto Lugar de Memória promove uma experiência coletiva, quando esta se mistura à memória individual, constituindo-se uma prática importante para compartilhar histórias e situações não vivenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema Paradiso; Memória; História.

INTRODUÇÃO

Tomando como princípio norteador que o cinema é um Lugar de Memória do próprio cinema enquanto arte e, também, prática cultural, este artigo propõe uma breve análise do filme *Cinema Paradiso* (*Nuovo Cinema Paradiso*), produção italiana escrita e dirigida pelo cineasta Giuseppe Tornatore, que completa 25 anos da sua produção em 2013. A proposta é identificar como se configuram as lembranças do cinema de rua e, também, tentar identificar as citações cinematográficas presentes na obra em questão.

METODOLOGIA

O trabalho inicia-se com a apresentação de alguns conceitos que estabelecem a convergência das relações entre cinema e memória. O viés teórico passa por alguns pensadores que se debruçaram sobre as fronteiras memória-história: Pierre Nora, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Greener Turner. Após esta etapa, o trabalho concentra-se na análise fílmica, a partir de uma interpretação crítica entre o argumento da obra e os conceitos teóricos apresentados.

¹ Mestrando em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Bolsista CAPES/Prosup.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CINEMA, LUGAR DE MEMÓRIA

Termo cunhado pelo teórico Pierre Nora (1993), “Lugar de Memória” pode ser entendido como qualquer objeto ou espaço destinado à rememoração de personagens históricos, episódios, comemorações etc. São lugares onde “[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Tais lugares carregam simbolicamente a memória em si empregada por uma comunidade ou sociedade. Neste sentido, o cinema como um lugar ritualizado, é também um lugar de memória, uma vez que ir ao cinema implica em sair de casa e estabelecer relações sociais em esfera pública. Porém, o cinema enquanto instrumento e técnica, é invento do final do século XIX e tem como embrião tecnológico, a fotografia. Tanto um quanto o outro podem ser considerados produtores e guardadores de memória, são suporte e documento, portanto, lugares de memória, também. Os filmes são produzidos pelas sociedades para, objetiva e subjetivamente, representar o mundo. Logo, neles estão inscritas, através de uma linguagem de imagens e sons, as experiências coletivas e individuais destas sociedades. Segundo Maurice Halbwachs (1990) duas memórias podem ser distinguidas. A primeira é interna-pessoal-autobiográfica, e a segunda, externa-social-histórica. A chamada memória interna se apóia na memória externa, uma vez que toda a história de qualquer indivíduo está inserida dentro de uma história em geral.

Em sua obra *Cinema como prática social*, Graeme Turner (1997) contesta os moldes propostos por Ferro, por considerar impossível uma análise completa do filme. Para Turner (1997, p.128), é equivocada a ideia que o cinema possa ser um reflexo ou um registro da realidade, pois “como qualquer outro meio de representação, ele constrói e re-apresenta” seus quadros da realidade através de códigos, convenções, mitos e ideologias de sua cultura. Desta forma, o cinema acaba atuando sobre os sistemas de significação da cultura, porque tem a capacidade de reproduzir, renovar e analisar seus significados.

CINEMA PARADISO

Produção italiana de 1988, *Cinema Paradiso (Nuovo Cinema Paradiso)*, do diretor Giuseppe Tornatore, conta a história de Salvatore Di Vita, um cineasta bem-sucedido que vive em Roma. Certo dia, ele recebe um telefonema avisando que Alfredo morreu. A menção deste nome

traz uma série de lembranças de sua infância em uma Itália pós-guerra, na pequena cidade siciliana de Giancaldo, um vilarejo onde a única atração é o velho Cinema Paradiso.

Primeiramente, *Cinema Paradiso* se configura como Lugar de Memória do cinema de rua, apresentado como espaço socializador de uma comunidade nos mais diversos aspectos: um local de convergência de diferentes classes sociais, encontros românticos, discussões políticas etc. Além disso, os personagens apresentados, desde o espectador que decora todas as falas do filme, como se também pertencesse à película, personagens que imitam atores e atrizes do cinema (vestuário, penteados, comportamento etc.) e o próprio Salvatore, que vive o amor impossível, premissa do melodrama, são memórias da prática social do cinema.

O diretor Giuseppe Tornatore se vale da intertextualidade para ilustrar a evolução do próprio cinema ao longo da sua história, constituindo-se, assim, como Lugar de Memória do próprio Cinema. Julia Kristeva (1974, p.64) nos dá um conceito clássico de intertextualidade: "[...] todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto". *Cinema Paradiso* apresenta um variado repertório de referências a obras cinematográficas, desde os anos 1910 aos anos 1970. Dentre cenas em película, pôsteres e citações por personagens, foi possível identificar 43 obras (ver lista em Anexo): 21 são produções hollywoodianas, comprovando a supremacia americana nas exibições é um fenômeno mundial e histórico. Há 18 produções feitas na Itália, país de origem do filme. Conforme Turner (1997), os filmes nacionais levavam vantagem em países onde o inglês não era o idioma principal, pois “este fator abriu espaço para algumas indústrias cinematográficas estrangeiras, que exploravam as suas obras com mais facilidade no cenário nacional de cada país” (TURNER, 1997, p. 25). A produção mais antiga é *Dois Heróis* (The Knockout), de 1914, dirigido por Charles Avery e que tem Charles Chaplin interpretando a famosa sequência em que Carlitos, o vagabundo, luta boxe. A produção mais recente é de 1978, *A Grande Tormenta* (A Distant Thunder), de Donald W. Thompson, que configura-se como um representante dos filmes “enlatados” americanos, ou seja, de baixa qualidade artística, produzido em lotes industriais, de temática ao gosto do grande público, para transmissão pela televisão. E o diretor mais citado é o italiano Luchino Visconti, com três obras: *A Terra Treme* (La Terra Trema), *Belíssima* (Bellissima) e *Sedução da Carne* (Senso). O repertório apresentado por Giuseppe Tornatore contempla diversas fases do cinema, desde o cinema mudo, ao falado, das películas em Preto & Branco ao colorido, das produções de curta duração aos longa-metragens épicos. Contudo, *Cinema Paradiso* também referencia às formas de exibição, dos projetores manuais ao videocassete, passando pela película de celulóide não-inflamável. Por ser produzido em 1988, evidentemente, o filme não referencia a era do cinema digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema é um dos Lugares de Memória através do qual um povo tem a possibilidade de enxergar a sua cultura e de outras comunidades. É desta visualização que o indivíduo cria conceitos sobre si, sobre o outro, sobre os grupos, para formar sua identidade cultural. Pierre Nora afirma que o papel do historiador “é aquele que impede a história de ser somente história” (NORA, 1993, p.21). No caso do cinema, quem assume este papel é o diretor do filme que, ao compor as imagens do filme, compõe o presente, apoderando-se da faculdade de produzir uma ressignificação da memória, da história e, sobretudo, do lugar do espectador. Afinal, é com base nos aspectos “[...] material, simbólico e funcional [...]” (NORA, 1993, p.21) do filme que as pessoas podem ter experiências das quais não vivenciaram.

REFERÊNCIAS

- 1001 filmes para ver antes de Morrer*. Editor geral Steven Jay Schneider. Ed. rev. ada. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- BACHELARD, G. A Casa. Do Porão ao Sótão. O Sentido da Cabana. In: *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.) *História: novos objetos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 07-28.
- PUHL, Paula; SILVA, Cristina Ennes da. *Memórias Juvenis: a influência do cinema no cotidiano dos jovens nos anos 60*. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 38, abril de 2009. p. 93-99.
- TORNATORE, Giuseppe. *Cinema Paradiso* [DVD]. São Paulo: Versátil Home Video; 2005.
- TURNER, Graemer. *Cinema como prática social*. São Paulo: Summus, 1997.

ANEXO

Lista de filmes identificados na obra:

Filme		País	Ano
<i>Dois Heróis</i> (The Knockout)	Charles Avery	EUA	1914
<i>O Sheik</i> (The Sheik)	George Melford	EUA	1921
<i>A Corrida do Ouro</i> (The Gold Rush)	Charles Chaplin	EUA	1925
<i>O Filho do Sheik</i> (The Son of the Sheik)	George Fitzmaurice	EUA	1926
<i>O Anjo Azul</i> (Der Blaue Engel)	Josef von Sternberg	Alemanha	1930
<i>Era Uma Vez Dois Valentos</i> (Laurel & Hardy in Toyland)	Charley Rogers	EUA	1934
<i>Adeus às Armas</i> (A Farawell to Arms)	Frank Borzage	EUA	1935
<i>Fúria</i> (Fury)	Fritz Lang	EUA	1936
<i>Bas-Fonds</i> (Les Bas-Fonds)	Jean Renoir	França	1936
<i>Branca de Neve e os Sete Anões</i> (Snow White and the 7 Dwarfs)	Estúdios Disney	EUA	1937
<i>A Ceia dos Veteranos</i> (Block-Heads)	John G. Blystone	EUA	1938
<i>As Aventuras de Robin Hood</i> (The Adventures of Robin Hood)	Michael Curtiz	EUA	1938
<i>E o Vento Levou</i> (Gone With The Wind)	Victor Fleming	EUA	1939
<i>No Tempo das Diligências</i> (Steagecoach)	John Ford	EUA	1939
<i>Jejum de Amor</i> (His Girl Friday)	Howard Hawks	EUA	1940
<i>Contrastes Humanos</i> (Sullivan's Travels)	Preston Sturges	EUA	1941
<i>O Médico e o Monstro</i> (Dr.Jekyll and Mr.Hyde)	Victor Fleming	EUA	1941
<i>Casablanca</i>	Michael Curtiz	EUA	1942
<i>La Cena delle Beffe</i>	Alessandro Blasetti	Itália	1942
<i>O Proscrito</i> (The Outlaw)	Howard Hughes	EUA	1943
<i>A Bela e a Fera</i> (La Belle et la Bête)	Jean Cocteau	França	1946
<i>Felicidade Não Se Compra</i> (It's A Wonderful Life)	Frank Capra	EUA	1946
<i>A Terra Treme</i> (La Terra Trema)	Luchino Visconti	Itália	1948
<i>Em Nome da Lei</i> (In nome della legge)	Pietro Germi	Itália	1948
<i>Arroz Amargo</i> (Riso Amaro)	Giuseppe De Santis.	Itália	1949
<i>Catene</i>	Rafaello Matarazzo	Itália	1949
<i>I Pompieri di Viggiù</i>	Mário Mattoli	Itália	1949
<i>Il Cammino della Speranza</i>	Pietro Germi	Itália	1950
<i>Anna</i>	Alberto Lattuada	Itália	1951
<i>Belíssima</i> (Bellissima)	Luchino Visconti	Itália	1951
<i>Europa '51</i>	Roberto Rossellini	Itália	1952
<i>Umberto D.</i>	Vittorio De Sica	Itália	1952
<i>A Princesa e o Plebeu</i> (Roman Holiday)	William Wyler	EUA	1953
<i>Os Boas-Vidas</i> (I Vitteloni)	Federico Fellini	Itália	1953
<i>Mambo</i>	Robert Rossen	Itália	1954
<i>O Ouro de Nápoles</i> (L'Oro di Napoli)	Vittorio De Sica	Itália	1954
<i>Sedução da Carne</i> (Senso)	Luchino Visconti	Itália	1954
<i>Sete Noivas para Sete Irmãos</i> (Seven Brides for Seven Brothers)	Stanley Donen	EUA	1954
<i>Ulisses</i> (Ulisse)	Mario Camerini	Itália	1954
<i>E Deus Criou a Mulher</i> (Et Dieu Créa La Femme)	Roger Vadim	França	1956
<i>O Grito</i> (Il Grido)	Michelangelo Antonioni	Itália	1957
<i>Poveri, Ma Belli</i>	Dino Risi	Itália	1957
<i>A Grande Tormenta</i> (A Distant Thunder)	Donald W. Thompson	EUA	1978

O JORNALISMO COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL- CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE.

Priscila Mathias Rosa¹- Feevale

Palavras chave: televisão. Cultura. Representação.

Muitas podem ser as características atribuídas à sociedade atual, definida por Hall (2002) como uma sociedade pós-moderna. Em uma era de cada vez mais possibilidades tecnológicas os sujeitos são participantes de diferentes culturas e realidades através da tecnologia e dos meios de comunicação. E nessa sociedade onde o indivíduo se modifica com muita rapidez e também modifica o seu meio social, a imagem tem cada vez mais poder, mais importância. Na contemporaneidade o que o sujeito representa muitas vezes pode ser visto como o que ele é. A partir disso pode-se afirmar que a imagem e a representação dela tem cada vez mais importância. Seria uma reportagem de televisão capaz de representar a cultura de um país ao telespectador? Nesse estudo será realizada uma análise de uma reportagem de televisão sobre as curiosidades da Índia, relacionando o seu conteúdo com o conceito de representação trazido por Chartier (2002) e Woodward (2000) considerando o Jornalismo uma Instituição Social e uma forma cultural, de acordo com Gomes (2011).

Chartier (2002) trata a representação como “o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pinta-lo” tal como é” (CHARTIER, 2002, P. 74). Os costumes, as palavras, os objetos, as situações quotidianas são representadas para os indivíduos de forma muito particular e específica. A representação que cada indivíduo dará para uma situação dependerá da realidade individual e cultural que esse sujeito está inserido. A forma como ele vê um costume ou uma cultura diferente da sua igualmente dependerá do conhecimento prévio que ele tem. Por exemplo, no Brasil a vaca é um animal comum, sua carne é consumida em muitas mesas brasileiras. Na Índia o animal é sagrado, já os cães, que no Brasil são animais domésticos e de estimação, lá são consumidos nas refeições. Aspectos culturais que tornam indivíduos tidos como “iguais” serem “diferentes”.

Ao relacionar o exemplo acima com representação, pode se afirmar que no Brasil e na Índia cães e vacas possuem significados diferentes. O cão no Brasil é um animal de estimação, na China um bicho que pode ser ingerido nas refeições. No Brasil a vaca é consumida por muitos

¹ Jornalista formada pela Universidade Feevale. Mestranda em Processos e Manifestações Culturais na Feevale. Bolsista PROSUP/CAPES.

brasileiros, já na China é um animal sagrado por simbolizar, para cultura e religião local, a maternidade, a fertilidade, a esperança, a alegria e a criação da vida.

Essa relação entre signo, significado e representação é tratada por Woodward (2000): “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito” (WOODWARD, 2000, P 17). Os signos e as relações de representação estabelecidas através deles são fundamentais para que seja possível o sujeito se enxergar como tal. São esses significados que, segundo Woodward (2000), estabelece sentido a vida e aquilo que o sujeito é. A representação faz parte da vida do sujeito, pois ele é aquilo que ele representa ser aos outros e aquilo que ele acredita ser. A sociedade, da mesma forma, é palco desta representação. Se relacionar a representação com a sociedade, pode-se entendê-la como um processo cultural:

Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, P. 17).

Ao relacionar a identidade com a representação e a cultura, Hall (2002) afirma que atualmente, na sociedade globalizada, de múltiplas culturas, está cada vez mais difícil o sujeito se identificar com traços culturais e se ver representado na sua cultura. De acordo com o autor, “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2002, P.47).

O povo indiano possui uma identidade específica representada na cultura local, assim como o brasileiro possui a sua, o americano a sua e assim por diante. Cada nação tem uma cultura específica que é representada pelas manifestações de seu povo, da sua cultura.

Cabe aqui retomar o exemplo de diferenças culturais existentes entre brasileiros e indianos, trazidas neste estudo pelo significado que o cão e a vaca possuem no Brasil e na Índia. E como seria a representação da cultura indiana trazida ao Brasil em uma matéria de televisão? Em quatro de outubro de 2009 o Fantástico, que de acordo com o site Memória Globo é uma revista eletrônica exibida na Rede Globo de televisão aos domingos desde cinco de agosto de 1973, exibiu uma matéria que tratava dos hábitos e curiosidades indianos. A reportagem para este estudo foi retirada do canal de internet YouTube e fez parte do quadro Me Leva Brasil apresentado pelo Jornalista Maurício Kubrusly.

Considerando o jornalismo uma instituição social, seria a televisão um veículo responsável por promover a troca entre uma cultura e outra? Gomes (2011) afirma que: “tais estudos tem o mérito de reconhecer a televisão como objeto de interesse científico e de produzir conhecimento

relevante [...]” (GOMES 2011, P. 17). A autora propõe um método de análise de telejornalismo que pretende “consolidar a análise e a interpretação de programas jornalísticos televisivos, a partir da perspectiva teórico metodológica a partir da perspectiva metodológica dos “cultural studie”s”, em associação com os estudos de linguagem [...] “ (GOMES, 2011, P.18). O jornalismo como instituição social se configura também como uma forma cultural, “ para entendê-lo é preciso compreendê-lo como forma cultural específica e lidar com a informação e o programa jornalístico televisivo como uma forma cultura específica de lidar com a notícia na TV” (GOMES, 2011, p. 23).

Para analisar o jornalismo como instituição social, a autora sugere a análise de telejornalismo em três momentos: estrutura de sentimento, gênero televisivo e modos de endereçamento.

Em um primeiro momento a matéria foi analisada a partir da estrutura de sentimento, “um conceito que permite ao analista um olhar para o processo, para o modo como o telejornalismo é construído processualmente” (GOMES, 2011, P 18). Em um segundo momento, a análise foi proposta a partir do conceito de gênero televisivo. A autora analisa o gênero de duas maneiras distintas: “abordaremos a notícia como um gênero de discurso e o programa jornalístico televisivo como um gênero midiático” (GOMES, 2011, P. 24).

Por fim a última parte de análise dessa pesquisa foi realizada através do modo de endereçamento. Modo de endereçamento é aquilo que é característico das formas e práticas comunicativas específicas de um programa. Diz respeito ao modo como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com sua audiência” (GOMES, 2011, P. 33).

Ao analisar a matéria sobre as curiosidades da Índia exibida no quadro “Me Leva Brasil” do Fantástico e a partir da proposta de Gomes (2011) de analisar o jornalismo como uma instituição social, pode-se afirmar que uma matéria jornalística é capaz de ser um instrumento para levar cultura ao telespectador, isso dependerá da pauta que irá virar notícia, do programa onde ela será veiculada e do foco que a matéria terá. Na reportagem analisada neste ensaio, embora o repórter tenha assumido um papel de participante da matéria, ele conseguiu, através da informação, apresentar ao telespectador a diversidade cultural presente na Índia e principalmente a diferença cultural vivida entre Brasil e Índia. Conseguiu em uma matéria de televisão apresentar signos que mostram a cultura do povo indiano. Imagens que representam a forma de vida na Índia. Assim como sugere Woodward (2000) as imagens apresentadas produziram um significado, um sentido para quem estava em casa assistindo e desconhecia a cultura indiana.

Referências Bibliográficas

BARBEIRO, Heródoto. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2002.

GOMES, Itania Maria Mota. **Metodologia de Análise de telejornalismo** (P 17-47) IN: Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo. Salvador: UFBA, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2001.

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de Televisão: normas práticas**. Porto Alegre, RS: Editora Sagra: DC Luzzatto, 1995. 116 p.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo, SP: Summus, 2000. 290 p.

MEMÓRIA GLOBO. **FANTÁSTICO**.

<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-247251,00.html>>. Acesso em: 08. Jan. 2013

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YOUTUBE. **Curiosidades da Índia**.

<<http://www.youtube.com/watch?v=avJ0OvCP-84>>. Acesso em 28.12.12

ENTRE PRÁTICAS DISCURSIVAS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: O COTIDIANO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Ana Patrícia Barbosa Dutra – Universidade FEEVALE¹

PALAVRAS CHAVE: Práticas Discursivas. Trabalho. Conflito.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge em meio ao cenário contemporâneo sobre proteção integral de crianças e adolescentes. Muito se tem falado no Brasil sobre os direitos sociais da população infanto juvenil, principalmente após a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que instaura uma nova ordem jurídica e social, assegurando a este segmento populacional total e absoluta prioridade, considerando-os sujeitos de direitos. Apesar do ECA ser o principal instrumento para a garantia desses direitos, torna-se importante compreender as transformações doutrinárias e seu impacto no âmbito institucional, em especial na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE, ocorridas com a passagem da Doutrina de Situação Irregular, que embasava o Código de Menores, para a Doutrina de Proteção Integral, conforme preconiza o ECA, pois estas não ao fruto apenas da atualidade, mas remontam diferentes tempos históricos. Neste sentido, a presente pesquisa procura analisar as mudanças nas práticas dos profissionais que atuam com adolescentes em conflito com a lei, dadas a passagem da Doutrina de Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral, evidenciando as práticas discursivas que sustentem o campo das políticas de atenção à infância. Procura-se também compreender a representação social que os profissionais que atuam na Comunidade Socioeducativa – CSE têm a respeito de seus trabalhos junto aos adolescente em conflito com a lei, bem como investigar os obstáculos para a implantação do padrão previsto no ECA e identificar as áreas de conflito entre a antiga e a nova doutrina, no interior das normas de comportamento que dispõe os distintos campos profissionais que atuam com adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, na

¹ Mestranda em Diversidade em Inclusão/FEEVALE. Vinculada à linha de pesquisa Inclusão Social e Políticas Públicas. Assistente Social – Docente Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/RS.

FASE/RS. A problematização sobre *Práticas Discursivas*² será abordada a partir de Foucault (2005); Os conceitos de *Trabalho*³ e *Conflito* estarão ancorados em Castel (2010) e Simmel⁴ (1983), respectivamente.

2. METODOLOGIA

Neste estudo, procuramos uma aproximação com o método etnográfico, considerado uma metodologia qualitativa de pesquisa, que permite ao pesquisador a interação com seu objeto de estudo, por meio de sua participação efetiva na realidade investigada. A etnografia, conforme Rocha e Eckert (2008) é composta de técnicas e de procedimentos de coleta de dados associados a uma prática de trabalho de campo, a partir da convivência do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado, enfatizando o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos. Na aplicação do método etnográfico utilizam-se fundamentalmente técnicas de pesquisa como: observação participante e entrevistas não diretivas.

As entrevistas foram realizadas com os dez profissionais que atuam com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, na Comunidade Socioeducativa. Utilizamos a entrevista não diretiva ou não dirigida, procurando captar a própria fala dos sujeitos da pesquisa, como expressão direta de suas representações sociais. A entrevista, na presente pesquisa, é pensada para dar conta das dimensões *trajetória social e biografia profissional* (BOURDIEU, 2011).

A utilização da observação participante se justifica pelo fato de que ao observar os fenômenos sociais, o pesquisador vivencia emocionalmente a realidade social pesquisada e utiliza a subjetividade para interpretar os fenômenos sociais. É nesta interação com o outro, que faz com que, segundo as autoras, se reconheça os fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder.

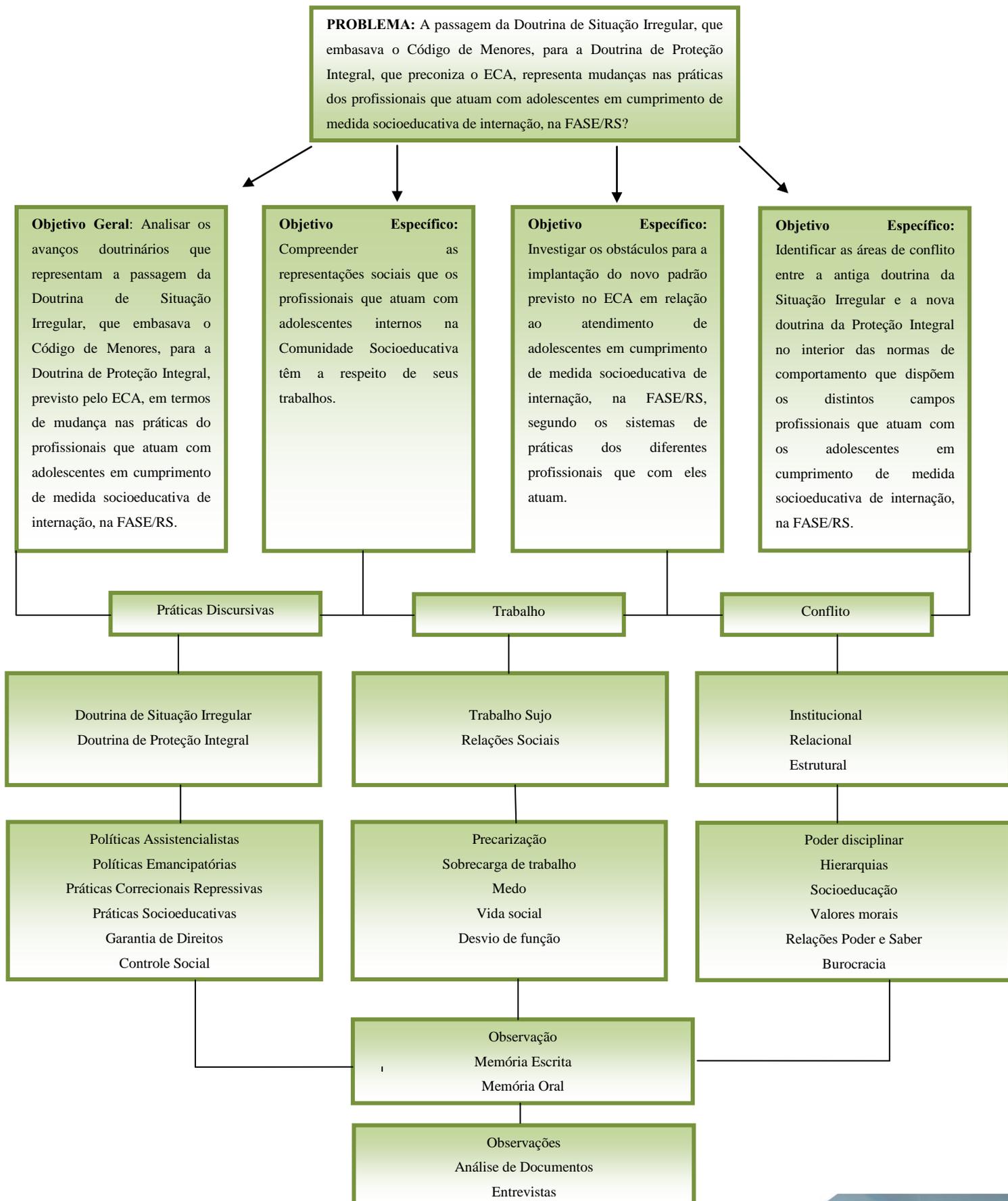
O trabalho de campo foi iniciado em ao longo do ano de 2011, onde foram realizados os primeiros contatos com a instituição, dando início a pesquisa documental. A inserção na CSE veio a ocorrer em abril de 2012, com o início das entrevistas junto aos profissionais que atuam com os adolescentes internos na instituição.

² Ver: FOUCAUL, Michael. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

³ Ver: CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

⁴ Ver: SIMMEL, Georg. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

3. QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA



4. ANÁLISE DE DADOS

Adotamos neste estudo a técnica de análise de conteúdo, tendo em vista ser esta uma das formas possíveis de tratamento de dados de pesquisa que possibilita ler, descrever e interpretar os conteúdos. O pesquisador, ao optar pelo emprego da análise de conteúdo enfatiza, através desta técnica, os sentidos e os significados do que é comunicado. Bardin (2009) define a análise de conteúdo, enquanto método, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Neste estudo, a análise de conteúdo possibilitou dar visibilidade às representações e significados presentes nas comunicações dos sujeitos da pesquisa, a partir das entrevistas que foram gravadas e posteriormente transcritas, conforme demonstradas no quadro abaixo:

Na trilha das unidades de significação e das categorias

UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO	CATEGORIA
<p>“Chego a esquecer que tenho família. É assim mesmo, temos que nos adaptar. Então vai se adequando de acordo com aquilo que a gente pode fazer. Porque às vezes exige muito da gente estar, fazer uma jornada bem puxada. Então eles sabem, eles se acostumam, esses anos todos a gente sempre fazendo isso. É uma rotina...como vou te dizer? A</p> <p>com eles. Entendeu? Porque às vezes eu fico 24 horas aqui e 12 em casa. A gente fica institucionalizado também, É tudo, até na maneira de falar, tudo. A gente vai pegando, a gente está aqui dentro no dia a dia com eles e tem um vocabulário próprio deles. A gente vai se adaptando a isso tudo”.</p>	<p>RELAÇÕES SOCIAIS</p> <p>TEMPO DE TRABALHO E NÃO TRABALHO</p>	<p>TRABALHO</p>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o avanço no embasamento doutrinário, no que diz respeito à privação de liberdade, o que se percebe é uma estreita relação entre o modelo anterior do Código de Menores e o atual do Estatuto da Criança e do Adolescente evidenciando práticas político-cultural-institucionais ainda carregadas de mecanismos de “controle social” herdados de um passado autoritário. Aos profissionais que atuam com adolescentes em conflito com a lei, estes recebem a incumbência de realizar o trabalho sujo ou a limpeza social e a eles são depositadas as angústias, frustrações, culpas, as tarefas disciplinadoras e as acusações, quer seja pela mídia, quer seja por cargos mais altos na escala hierárquica, tais como direção, lideranças políticas e da sociedade em geral, em relação ao descaso, aos maus-tratos e as violações de direitos para com aos adolescentes privados de liberdade, fazendo com que seus sentimentos em relação ao trabalho executado seja permeado por angústias e pressões.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, seleção e organização Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ROCHA, A. L. C. ; ECKERT, Cornelia . **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 31, p. 1, 2008.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo : Ática, 1983.

O TRABALHO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nilton Rosa da Silveira¹
Patrícia Amélia Roveda²

Introdução

A Inclusão Social é um tema que aborda um contexto muito amplo, pois inclui temas como igualdade social e direitos humanos, estes que permeiam a base de uma sociedade. Historicamente, a Pessoa com Deficiência (PcD) e a Pessoa com Altas Habilidades (PcAH) tem sido segregadas de seus direitos universais, bem como daqueles conquistados e garantidos em legislação. Tanto na esfera do Estado como na sociedade civil organizada, verifica-se a carência de informações sobre a realidade desse segmento social. O seguinte trabalho apresenta um estudo sobre a inserção das pessoas com deficiência no ambiente produtivo industrial, aqui contextualizada como empresa Alfa, e em sua unidade filial Beta aqui da região, como é necessário o tratamento diferenciado voltado à aceitação mútua da pessoa com deficiência nesta realidade.

Palavras chave- Inclusão Social. Pessoas com Deficiência. Legislação. Trabalho.

Legislação

Conforme a Constituição Federal afirmar, todas as pessoas são iguais perante a lei, retrata em concretizar que a real igualdade consiste em se identificar sem diferenciação os iguais e desigualmente os desiguais, na justa medida da desigualdade.

No Brasil 23,8% da população, segundo o IBGE 2010. Essas pessoas em quase sua totalidade não têm acesso ao lazer e ao trabalho, estão reclusas em casa, hospitais, etc. As consequências refletem-se na baixa escolaridade desse grupo, dificuldade de inserção social, e constituição de vínculos para além dos lares paternos e maternos.

As leis para pessoas com deficiência fazem parte legislação brasileira, e as principais leis até 2004 conforme Cartilha do Ministério do Trabalho são: Lei 7.853 (10/1989) – Estabelece normas gerais dos direitos das pessoas com deficiência, as normas de funcionalidade das edificações e vias públicas. O Decreto 3298 (20/12/1999) regulamenta a Lei 7.853/89; dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência na sociedade. A Lei 10.098 (19/12/2000) – Estabelece as normas de supressão de barreiras e obstáculos às pessoas com deficiência em espaços públicos, edifícios, meios de transporte e comunicação. A Lei 10.048 (11/2000) – Dá prioridade de

¹Nilton Rosa da Silveira- Bacharel em Administração, Gestor de Produção, Supervisor do Grupo Bimbo do Brasil.

²Patrícia Amélia Roveda- Mestre em Educação, Pedagoga e Psicopedagoga, docente da Universidade Feevale.

atendimento às pessoas com deficiência em repartições públicas e bancos. Instrução Normativa 20/2001 fiscaliza cumprimento. O Decreto 5296(04/12/2004) – Regulamenta as Leis 10.098 e 10.048, que tratam de atendimento e acessibilidade para pessoas com deficiência. Redefine as deficiências físicas, visual e auditiva – o que vale para a cota. A Lei de cotas ou Reserva Legal de Cargos nas empresas (art. 93 da Lei nº 8.213/91), estabelece que as empresas com cem ou mais funcionários é de 2% para efetivo de até duzentos funcionários, 3% de duzentos e um até quinhentos funcionários, 4% de quinhentos e um até mil e de 5% acima de mil e um funcionários. Com a efetivação destas leis as empresas precisaram se especializar para contratar, receber e treinar pessoas com deficiência, explorando suas qualidades para a execução de tarefas comuns a pessoas que não apresentam deficiência alguma e interagindo-as para que se desenvolvam, ou em muitos casos adaptando fisicamente setores de trabalho para o melhor desempenho destas pessoas. Dispõe também sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

A Inclusão Social na Universidade, é tratada de forma esclarecida e aborda vários temas que não são percebidos no cotidiano, desde a forma que tratamos ou nos dirigimos verbalmente através dos termos usados, por exemplo, anteriormente como “Portador de Deficiência“ até atualmente como” Pessoa com Deficiência”, até temas mais complexos como acessibilidade, direitos, e dignidade. O tema é muito rico em conteúdo educacional que nos remete a refletir o quanto de talentos deixamos de desenvolver sem perceber muitas vezes.

O meio acadêmico trabalha bastante a inclusão das Pessoas com Deficiência na educação, que é a base para todo desenvolvimento de qualquer natureza, o presente estudo foi realizado no meio empresarial mais especificamente na Indústria.

Histórico da Empresa

Toda empresa deve rodar em sincronia, isto é, todas as áreas devem focar para um objetivo único e final, o resultado ou lucratividade. Direta ou indireta, a participação de cada funcionário (deficiente ou não), é essencial para o alcance das metas estabelecidas através dos objetivos propostos. Na empresa Alfa de origem estrangeira, iniciou-se um trabalho muito forte com estratégias de expansão e domínio do mercado, com alta política de redução de custos. Presente no mercado desde 1945, seus primeiros produtos incluíam o pão de forma, o pão de forma pequeno e as torradas. Sua distribuição era por apenas 10 caminhões que abasteciam o mercado consumidor. Atualmente distribui e comercializa produtos alimentícios de 103 marcas, e centenas destes são oriundos da panificação, a origem dos produtos vem das 156 fábricas instaladas na Europa, Estados Unidos, México, América Central e América do Sul, com uma rede de distribuição das maiores do

continente americano, com mais de 50 mil rotas, e dois milhões de pontos de vendas.

O desenvolvimento deste Recurso Educacional está baseado em uma de suas unidades, que detém uma de suas marcas mais importantes e melhor conceituadas no mercado do Sul, e aqui será denominada Beta. Tem uma história iniciada na década de 1950, resultando numa fábrica forte já com uma filial atuante e expansiva em São Paulo quando adquirida pela empresa Alfa no ano de 2008. A distribuição de seus produtos é feita através de agências (CDD's - Centro de Distribuição Direta), situados em pontos estratégicos. O parque fabril é composto por três linhas de produção atuantes em três turnos com produção de 190.000 unidades de produto dia em média com 480 funcionários. Garantir os Direitos Humanos é o caminho para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Baseado também nesta realidade a empresa Alfa tem um programa de inserção de pessoas com deficiência que pratica em todas suas filiais pelo mundo. Em sua filial Beta as atividades contam com um corpo de voluntários treinados e voltados para o desenvolvimento profissional destas pessoas, e isto é feito através de um programa denominado Olhar Diferente, e tem como objetivos gerais: 1- Desenvolver habilidades expressivas e competências, qualificando as relações no espaço de trabalho referente a uma proposta de inclusão e acessibilidade para todos. 2- Fortalecer o cuidado e integração entre participantes das equipes de trabalho. 3- Acompanhamento do funcionário com deficiência. 4- Apoio e informação aos líderes que trabalham com pessoas com deficiência. E tem por objetivo específico: Aprender a reconhecer, aceitar e valorizar o potencial das diferenças.

O grupo é formado por pessoas que foram avaliadas por médico e psicóloga e possuem deficiências física, visual, ou auditiva, e em sua maioria apresentam deficiência mental leve e moderada. Possuem quase todos primeiro grau incompleto, e apenas dois deles tem segundo grau completo, com idades entre dezoito e cinquenta e cinco anos, e é um grupo composto de ambos os sexos. Suas premissas são: Saber conhecer- abrir o olhar sobre si, do outro e do grupo- autoconhecimento. Saber ser- desenvolver relacionamentos intra e interpessoais, compartilhando as diferenças- construindo identidades. Saber pertencer- comprometer-se com o trabalho, como parte importante do processo grupal, com ética, cuidado e responsabilidade.

O programa oferece diversas atividades, algumas envolvendo os familiares dos colaboradores, como: teatros, passeios, exposições de obras, etc. Tais atividades atendem diretamente a Lei 7.853/89; que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência na sociedade.

Considerações Finais

A inclusão social é um tema posto em prática por muito tempo ainda, pois há muito a ser feito para termos uma sociedade mais digna, neste resumo verificou-se o cume da ponta do iceberg da desigualdade social, o trabalho para pessoas com deficiência. O tema pode ser analisado por vários aspectos como: Racismo, posição social, menores abandonados, ex-presidiários, etc. que por sua vez representam uma parcela da população que encontra dificuldades para ter seus direitos reconhecidos e devidamente respeitados.

Um trabalho com pessoas com deficiência deve ser bem planejado e conduzido com muito estudo, base técnica e responsabilidade com pessoas que se identifiquem com a questão. Nas empresas as dificuldades de adaptação das pessoas com deficiência, são diversas, tratá-las como “normais” é um difícil desafio para os colegas que a cercam no trabalho, pois elas devem ter iguais obrigações e direitos no ambiente profissional, Na empresa Alfa com a implantação do programa voltado à integração destas pessoas, percebe-se nelas uma maior auto-estima e interação e aceitação no grupo de trabalho.

Toda e qualquer ação quando em prol do bem-estar comum, é sempre um desafio e que deve ser encarada com muita seriedade e que atenda realmente os propósitos de Inserção Social acima de qualquer outro interesse.

REFERÊNCIAS

BENGALA LEGAL, **Deficiências e Deficiências**. Disponível em:
<<http://www.bengalalegal.com>>. Acesso em 22 mar.2013.

DIAS DE SÁ ELIZABET, **Educação para todos**. Disponível em:
<<http://www.bancodeescola.com>>. Acesso em 12 mar.2013.

DUTRA, katia. ***O fim da Segunda Guerra Mundial***. Disponível em: <
<http://pnld.moderna.com.br/2012/05/07/o-fim-da-segunda-guerra-mundial/>> Acesso em 20
abr.2013

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em 16 mar.2013.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, **Inspeção do Trabalho**. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/lei_cotas_1.asp>. Acesso em 23 Abr.2013.

SILVEIRA, Nilton Rosa da. **PCM, Administração ao Planejamento e Controle de Manutenção: aplicada aos processos de manufatura**. Disponível em:
<<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Artigo/ArtigoNiltonSilveira.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

MÍDIA E DEMOCRACIA: A CRÍTICA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE MELHORA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Diônatas Álisson Coelho¹ (Unisinos)

Palavras-chave

Crítica de mídia – sociedade – comunicação de massa – imprensa - regulação

INTRODUÇÃO

O surgimento de novas ferramentas de comunicação, a criação de redes virtuais a Internet. Nos últimos 20 anos o Jornalismo, assim como a sociedade, iniciou um processo de transformação que vai bem além do aumento do número de plataformas. Passa por um processo de midiatização da sociedade, em que ferramentas antes restritas aos meios de comunicação, passam a ser manuseadas pelo usuário.

Este trabalho parte da premissa de que essa sociedade, com mais acesso, e mais formas de contato com os meios de comunicação tradicionais, passa a ter mais inferência no trabalho jornalístico. Através de e-mails, postagens em redes sociais e outros mecanismos qualquer leitor pode fazer em segundos o que há algum tempo era algo trabalhoso, demorado.

Esses comentários sociais sobre a mídia não passam despercebidos pelo sistema produtor, nem poderia. Com a amplificação da voz do receptor, se um veículo de comunicação não quiser escutar o que ele diz, talvez milhares de pessoas, de outros leitores, de clientes e anunciantes possa fazê-lo.

Para além da questão econômica, o Jornalismo passa por um momento de questionamento sobre a incidência da recepção em suas práticas. Apresentando-se como espelho da sociedade, a comunicação de massa não pode simplesmente esquecê-la.

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Feevale. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista do CNPq.

Por outro lado, o Brasil vive o vácuo do fim da Lei de Imprensa, e convive com constantes projetos ou ideias para a regulação. Essa, inclusive, é uma bandeira de alguns partidos políticos. Essa discussão esbarra no temor de que um conselho de regulação possa ser transformado em instrumento de controle pelo governo da ocasião.

Mesmo que algumas fórmulas sejam consideradas inadequadas, a fiscalização do trabalho do Jornalismo é, também, um pedido da sociedade. Nas recentes manifestações milhares de pessoas que saíram às ruas tinham, entre as suas bandeiras, a luta por uma comunicação mais democrática, e de melhor qualidade.

Esse cenário transforma esse no momento de se analisar alternativas. Durante anos trabalhando nos principais jornais do Rio Grande do Sul observei, como observa qualquer observador comum, que os canais de contato entre produção e recepção estavam se ampliando.

Essa percepção foi fundada na minha vivência diária como repórter de jornais como *Correio do Povo* e, especialmente, *Zero Hora*, e também nas manifestações que seguidamente via através de amigos nas redes sociais. Era comum receber emails pelo meu correio eletrônico profissional de leitores do jornal opinando sobre esta ou aquela cobertura. Pelo menos em mim essa resposta trazia efeitos.

Com base nessa observação senti a necessidade de entender que jornalismo é esse que emerge da participação do leitor no processo produtivo na notícia. Conversando com colegas e editores, notei que também eles estavam conscientes de que tudo aquilo que produziam circulava publicamente fora da redação, e era parte do processo noticioso.

Mais do que isso. As críticas dos leitores, amplificadas pela internet, poderiam trazer prejuízos à imagem do jornal e também dos repórteres. Essa simples percepção os fazia avaliar com mais cautela o que diariamente ia para as páginas do maior jornal do Rio Grande do Sul.

Nesse trabalho, minha proposta é analisar quais os níveis de interferência da recepção no processo de produção da notícia. Mais do que isso, analisar se essa interferência pode, ou está, se transformando em um mecanismo de alteração das práticas jornalísticas. Isso é fundamental para se pensa a ideia de uma democracia em que, para além de ferramentas instituídas, o receptor seja ele próprio um crítico, e um regulador da mídia. Para entendermos essa sistemática irei observar um caso específico de incidência do leitores em um jornal, e observar que interferência a crítica social obteve sobre o produto jornalístico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Velhos hábitos são difíceis de serem postos de lado. Nos estudos da comunicação, talvez o sistema que mais resiste ao tempo seja o esquema emissor – mensagem – receptor. Esse caráter

linear da comunicação, que diz que um produtor emite uma mensagem que chega diretamente ao receptor, foi há muito considerado superado, mas de certa forma ainda resiste no senso comum (BRAGA, 2006).

Para iniciar este estudo, adotamos como premissa a ideia de uma comunicação circular, formada através de diferentes circuitos que atuam, tanto no emissor, quanto no receptor, na produção de mensagens e dos seus sentidos.

Com base na ideia de uma comunicação em circuitos, e sistemas que interagem entre si, este trabalho se dispõe a observar o funcionamento de uma etapa do processo, a que chamamos de resposta social. Posterior à recepção e à produção de sentido, as respostas acontecem de forma diferida e difusa. (BRAGA 2006).

Não se trata de ações sociais formalmente concertadas, e sim de processos que independentemente de sua origem, autoria e instituição, realizam no contexto social uma mesma funcionalidade sistêmica, com similaridades básicas de comportamento e resultados. (...) fazem circular ideias, informações, reações e interpretações sobre a mídia e seus produtos e processos – de produzir respostas. (BRAGA 2006).

Para Braga, essas respostas podem ser analisadas dentro de um caráter sistêmico, já que, mesmo não sendo conectadas entre si, juntas fazem um mesmo movimento processual. Esse sistema se juntaria ao de produção e recepção, complementando a circulação da comunicação.

Propomos desenvolver a constatação de *um terceiro sistema de processos midiáticos* na sociedade, que completa a processualidade fazendo-a funcionar como *comunicação*. Esse terceiro sistema corresponde a atividades de *resposta* produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos. Denominamos esse terceiro componente da processualidade midiática “sistema de interação social sobre a mídia”, ou, mais sinteticamente, “sistema de reposta social”. (BRAGA, 2006 grifos do autor).

O conceito de uma produção de sentidos mais complexa das mensagens da comunicação de massa no momento da recepção vem superando a ideia de uma leitura linear das mensagens há algum tempo. Um dos principais argumentos de oposições a uma simples relação de causa (produção) e efeito (recepção) foi proposto por Jesus Mantín-Barbero (1997) ao avançar no conceito de mediações.

A perspectiva de Martín-Barbero está na base de toda uma tendência nos estudos de recepção. Na concepção do autor, o espectador leva para a interação com a mídia suas vivências e suas bases culturais socialmente elaboradas. Entender essa forma de analisar a recepção é

fundamental como base do sistema de resposta, porque é a partir do receptor que esse momento da comunicação acontece.

É a partir dessa recepção que a ideia de um sistema crítico-interpretativo dentro da sociedade se desenvolve. Para entender essa crítica parto das discussões de Braga e do autor Ciro Marcondes Filho (2002). A base para se entender a interferência dessa crítica é o momento atual do jornalismo, analisado pelo jornalista e pesquisador Ignácio Ramonet (2010).

METODOLOGIA

Esse trabalho parte de uma discussão teórica, mas tem seu cerne na pesquisa empírica. Para isso realizo um estudo de caso, já que é no plano do real em que o sistema crítico-interpretativo se desenvolve.

Para observá-lo em movimento irei analisar a incidência da crítica social da mídia no jornal *Zero Hora*. O caso estudado engloba a cobertura do jornal sobre a primeira onda de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em Porto Alegre (RS). As reportagens, e os comentários sobre elas, foram veiculados entre os dias 27 de março de 3 de abril de 2013.

RESULTADOS

O caso em análise evidencia o funcionamento de um sistema crítico complexo, *disperso*, e que funciona para além da crítica especializada. Se o receptor não é apenas uma massa amorfa, é certo que ele interage sobre o conteúdo midiático. Primeiro atribuindo sentido a ele, e em seguida, fazendo circular comentários sobre essa produção.

O que já vimos, a partir das análises teóricas e principalmente com o caso apresentado, é que o sistema crítico, mesmo sendo movido por uma recepção distante de uma crítica especializada que subsidie ferramentas a esses usuários, consegue interferir positivamente na comunicação de massa, cumprindo ainda que parcialmente uma democrática função de “regulação”.

Na cobertura de *Zero Hora* dos protestos em Porto Alegre, o que se pode observar é que nitidamente havia um olhar específico sobre o fenômeno social. Um olhar que ressaltava ao leitor muito mais a violência das manifestações e os episódios de vandalismo, do que as reivindicações, o fenômeno dos protestos em si, como mostra a avaliação feita internamente pela diretora de Redação.

Ao referir-se sobre seus processos ao longo da semana de coberturas, é possível verificar, primeiro uma incidência crítica dos leitores, e segundo, uma busca nas redes sociais dos comentários dos leitores. Essa busca mostra que os grandes meios de comunicação estão, sim, preocupados com os comentários críticos dos leitores aos seus conteúdos.

DISCUSSÃO

Fica evidente pelo caso analisado a existência do que Braga (2006) chama de Sistema de Resposta Social. Esse sistema, se pensado como um terceiro componente a processualidade da comunicação, para além da produção e da recepção, foi analisado de forma desencontrada em parte dos estudos já realizados, sem se pensar esses mecanismos como parte de um sistema.

É importante estudos que mostrem como funciona esse sistema, e que interferência ele pode ter na produção da mídia tradicional. Além disso, como vem fazendo Ramonet (2011) é preciso pensar que jornalismo é esse que emerge do aumento das ferramentas de produção e difusão nas mãos da recepção. É preciso analisar a produção de conteúdo de outra ótica, levando em consideração o que o receptor *faz* com a informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comentário crítico pode ser um mecanismo de pressão por um jornalismo de melhor qualidade, uma comunicação mais democrática e mais preocupada com as falas da sociedade. O comentário social pode ser visto como um agente de tensionamento que pode alterar práticas consolidadas dentro das redações.

No meio acadêmico, o que se abre é um caminho para novos estudos. Estudos que por um lado possam conhecer como se desenvolve na sociedade esse comentário crítico. Por outro lado, que observe, como nos propomos aqui de forma ainda inicial, de que modo o processo produtivo se apropria dessas falas. Por fim, que aponte caminhos convergentes para a crítica especializada e a crítica dos receptores, já que ambos compõem, como Braga apontou, um mesmo sistema.

É possível que a partir dessas análises possamos vislumbrar uma forma diferente de jornalismo, cada vez mais próximo da sociedade. O certo é que a sociedade age sobre a produção, em maior ou menor grau, e que essa constatação se dissemina entre os receptores, que cada vez mais, devem reivindicar seu espaço na comunicação de massa.

BIBLIOGRAFIA

RAMONET, Ignacio. La explosión del periodismo. Madrid: Clave Intelectual, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediaticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002, pp.14-26.

BRAGA, José Luiz. O sistema social crítico interpretativo. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002, pp.27-43

GLEICH, Marta. A cobertura das manifestações. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.02, 06 abr. 2013.

BRAGA, José Luis. A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

MAIGRET, Éric. Sociologia da comunicação e das mídias. São Paulo: Senac, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

JORNAL EL COMERCIO DO PERU: FORMAS DE INTERAÇÃO NO PORTAL DO PERIÓDICO

Daiane Pires¹
Universidade Feevale

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Interatividade. El Comercio. Peru.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito apresentar algumas das possibilidades de interação com o jornal peruano El Comercio, através do seu site na Internet. O estudo enfatizará algumas das intervenções dos leitores. Os exemplos dão conta de uma amostra da atuação dos receptores na página virtual do El Comercio. Mesmo que as reais intenções do periódico não estejam claramente dispostas à comunidade, os avanços para integrar o consumidor na produção do conteúdo já são perceptíveis e vão além da convergência de tecnologias, conforme defendem estudiosos da verdadeira convergência de mídias.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo como base o site do jornal peruano El Comercio na Internet, o presente trabalho busca apresentar elementos para a discussão acerca da participação dos leitores no conteúdo disponibilizado na página. É importante ressaltar que o El Comercio é o mais antigo jornal do Peru, tendo sido fundado em 1839 e, apesar da idade, mostra-se bastante preocupado com as intervenções dos seus leitores no espaço da Internet. Dessa maneira, possibilita diversificadas formas de cooperação. Estas alternativas podem ser visualizadas em diferentes espaços ao longo da página virtual que a empresa mantém no sítio (elcomercio.pe). Para a construção do texto foram consultados os estudos do americano Henry Jenkins, do espanhol Manuel Castells, do brasileiro Carlos Costa e da brasileira Ilana Polistchuck. Sem a pretensão de fazer juízo de valor, este trabalho quer incentivar a observação da interatividade no site do jornalístico peruano El Comercio.

¹Daiane Pires é acadêmica do curso de pós-graduação Especialização em Jornalismo e Convergência de Mídias da Universidade Feevale. Jornalista formada pela Universidade Feevale no ano de 2010.

3. METODOLOGIA

O estudo é feito por meio da observação e análise do conteúdo disponibilizado na página que o jornal peruano El Comercio mantém na Internet. Assim sendo, o método observacional considerado o mais primitivo e, contraditoriamente tido, nas ciências sociais, como o que apresenta maior grau de precisão foi o escolhido para a realização deste trabalho.

4. RESULTADOS

Integrado ao movimento das redes sociais, o site do jornal El Comercio do Peru apresenta já em sua página inicial os itens que proporcionam a associação do login no site jornalístico com o login nas contas das redes sociais. Facebook, Twitter e Google+ são alguns dos exemplos. O espaço superior da página, considerado nobre, também chama atenção por estar livre de anúncios. Em uma análise bastante inicial pode-se dizer que o peruano está à frente de muitos veículos, inclusive brasileiros, no quesito interação. O El Comercio trabalha a convergência de mídias e não apenas de tecnologias.

5. DISCUSSÃO

A aproximação dos interesses dos emissores, como no caso do conteúdo ofertado pela equipe de jornalismo do El Comercio, com as personalizações e participações dos leitores na Internet, segundo Jenkins (2012), deve ser algo cada vez mais comum. Para ele, a cultura da convergência é “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis.” (JENKINS, 2012 p. 29) Conforme o autor, o paradigma da convergência “presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas” (JENKINS, 2012 p.29). Desta forma, o exemplo do El Comercio que une as contas dos internautas também tem a proposta de facilitar a disseminação de suas matérias pelas redes sociais. Com o login fica mais fácil curtir e compartilhar o conteúdo do jornalístico no Facebook, por exemplo. Assim, o periódico tem ainda mais visualizações, já que tais acessos estão fora do seu site. De acordo com Jenkins (2012), essa circulação de conteúdos por meio de diferentes sistemas de mídias depende mesmo da participação dos consumidores. Para ele, a interatividade e a convergência contrastam com a antiga noção de passividade dos espectadores que, agora, podem ser considerados participantes.



Em uma cultura marcadamente tecnológica, em que a cibercultura deixa um importante rastro na vida social, é preciso aprender a jogar com as máquinas, sempre tendo em conta o ensinamento de Flusser, de que se joga o que as máquinas permitem jogar. Ainda que não haja liberdade irrestrita, mesmo no caso do El Comercio, o que ocorre é que “O público (...) está exigindo o direito de participar da cultura”. (JENKINS, 2012, p. 53) Na visão de Carlos Costa (2008), o crescimento das redes digitais fomentou ainda mais essas participações. “O jornalismo é afetado pela expansão das redes digitais interativas que estimulam a participação dos cidadãos.” (COSTA, 2008 p. 12)

Ainda sobre as intervenções dos leitores no conteúdo apresentado pelo El Comercio pode-se abordar a importância de elencar as reportagens de acordo com as mais lidas, as mais comentadas ou, então, as mais valoradas. Tudo a critério do consumidor, que escolhe de que maneira o conteúdo será apresentado. Os resultados também dependem da sua participação quando lê, comenta e valora um item. Valorar uma matéria é como apertar o botão Curtir no Facebook. Necessário ressaltar que essas listas são feitas a partir da relação dos internautas com o site e as atividades que, dentro deste espaço, são realizadas por eles. Manuel Castells acredita que “a sociedade dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias.” (CASTELLS, 1999 p. 17) Dessa maneira, observa-se que o silencioso consumo de antigamente cedeu espaço, em uma cultura da convergência, a pessoas que vão a público expor suas opiniões.

Alinhado à perspectiva de Jenkins (2012) de que a convergência não se dá por meio dos aparelhos utilizados para o acesso e sim dentro dos cérebros dos consumidores, o site do jornal peruano El Comercio oferece mais uma opção para os internautas. Uma comunidade, semelhante à rede social Facebook, é dedicada para a troca de informações entre os leitores.

Por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos. Essas conversas geram um burburinho cada vez mais valorizado pelo mercado das mídias. (JENKINS, 2012 p. 30)

Cabe aos leitores a ação de juntar esas peças e unir as habilidades necessárias para fazer valer o poder coletivo na Internet. Para Ilana Polistchuck (2003), o receptor não é passivo e aplica no processo de comunicação os conhecimentos que traz consigo.



A diferença dos outros meios de comunicação para a Internet é que na Internet todos ocupam posições simétricas, horizontalizadas. Cada usuário é um criador/emissor em potencial, porque o produto de sua criação pode ser posto à disposição de outros usuários – todos habilitados a traçar suas “rotas de significação”. (POLISTCHUCK, 2003 p. 161)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter em conta uma visão crítica, ainda que hajam avanços positivos no exemplo trazido, para que não caiamos em uma epifania fetichista de ferramentas como as expostas neste trabalho. A verdade é que uma cultura do confronto, como sustenta Jenkins (2012), não ajuda a avançar no debate, visto que as empresas têm seus interesses relacionados ao negócio e os leitores/consumidores possuem interesses culturais e políticos que nem sempre convergem às pautas da grande mídia. Mais importante é racionalizar a partir de uma perspectiva de diálogo. Até porque, segundo Jenkins (2012), “não poderemos mudar muita coisa se nos recusarmos a conversar com pessoas de dentro da indústria da mídia”. Pensar em uma cultura da convergência exige uma postura de diálogo e perder esse foco pode corresponder a retroceder à uma cultura da divergência, onde o espaço e a participação do consumidor estavam delegados ao manuseio do controle remoto.

Enquanto um grande número de empresas de comunicação brasileiras preocupa-se em fazer análises apressadas sobre a realidade latino-americana, acusando governos e Estados de caudilhistas, criticando, inclusive, a democracia de países vizinhos, experiências como a peruana têm muito a ensinar. Ainda que caibam críticas e tensionamentos sobre a questão do acesso à Internet para a população peruana, os primeiros passos estão sendo dados, mesmo que existam interesses do grupo El Comercio e não apenas uma possível “caridade” com seus leitores. Países sem a mesma pujança econômica brasileira mostram que há possibilidades para descentralizar o poder na comunicação. A cultura da convergência é antes um caminho a percorrer que um local para chegar, pois a dinâmica dos meios e formas de interação não permitem previsões responsáveis. Se é verdade que são as máquinas que dão as regras do jogo – o leitor só interage até onde o sistema permite –, é verdade também que a tecnocultura está mais relacionada à cultura e seus usos dentro do ambiente digital que ao avanço técnico. Em uma perspectiva bastante alinhada às ideias de Canclini, não somente descentralizar o poder é importante. É fundamental que os consumidores se sintam pertencidos à cultura onde vivem para que o consumo e a participação se tornem índices de cidadania.



7. REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Carlos. **Novas tecnologias e o ensino de Jornalismo**. Disponível em <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/libero/article/viewFile/6079/5544>>. Acesso em 26 de junho de 2013.

JENKINS, Henry. **A cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2012.

POLISTCHUCK, Ilana. **Teorias da comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

O ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Tatiane Andrade Ventura¹
PUCRS

Palavra chaves: Estado. Adolescência. Ato infracional Política de Assistência social.

INTRODUÇÃO

Tema

As medidas socioeducativas para adolescentes e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Delimitação

A metodologia de trabalho dos executores da política de atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes nos CREAS/SUAS, no município de Porto Alegre.

O cenário em que se desenvolve o processo de implantação do SUAS tenciona esse estudo, no sentido de problematizar o reordenamento que o Município de Porto Alegre fez e ainda deverá fazer para adequar seus serviços, programas e projeto, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

O objeto de estudo se refere, desta forma, à metodologia desenvolvida nos CREAS para serviço de atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto, de modo que possibilite a efetivação da suposta socioeducação em um espaço destinado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

Problema de pesquisa

De que forma o atendimento às medidas socioeducativas nos CREAS garantem a suposta proteção integral de adolescentes?

Objetivo geral

Analisar como se configuram os atendimentos às medidas socioeducativas em meio aberto pelos CREAS, de forma a identificar como este nível de proteção social do SUAS contribui para autonomia dos adolescentes.

Objetivos específicos

a) Aprender como os CREAS buscam efetivar a suposta proteção integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de forma a propor alternativas de qualificação do atendimento a esta população;

¹ Mestrando em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS

- b) Analisar a configuração dos processos de trabalho das equipes dos CREAS, tendo em vista identificar como estes viabilizam as medidas socioeducativas em meio aberto;
- c) Analisar o acolhimento ofertado nos CREAS aos adolescentes autores de ato infracional, de modo a identificar as repercussões desse acolhimento no cumprimento da medida;
- d) Analisar os documentos em que constam os pareceres técnicos, para identificar as concepções dos trabalhadores sobre as medidas;
- e) Identificar a proporção da rede de atendimento privada na execução das medidas socioeducativas em meio aberto na região de abrangência dos CREAS.

O projeto de pesquisa orienta-se pelo método dialético-crítico, com enfoque misto para coleta e análise dos dados, considerando a aplicação dos instrumentos de pesquisa, roteiro da entrevista semiestruturada, roteiro para análise documental, roteiro para mapeamento da rede de atendimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Busca-se problematizar a compreensão sobre o Estado, seu papel e sua atuação a partir da implantação de Políticas Sociais Públicas, especialmente da Política de Assistência Social. Que Estado é este? Nesse início, abordam-se algumas teorias do Estado com base no materialismo histórico para que possam ser tecidas reflexões e indagações sobre a lógica da intervenção estatal no campo das medidas socioeducativas em meio aberto.

Nesse contexto de implantação e adequações, experienciamos também a efetivação do Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SINASE), promulgado pela lei 12594/2012 (BRASIL, 2012), que regulamenta os atendimentos às medidas socioeducativas para adolescentes que pratiquem ato infracional. Considerando o SUAS e o SINASE como instrumentos de materialização dos direitos expressos ora na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e ora no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). , busca-se responder as indagações sobre atendimento às medidas socioeducativas, em especial às medidas em meio aberto, como Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), no âmbito do SUAS executadas através dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa orienta-se pelo método dialético-crítico, o qual se constitui em um método abrangente, que prima pela apreensão de múltiplos aspectos na abordagem dos fenômenos.

quantitativos e qualitativos (SAMPLIERI, 2013) Para abranger a máxima amplitude na compreensão do Estudo, coletaremos os dados a partir de triangulação de instrumentos, quais sejam, entrevista semi-estruturada, análise documental e mapeamento da rede de serviços. A técnica de triangulação sustenta “que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais, e sem vinculação estreitas com uma macrorrealidade social” (TRIVINÕS, 1987, p. 138).

Os sujeitos desta pesquisa serão os coordenadores dos nove CREAS de Porto Alegre, totalizando nove sujeitos que serão abordados através de entrevistas. Tendo em vista alcançar maior profundidade em nosso estudo, selecionaremos duas equipes de CREAS para a realização de análise documental e mapeamento da rede para a coleta de dados.

RESULTADOS

Até o momento foram coletados dados da análise documental, referente aos adolescentes que já cumpriram medida socioeducativa em meio aberto na modalidade Prestação de Serviço Comunitário (PSC) e Liberdade Assistida (LA). Nessa etapa, identificamos que dos processos analisados, 90% dos adolescentes não identificam ações pedagógicas na execução da medida socioeducativa em meio aberto.

DISCUSSÃO

Assim, ainda visualizamos uma dicotomia entre o caráter coercitivo dessas medidas, no que se refere à perspectiva da proteção integral prevista no ECA, que preconiza a valorização dos aspectos pedagógicos na abordagem do adolescente em conflito com a lei. Neste contexto, tendo em vista serem estas medidas executadas no interior do SUAS, consideramos pertinente investigar as condições da aplicação e cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto executadas pelos CREAS no município de Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que após a finalização do processo de análise do conteúdo os resultados e conclusões da pesquisa serão socializados junto aos sujeitos participantes da pesquisa, assim como através de apresentações de trabalhos em eventos técnico-científicos, debates em fóruns de discussão da categoria e da área da assistência social e elaboração de artigo para publicação. A socialização e a devolução dos resultados e conclusões do estudo assentam-se na dimensão política da pesquisa, que, como uma construção coletiva que parte de uma dada realidade, deve retornar a ela de forma crítica e propositiva (MARTINELLI, 1999).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em março de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social.

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm >

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm >

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a tipificação

nacional de serviços socioassistenciais. Disponível em <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%202011%20de%20novembro%20de%202009.pdf> Acesso em março de 2013.

CURY, C. R. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno metodológico. 7ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. rev.ampl. São Paulo: EDUC, 2004.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Fazenda I**. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1997.

Fávero, Eunice Teresinha. **Entre proteção e punição**: o controle **Sociopenal dos adolescentes**. Resenha . In. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: n 109. Cortes, 2012.

GAMBOA, S. A. **Epistemologia da pesquisa em educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 1987.

GASKELL, P. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3 ed Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008

ILANUD; ABMP; SEDH; UNFA (orgs). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. In: LIBERATI, Wilson Donizeti. **A execução de medida socioeducativa em meio aberto**: prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. 2 ed. São Paulo, 1993.

MARCONI, M. de A e LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In:

MARTINELLI, M. L (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

MALAGODI, Edgard: **O que é materialismo dialético**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Potyara. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. Sobre a política de assistência social. In: PEREIRA, P. A. (org). **Política social e democracia**. São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

RIZZOTI, Maria Luiza Amaral. Centro de referência especializado de assistência social (CREAS): a proposição de garantir atenção à situação de risco e vulnerabilidade. In: MENDES, J.; PRATES, J.; AGUINSKY, B. **O sistema único de assistência social**: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre, Edipucrs, 2009.

SARAIVA, João Batista. **SINASE, LOAS, SUAS MDS, CREAS, CRAS, SEDH, MSE, LA, PSC — o glossário e o calvário do adolescente autor do ato infracional**: os riscos de revivência da doutrina da situação irregular sob um novo rótulo. Artigo, 2010.

SARTÓRIO, Alexsandra Tomazelli; ROSA, Edinete Maria. Novos paradigmas e

velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. In: **Serviço Social e Sociedade.**, São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. 2010.

SALLES, M. do Rosário Corrêa Gomes. Relação SUAS/SINASE na revisão do marco regulatório – Lei 12435/2011 e Lei 12594/12: comentários críticos. In: **Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade**, 2012 (6): 73-86.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação — o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. março, ano XXV, 2004. São Paulo: Cortez, 1977.

DE MARKETING E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DA MARCA

Sabrina Martins (FEEVALE)¹
Joelma Maino (FEEVALE)²

Palavras-chave: Assessoria de Imprensa. Marketing. Credibilidade. Imagem. Marca.

1 INTRODUÇÃO

De forma crescente, a assessoria de imprensa vem dando suporte a veículos de comunicação, mostrando possibilidades de pautas diversificadas sobre diferentes produtos e serviços e suas marcas, auxiliando assim, no exercício da democracia e na orientação do cidadão. Além disso, vem se destacando como um eficaz recurso de gestão de marketing, promovendo marcas e fidelizando os seus públicos, a partir da inserção de conteúdos jornalísticos que aliam as ambições de marketing de uma empresa à necessidade de informação do seu público-alvo.

Por este motivo, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre o uso da assessoria de imprensa como ferramenta de marketing e de construção de imagem³, tendo como foco a construção da credibilidade de marcas. A escolha por esta reflexão deve-se ao fato de a autora desta pesquisa atuar na área e acompanhar o crescente número de marcas que vem disputando os espaços editoriais em mídias de informação e as formas como a assessoria têm auxiliado no relacionamento da marca com todos os seus *stakeholders*. Para tanto, neste estudo utiliza-se como metodologia a pesquisa exploratória sob o delineamento de pesquisa bibliográfica, a fim de demonstrar a importância da atuação da assessoria de imprensa como ferramenta para a construção de valor e credibilidade à imagem da marca.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No mercado atual existem produtos para satisfazer praticamente qualquer necessidade. Além disso, há uma grande concorrência e grande variedade de marcas disputando a atenção do consumidor. Assim, o foco do marketing passa a ser o

¹Especialista em Gestão Estratégica de Marketing e em História, Comunicação e Memória, jornalista e aluna do Mestrado Acadêmico em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

²Mestre pela PUC/RS em Administração e Negócios - ênfase Marketing. Professora do curso de Comércio Exterior da Feevale e especialização em Estratégia de Marketing. Gerente de Marketing da Feevale.

³Para Kotler (2008, p. 529), a imagem é um conjunto de crenças, ideias e impressões que uma pessoa mantém em relação a um objeto. As suas atitudes e ações em relação a um objeto são condicionadas por esta imagem.

Se uma empresa trata a sua marca apenas como nome, comete a falha de não lhe dar o devido destaque. “O desafio da definição de marca é desenvolver um conjunto profundo de significados para ela, [...], protegendo a imagem da marca com associações e qualidades”. (KOTLER, 2008, p. 394-395). Portanto, de modo geral, o Marketing deve preocupar-se e assegurar que a experiência com a marca se equipare à imagem transmitida. “A construção da marca⁴ exige mais do que apenas a construção da sua imagem. Ela requer gerenciamento de todo o contato com a marca que o cliente possa ter”. (KOTLER, 1999, p. 94).

O marketing atua diretamente na relação entre produto, marca e consumidor, mostrando as verdades do produto e da empresa e enaltecendo suas reais qualidades. De acordo com Vieira, a marca deve estar impregnada de ideologia, devem existir valores reais que a norteiem e que as pessoas gravitem em torno dela, “[...] acreditem nesses valores e princípios e os tomem como compromisso de conduta, contribuindo na formação de um conceito coerente com os propósitos da marca” (2008, p. 13). Portanto, antes de recorrer ao marketing, é preciso que a empresa se pergunte se esta possui realmente qualidades que merecem ser percebidas pelos clientes, caso a empresa queira uma ferramenta para complementar o seu posicionamento e fortificar isso, o marketing é a melhor forma, e neste caso a assessoria de imprensa pode contribuir, ela não cria estes valores, mas expõe os existentes, construindo e consolidando a imagem de marcas.

Ter seus valores e identidade bem definidos não é tarefa fácil. Conforme Vieira (2008) e Batey (2010), uma empresa que busca fazer um produto ou prestar os serviços com olhos no bem da comunidade, do meio ambiente, gestão transparente e ações éticas, certamente resguardará a marca e sua personalidade. Uma marca coerente com suas virtudes consegue mesmo em momentos difíceis manter suas bases sólidas, e seus deslizos passam a não fazer sentido para a opinião pública.

As ações comunicativas se tornaram a forma mais legítima de aproximar a identidade da empresa de sua imagem, evitando vácuos e distorções no seu conceito, principalmente

⁴É o significado da marca que faz a mediação entre os produtos e a motivação do consumidor, determinando assim o seu comportamento. O significado de uma marca é estabelecido a partir de como ela é percebida pelo público em nível consciente e de como ela age no nível semi ou subconsciente. (BATEY, 2010, p. 189).

hoje, em que desponta um consumidor questionador, que não aceita explicações das empresas em torno de descaso. Para tanto, Torquato (1986; 2002) e Palma (1994) salientam a importância de estabelecer uma identidade para projeção externa, investindo maciçamente em informações, postulando: a imagem/identidade é o patrimônio mais valioso de uma empresa; a comunicação é a responsável pela construção dessa imagem/identidade e por sua divulgação; é ela que realmente vende a empresa no mercado. Nesse contexto, destaca-se a atuação da assessoria de imprensa como área que expõe os valores e a consistência ideológica de uma empresa, buscando solidez na sua imagem através da informação e opinião pública.

3 METODOLOGIA

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS PARCIAIS

ASSESSORIA DE IMPRENSA: CREDIBILIDADE À MARCA

A capacidade de se obter espaço na mente do consumidor diminuiu. Bombardeados por um excesso de informações, o desafio não é apenas lutar contra tantos produtos, marcas e anúncios concorrentes, mas também superar a mente fechada do consumidor em relação à comunicação comercial. Tal excesso tem feito com que suas ações não sejam mais suficientes para abarcar a atenção do consumidor, oportunizando a atuação da Assessoria de Imprensa.

Por meio de reportagens e entrevistas é possível atrair a atenção e criar “talk value” - valor como tema de conversas - onde em breve é possível ouvir comentários dos amigos sobre os produtos e marcas, sendo depois conversado com outros amigos sobre o assunto. Ouvir alguém se referir a um produto ou marca é mais convincente do que mensagens transmitidas por anúncios pagos. A Assessoria de Imprensa também consegue alcançar todos os *stakeholders* da marca, apresentando as novidades da marca; divulgando eventos, ideias e contratações; mostrando valores éticos da empresa, como o comprometimento com a

cidadania, a ecologia, a qualidade de vida e o respeito aos direitos individuais e coletivos; dentre diversos outros fatores em que se envolve a empresa.

Mostra-se como fonte verídica, construindo a imagem da marca através da consolidação de competência e reputação da empresa. A assessoria busca informações constantes que alavanquem o conhecimento do cliente a respeito da marca, fazendo com que a empresa seja reconhecida como *expert* em seu setor. O objetivo é transformar a empresa em um *opinion leader* do mercado.

Além disso, a assessoria de imprensa se desenvolve com os esforços voltados para minimizar o peso de eventuais informações negativas. Por meio da assessoria a empresa consegue identificar antecipadamente as turbulências que movimentam e alteram vários segmentos da sociedade, permitindo que empresários estabeleçam planejamentos estratégicos mais coerentes com as aspirações dos usuários de seus serviços. Regra que se aplica também em situações de crise, quando situações negativas escapam ao controle da empresa e ganham visibilidade pública. Neste caso, a empresa tem que estar preparada para uma resposta rápida e objetiva, a partir de medidas emergenciais como notas à imprensa, explicações a jornalistas, abertura das portas da empresa aos meios de comunicação, para que se possa “recuperar um dos mais nobres e escassos produtos no contexto econômico contemporâneo: a credibilidade”. (TORQUATO, 1986, p. 176).

Portanto, mais do que nunca, as assessorias possuem a obrigação de manterem-se fontes verídicas e preocupadas em ajudar a tornar operativa e inteligente a opinião pública, restabelecendo a responsabilidade social, responsabilidade aqui entendida não apenas como empresa geradora de empregos, mas como empresa transparente na produção e divulgação de produtos honestos e de qualidade, no reconhecimento de seus erros, omissões e desleixos. Conforme Torquato (1986, p. 163) o “contar o que aconteceu” passou a ser considerada a marca do compromisso empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada dia, os indivíduos adquirem produtos/serviços não só pela sua funcionalidade ou atributos, mas também pelo o que eles significam. Desta forma, através das estratégias de marketing, a assessoria de imprensa não só atua na lembrança da marca, mas principalmente para que a mesma seja conhecida e reconhecida como referência de credibilidade e responsabilidade social, a partir de práticas de diálogo permanente com seus públicos estratégicos e sociedade.

A concorrência acirrada faz com que a política das “portas abertas” ou do “contar o que aconteceu” agregue valor à empresa. Por isso, a atuação da assessoria já não se concentra apenas em transmitir informações limitadas, mas também em mudar o conceito da empresa, agregar valor à imagem de sua marca, impulsionar a empresa em direção às suas metas, além de contribuir na função democrática de bem informar à sociedade primando pela construção da credibilidade e pelo fortalecimento de uma imagem corporativa.

REFERÊNCIAS

- BATEY, Mark. **O Significado da Marca**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.
- CHINEM, Rivaldo. **Comunicação Empresarial**: teoria e o dia a dia das assessorias de comunicação. São Paulo: Horizonte, 2006.
- DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**: teoria e técnica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Trad. Ailton Bonfim Brandão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Marketing para o Século XX**. São Paulo: Futura, 1999.
- LOPES, Marilene. **Quem tem medo de ser Notícia?**: da informação à notícia - a mídia formando ou "deformando" uma imagem. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PALMA, Jaurês Rodrigues. **Jornalismo Empresarial**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra DC Luzzato, 1994.
- PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.
- TORQUATO, Francisco Gaudêncio. **Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional**. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- VIEIRA, Stalimir. **Marca**: o que o coração não sente os olhos não vêem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DE INMIGRANTE A EMPRESARIO: FACTORES DETERMINANTES PARA LA INICIACIÓN EN LOS NEGÓCIOS DENTRO DE LOS EE.UU.

Héctor Daniel Luquin Curiel¹

Universidad de Santiago de Compostela

Palabras Clave: Economía étnica. Migración. Empresarialidad. Negocios.

INTRODUCCIÓN

El United State Census Bureau (USCB), reportó en “2007 Survey of Business Owners” (SBO) que 2.3 millones de hispanos son propietarios de empresas no agrícolas en EE.UU., empleando a 1.9 millones de personas y generando \$274.5 mil millones de dólares en ingresos. Estas empresas, propiedad de hispanohablantes representaron el 6.8 por ciento de todos los negocios no agrícolas en los Estados Unidos. La SBO define los negocios propiedad de hispanos en empresas. Los datos de este informe fueron recopilados de una muestra de todos los negocios no agrícolas, de propietarios individuales y cualquier tipo de corporación.

MARCO TEÓRICO

Para Valenzuela Varela (1993) existen recursos que influyen el espíritu empresarial de un emigrante, entre los que destacan los conocimientos sobre los valores culturales, recursos asociados a su identidad grupal y de origen, recursos asociados a su condición de clase, por lo que Ligth y Bonacich (1998) hacen la diferenciación de recursos, entre materiales y culturales. Los recursos aprendidos durante su vida (experiencia laboral) son determinantes para que un emigrante de el paso a conformar un negocio, es una maraña de conocimientos básicos del producto o servicio que proporcionará, desde el conocimiento del mercado, de los proveedores, los clientes y hasta los procesos.

En 2007, el 30.0 por ciento de las empresas propiedad de hispanos operaban en la construcción, administración, servicios de gestión de residuos, descontaminación y otros servicios, tales como servicios personales, reparación y mantenimiento, su crecimiento fue tres veces mayor que el promedio nacional. En el último quinquenio se ha dado un crecimiento inusual entre los migrantes que se convierten en empresarios en los EE.UU. lo que presenta una oportunidad para el estudio y la determinación de los factores que influyen en que se constituya una empresa por parte de este sector de la población.

METODOLOGÍA

¹ Maestro en Negocios y Estudios Económicos de la Universidad de Guadalajara (MEX), estudiante de Doctorado en Desarrollo Regional e Integración Económica por la Universidad Santiago de Compostela (ESP)

La investigación de campo se realizó en la ciudad de Los Ángeles, se incluyeron visitas a las ciudades de Salinas, Livermore y San José en California y Laredo en Texas, entre otras comunidades, con el fin de conocer más de cerca los negocios y el estilo de vida que profesan los empresarios migrantes. La técnica empleada fue la aplicación de un cuestionario múltiple con preguntas cerradas y abiertas, esto para crear una historia de vida de las personas entrevistadas, así como para determinar su posición actual. Se estructuraron nueve áreas, las cuales son: experiencia migratoria, experiencia laboral, identificación y localización del negocio, factores de producción, factores de operación, factores de administración, factores de financiamiento, redes y contribuciones y finalmente estatus y prestigio.

Se realizó una muestra dirigida, en la cual se buscó a los sujetos a investigación por una serie de criterios, tales como comunidad de origen, ubicación del negocio y contactos personales, además una serie de requisitos mínimos que fueron contar con un negocio establecido, ser mexicanos de nacimiento.

RESULTADOS

Los factores que influyen para que una persona establezca un negocio en otro país, con un estatus de migrante son varios, entre los cuales mencionamos las necesidades económicas, su nivel educativo, el emprendurismo (espíritu empresarial) y los recursos aprendidos durante su vida (experiencia laboral).

Las necesidades económicas, como los bajos salarios, despido expedito, el aumento de la familia, una crisis, etc. han determinado a los inmigrantes a auto emplearse, por lo que a una mayor residencia, será mayor la asimilación del entorno que le propiciaría un negocio en su comunidad conforme a lo que menciona Valenzuela Varela (1993). El nivel educativo es otro de los factores que influyen, en tanto que una persona, gracias a sus conocimientos puede elaborar un plan para la creación de un negocio, tiene la capacidad de establecer una estrategia que le pueda remitir mayores beneficios o simplemente tiene los conocimientos para ejercer habilidades directivas y/o de procesos.

CONCLUSIONES / DISCUSIÓN

Los empresarios mexicanos que son inmigrantes y tienen sus negocios dentro de los EE.UU. desarrollan sus actividades en condiciones específicas que determinan su perfil y la actividad que desarrollan dentro del mercado, por lo que son negocios de bajo nivel en inversión tecnológica. Las actividades económicas de los inmigrantes van en función de la cercanía entre los dos países, por lo que se sigue manteniendo un nexo, se agrega la tradición migratoria y las redes sociales que sirven como brazo de apoyo para muchos migrantes al

contar con alguien que los reciba y emplee, el empresario inmigrante se beneficia con la contratación de mano de obra barata, además de las políticas migratorias, en las cuales se está negociando, en unos casos muy fuertes en contra de los migrantes y en otros puntos hasta flexibles, por último los tratados de libre comercio que no han sido explotados por los empresarios migrantes, son un factor que pudiera detonar aún más sus beneficios. Estos empresarios contribuyen con fuentes de trabajo, empleando a más de un millón de personas con una erogación en gasto de nómina de 26 mil millones de dólares.

Como en México o en EE.UU., el iniciar un negocio no es cosa fácil y menos si eres inmigrante, por lo que muchos se quedan en el camino cuando decidieron autoemplearse o comenzar con una actividad que le permitiera un mayor bienestar. Pero la tendencia es creciente y alentadora de acuerdo a los números del 2007 Survey of Business Owners de la USCB. La evidencia muestra el aumento de los empresarios inmigrantes de origen hispano en los EE.UU. un aumento que representó el 43.7 por ciento durante el quinquenio 2002 y 2007, mientras que el promedio nacional crecía en un 18 por ciento. Pero el dato revelador es que de las 2.3 millones de empresas de origen hispano en EE.UU., 1.03 millones son de mexicanos.

Aunque las empresas de mexicanos con empleados facture casi 4 veces más que las de sin empleados, este último rubro representa a 916 mil 687 empresarios mexicanos que en promedio facturan 37 mil millones de dólares y representa el sustento de miles de mexicanos en territorio nacional que son beneficiados con las remesas que estos empresarios envían. En el tema de género, las empresas que son administradas por mujeres representa un 33.7 por ciento del total de empresas, pero la relación existente entre empresas sin empleados y estos, es mayor puesto que es del 93 por ciento, las que no remuneran a personas.

CONSIDERACIONES FINALES

Entre los hallazgos más importantes en la aplicación de la encuesta están los siguientes:

Nivel académico. No son obra de la preparación académica, ni de la tradición o experiencia familiar, sino causa de efectos o factores propicios que los empujaron a autoemplearse y llegar a crear fuentes de empleo, entre los factores se mencionan, el despido, el cambio de estado civil, sueldo bajo, cambio de domicilio, etc.

Cualificación de actividades. La experiencia mejoró notablemente, puesto que la mayoría ha terminado trabajando en actividades cualificadas en las que son más propensos a recibir un mayor ingresos y que lleva a la generación de conocimiento para sus connacionales.

Créditos. Para la iniciación de sus negocios, ningún empresario contó con las disposición de un crédito del sistema financiero para abrirse paso y comenzar sus operaciones, estas han aparecido en alguna ocasión en la vida del negocio, para el 36 por ciento de los encuestados fue utilizado para aumentar las oportunidades de su negocio como compra de equipo y transporte, mejoras en el local y compra de instalaciones.

Empleos generados. Del rubro de familiares la mayoría representa una base para que el negocio funcione en condiciones óptimas, pero la mayoría no cuenta con un salario fijo, por lo que se puede dar condiciones de explotación de trabajo entre familiares.

REFERENCIAS

- Borjas, G. (1986). The Self- Employment Experience of Immigrants. National Bureau of Economic Research, 1942, 1-31.
- Cota Cabrera, B. (2010). La creación de pequeños negocios de inmigrantes mexicanos en Phoenix, Arizona. Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, BC.
- Gap Min, P., & Bozorgmehr, M. (2000). Immigrant Entrepreneurship and Business Patterns: A Comparison of Koreans & Iranians in Los Angeles. International Migration Review, 34(3).
- Gutierrez, C. (2006). Hispanic-Owned Firms:2002. US Census Bureau(August 2006), 633.
- Ligth, I., & Bonacich, E. (1988). Immigrant entrepreneurs, Koreans in Los Angeles 1965-1982. Los Angeles: University of California Press Barkeley and Los Angeles.
- Lowrey, Y. (2007). Minorities in Business: A demographic review of minority business ownership. United States of America.
- Nelton, S. (1996). Hispanic-owned firms set the pace for growth. [Article]. Nation's Business, 84(10), 8.
- Rajjman, R., & Tienda, M. (2000). Training Functions of Ethnic Economies: Mexicans Entrepreneurs in Chicago. Sociological Perspectives, 43(3), 439-456.
- Rath, J., & Kloosterman, R. (2000). Outsider's business: A critical review of research on immigrant entrepreneurship. International Migration Review, 34(3), 657-681.'
- SBO, (2011). Survey of Business Owners Retrieved Mayo 18 de 2011, 2011, from <http://www.census.gov/econ/sbo/>
- Valenzuela Varela, B. (1993). Los pequeños negocios de jaliscienses y michoacanos en New Rochelle, Nueva York. Guadalajara: Universidad de Guadalajara-UCLA.
- Valenzuela Varela, B. (1995). El comercio internacional intraétnico: opciones y perspectivas de los empresarios inmigrantes mexicanos en Chicago y Nueva York: UdeG- UCLA.

A CONSTRUÇÃO GRÁFICA DA IDENTIDADE DO BLOG KATYLENE.COM

Rafael Soares Krambeck – UNISINOS/ESPM¹

Palavras-Chave: Comunicação. Cibercultura. Blog. Identidade. Katylene.

No início do primeiro semestre de 2007, o blog “Papel Pobre²” causou “causou” no cenário da blogosfera brasileira. Especializado em “gongar³” celebridades, comentando fotos e postando desenhos e montagens propositalmente malfeitos e assinado por Katylene Beezmarcky, travesti nascida no subúrbio do Rio de Janeiro, o blog ganhou popularidade e Katylene tornou-se uma figura do “star system” da internet.

Ironicamente, no país mais homofóbico do mundo⁴, se populariza a personagem descrita como “o retrato da trava brasileira”. Utilizando de muito humor e uma linguagem bem característica, no blog e no twitter, a personagem ganhou “vida”, nas mãos do blogueiro Daniel Carvalho. O sucesso da personagem é tanto ao ponto de comumente outros usuários das plataformas referirem-se a ela como se fosse outro usuário. Portanto, à essa narrativa, que praticamente separa a personagem de seu criador/interprete, que o estudo volta-se.

Neste artigo apresento dados de uma pesquisa exploratória do blog Katylene.com, analisados a partir da ótica das identidades online. Assim, o estudo se desenvolve enquanto uma “dissecação” dos elementos gráficos utilizados no blog enquanto construções da imagem de grupos marginalizados e produtor de laços com os leitores do blog.

AS IDENTIDADES ONLINE

Partindo da perspectiva de Silva que “a subjetividade humana é, hoje, mais do que nunca, uma construção em ruínas” (2000, p. 11), poderemos perceber que cada vez mais, fica evidente que o sujeito desempenha inúmeros papéis em diferentes contextos, ou seja, a identidade deve ser vista com algo em perene mutabilidade e multiplicação. O indivíduo contemporâneo atua em diversos cenários e negocia diferentes aspectos de si mesmo, até mesmo porque, as identidades do sujeito se estabelecem dialogalmente.

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Aluno de MBA em Marketing e Comunicação pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Jornalista pelo Centro Universitário Franciscano.

² O blog era acessado através do endereço: <papelpobre.blogspot.com>.

³ A expressão tem o sentido de ridicularizar alguém, debochar. Tem origem no hábito de velhos programas de televisão ou rádio advertirem, com o soar de um gongo, aqueles que cantavam mal.

⁴ Dados obtidos do Relatório Anual elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Assim, “a vida online retoma um aspecto da vida cotidiana para levá-lo a um grau superior. Mostramos, no dia-a-dia, diferentes aspectos de nós mesmos” (TURKLE, 1999, p. 119), até mesmo porque, o ciberespaço vai permitir a demonstração de certos aspectos que compõem a diversidade de elementos constituintes da identidade do sujeito, incluindo alguns que podem até não ter espaço ou serem reprimidos no cotidiano.

Se entendermos que a identidade mantém uma estreita ligação com a linguagem, sendo a primeira constituída por e através desta, como uma articulação de significantes. Assim, pode-se entender, desde já, o sujeito como um conjunto de fragmentos. Deste modo, podemos perceber que o que define uma identidade não é, assim, o pressuposto de uma essência interior, mas o de uma representação, pois o ato de identificação vai se dar a partir da expressão, não, por meio de uma subjetividade.

As imagens digitalizadas com que interagem os sujeitos no ciberespaço permitem que as identidades múltiplas e fluídas se expandam no espaço da comunicação mediada pelas tecnologias. A evolução das comunicações tecnologicamente estabelecidas tem engendrado modos de relação do sujeito com identidades incorpóreas imgeticamente construídas e semioticamente negociadas gerando novas significações da subjetividade do sujeito.

Baseando-se nos estudos de Simmel, Donath (1999) indica que as impressões percebidas e construídas pelos sujeitos em interação representam grande parte do processo social. De certa forma, no ciberespaço, estes componentes identitários são necessariamente construídos a fim de garantir certa “humanidade” à representação do ator social que se expressa através da ferramenta de maneira que permita a identificação para o interagente. Ou nas palavras de Recuero “é preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na informação geralmente anônima do ciberespaço” (2009, p. 27).

O ciberespaço surge como uma forma de lidar com subjetividades, e não apenas à nível simbólico, mas, uma nova forma de organização das formas sociais. Recuero considera que um ator, pode ser representado pelas ferramentas que usa, contudo, a autora ressalva que estas funcionam como representações dos usuários. Elas funcionam como apropriações do ciberespaço enquanto formas de expressão dos atores, havendo “um processo permanente de construção e expressão de identidades por parte dos atores no ciberespaço” (2009, p. 26).

Assim, o computador toma certa cartografia da identidade do sujeito e a insere em imagens através das metáforas representadas pelas janelas do sistema operacional, ou seja, aquelas múltiplas e diversas identidades de qualquer sujeito são exemplificadas na tela do computador por meio das janelas.

PERCORRENDO A ESTRUTURA

O layout do blog é como um dos modelos mais simples: um cabeçalho, um espaço dedicado às postagens, uma coluna à direita dedicada à uma série de gadgets e um rodapé ao final da página. Verticalmente, o blog é muito “alto”, devido à quantidade de gadgets inseridos na coluna lateral, assim, é necessário do uso da barra de rolagem para que seja visualizado até o final. O plano de fundo do blog é de um sóbrio marrom com um padrão que adapta o “Damier⁵”.

O cabeçalho do blog consiste no endereço do mesmo em letras caligráficas que imitam um letreiro de neon. De tempo em tempo, as letras “at” e “lene” piscam e apagam como que em um mau funcionamento do “letreiro”, induzindo à um ar de glamour e decadência, refletindo a estética “luxo e lixo” presente em grande parte das manifestações da personagem. Além disso, quando “apagado”, as letras acesas criam a palavra KY, famoso gel lubrificante íntimo.

Logo acima do letreiro, está inserida uma série de links, alguns de acesso a serviços de contatos, outros ligam o blog às outras plataformas utilizadas pela personagem. Os links são cinza, contudo, ao “passar o mouse por eles”, eles “ligam” como letreiros rosa (os primeiros) e vermelhos (os segundos). Ao lado dos hiperlinks, é inserida a imagem da personagem. Em meio a diamantes que brilham tanto quanto os luminosos, a Katylene é apresentada como uma miss. Além disso, uma faixa contendo o título “Musa do Twitter” liga a imagem da personagem à grande popularidade que apresenta do site de microblog.

Na coluna lateral, inicialmente, há o perfil escrito da personagem. Logo abaixo do luminoso rosa “beesha phyna”, Katylene se descreve. Abaixo do texto, novamente, são disponibilizados links para as outras utilizadas pela personagem. Contudo, desta vez, só a logomarca dos sites é inserida. Junto a eles, há um link que deveria direcionar a categoria de posts dos programas “Katylene TV”, no entanto, o link está quebrado.

Em seguida, há outro “luminoso” indicando um espaço dedicado à quatro situações classificadas como “Baphão”. Segundo o “dicionário gay” Aurélio, o termo bafo é “referente a algo ou alguém que causou alguma coisa” (VIP; LIBI, 2006), ou seja, é um termo utilizado principalmente em relação a escândalos ou confusões. Um novo letreiro vermelho indica o espaço reservado para as “Katchigurias”. As chamadas categorias são referentes as “tags” às quais são marcadas as postagens e, no espaço reservado à elas, só estão presentes onze tags das quase quatrocentas categorias do blog. Um pequeno gadget de busca inserido logo após as categorias, ao invés, dos tradicionais “busque aqui”, é caracterizado com um “Caça Aqui”.

⁵ Estampa que é um dos maiores ícones da grife Louis Vuitton.

Outro “luminoso” indica a relação de “amigueenhas”, ou seja, os blogs indicados/relacionados pela personagem. Em geral, trata-se de uma grande diversidade sites ou blogs nacionais e internacionais, pessoais ou corporativos⁶ especializados em celebridades, entretenimento e moda. Mais abaixo, o arquivo do blog é disponibilizado sob o título de bafos antigos. Outro artifício utilizado para linkar o blog ao facebook é o “plug-in” utilizado no blog. Nele, o usuário/leitor pode “curtir” a página oficial da personagem sem a necessidade de sair do blog.

No rodapé da página uma mensagem que define o blog enquanto uma página de “fofocas” e alerta sobre o conteúdo do blog não ter um compromisso com a verdade, publicando “rumores, além de fatos reportados”. Além disso, assume-se a não-autoria das fotos, permitindo o contato daqueles detentores dos direitos autorais de materiais que não permitirem a sua exibição no site. Finalmente, o blog repete os links para as mais diversas plataformas, porém, agora de forma mais simples.

CONSIDERAÇÕES

Inicialmente, o que se destaca a qualquer observação mais detalhada do blog é o fato de que um dos principais constituintes da construção da identidade do mesmo é uma estética “lixo e luxo”. Unindo elementos como “papel de parede”, letreiros de neon, diamantes e um coroa, Katylene.com toma de signos que remeteriam à uma estética luxuosa, mas que através do excesso se torna caricaturalmente brega. De certa forma, o “letreiro” no qual ciclicamente algumas letras se apagam pode ser considerado como uma síntese primorosa da estética identitária do blog.

A construção de Katylene enquanto um travesti é feita de maneira teatralizada, ou mesmo, estereotipada. A personagem alcança uma posição não de travesti, mas, de “paródia” ao estereótipo de feminino. Isso a aproxima das performances de drag queens. Os hiperlinks de ligação às outras plataformas utilizadas não só estão presentes, como estão em uma insistência: estão apresentados no início (cabeçalho), meio (coluna lateral) e fim (rodapé) do blog. Assim, o leitor do blog tem a oferta de não só ler o blog, como consumir, em outras plataformas, toda cultura que circunda o blog .

Enfim, a partir do estudo exploratório realizado, foi possível perceber que o blog não se apresenta como mais um blog de fofoca, pois, a estética se insere como um “atrativo a mais”. Assim, não desprezando a importância do conteúdo do blog, mas a personagem “per se” já é uma atração do blog. Além disso, foi possível perceber que o blog se linka às outras plataformas de modo que a ligação entre a personagem/autor e os leitores seja ainda mais forte.

⁶ Como corporativos, considero blogs ou sites mantidos por grupos empresariais como o site “Ego”, mantido pela Rede Globo de Televisão.

REFERÊNCIAS

DONATH, J. S. Identity and deception in the virtual community. In: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (org.). **Communities in cyberspace**. Londres: Routledge, 1999.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, T. T. A poética e a política do currículo como representação. In: PACHECO, J.A. (org.). **Políticas de integração curricular**. Porto: Porto Editora, 2000a.

TURKLE, S. Fronteiras do real e do virtual. Porto Alegre: 1999. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 11, p. 117-123, dez. 1999. Entrevista concedida a Federico Casagleno.

VIP, A.; LIBI, F. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora do Bispo, 2006.

IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE ACIDENTES DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO METAL-MECÂNICO.

¹Jacinta Sidegum Renner -FEEVALE

²Ludinaara do Nascimento Scheffel - FEEVALE/FACOS

INTRODUÇÃO: Embora o trabalho seja uma das principais fontes de inserção social, paradoxalmente pode também ser fonte de exclusão quando se consideram os altos índices de acidentes de trabalho (ATs). No caso específico, verifica-se que no ano 2010 foram 307.620 acidentados, em nível de Brasil, conforme dados do Ministério da Previdência (BRASIL, 2012). A partir deste cenário, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: a implantação da metodologia de análise de acidentes recomendada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) poderá ser uma estratégia de apoio na gestão em saúde e segurança em uma indústria do ramo metal mecânico? A partir do problema de pesquisa exposto, traçou-se como objetivo geral desta pesquisa: implantar a metodologia de análise de acidentes de trabalho em uma indústria do ramo metal mecânico do litoral norte do Rio Grande do Sul, a partir da proposta de investigação de acidentes do trabalho recomendada pelo MTE. E, como objetivos específicos, estão: propor a utilização dos critérios estabelecidos no Guia de Análise Acidentes de Trabalho, do MTE; avaliar o impacto da utilização da metodologia na gestão em saúde e segurança do trabalho; e verificar se ocorreu interferência na cultura organizacional quanto à política de Saúde e Segurança do Trabalho - SST. O conhecimento derivado da análise de acidentes de trabalho amplia as possibilidades de prevenção destes acidentes e potencializa a capacidade de solução dos mesmos. Neste contexto, justifica-se esta pesquisa através da perspectiva de contribuição desta na implantação de uma metodologia de análise de acidentes de trabalho (ATs) na empresa pesquisada, atendendo as recomendações apontadas pelo MTE, em seu Guia de Análise Acidentes de Trabalho. A escolha da empresa ocorreu em função da necessidade da adoção de uma metodologia para identificação e controle de acidentes, já que, até a realização da pesquisa a empresa não havia adotado nenhum método investigativo. Considerou-se também o aumento dos índices de ATs nos últimos anos, o que motivou os gestores em saúde e segurança em procurar auxílio através desta pesquisa.

¹ Professora Doutora Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade e orientadora.

² Mestre em Inclusão Social e Acessibilidade- FEEVALE e professora Curso Administração da FACOS - Faculdade Cenecista de Osório.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O trabalho: A partir dos anos 90, com a globalização da economia, se apresentam novas formas de gestão da mão-de-obra e a necessidade de flexibilização do trabalhador, com redução do efetivo e maior competitividade, fazendo com que este trabalhador dedique maior parte do seu tempo a aprender novas práticas no seu posto de trabalho (PETENON, 2008). E esta situação interfere diretamente no ambiente de produção, onde a velocidade da mudança conduz a um sentido de emergência quanto aos ajustes e adaptações dos trabalhadores e a busca incessante em atingir metas de produção, o que pode levar às empresas a incentivarem o trabalho além do limite seguro, se tornando danoso ao trabalhador (RENNER; GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2008). Assim, as organizações afetadas pela concorrência, buscam estabelecer metas e acabam gerando uma elevação nos índices de ATs, corroborando com a ideia de que o gerenciamento das empresas ainda determina a execução de tarefas em que a prevenção não foi priorizada (BRASIL, 2008). Acidente de trabalho: O MTE define acidente como “uma ocorrência geralmente não planejada que resulta em dano à saúde ou integridade física de trabalhadores ou de indivíduos do p³úblico” (BRASIL, 2010, p.8). Guia de Análise Acidentes de Trabalho: lançado em 2010, pelo MTE, vem contribuir e dar subsídios às organizações, de acordo com uma visão prevencionista dos ATs, pois, o MTE, sabendo da dificuldade em se fazer uma correta avaliação das causas dos ATs, indica, neste Guia, quatro etapas para uma investigação efetiva: coleta de dados, análise das informações, identificação das medidas de controle e plano de ação.

METODOLOGIA: Este estudo se caracteriza como um estudo de caso, com análise de dados sob o paradigma qualitativo. Participaram do estudo sete colaboradores que compõe o grupo gestor em SST na empresa. Foi realizada análise documental do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) da empresa e do Guia de Análises Acidentes de Trabalho. Durante as reuniões de implantação da metodologia, utilizou-se a técnica de observação participante e um diário de campo para registro, o qual originou atas das reuniões de todas as etapas de implantação.

RESULTADOS: Os resultados indicaram impacto positivo na Gestão em SST, sendo apontado como principal estratégia a participação e discussões em grupo, assim como a participação direta dos acidentados. Em relação à interferência na cultura organizacional percebeu-se quebra de paradigma importante com relação à clareza e transparência em discutir as causas dos acidentes junto aos trabalhadores, assim como, em relação à incorporação a novos métodos e à gestão em SST, a partir da utilização do Guia. Observa-se que é de certa complexidade afirmar a partir desta pesquisa que ocorreram mudanças na cultura organizacional, pois este tende a ser um processo lento

e gradual, que exige anuência da alta direção, o que se percebeu estar bem encaminhado nesta empresa.

DISCUSSÃO: No que se refere à Gestão em SST, percebeu-se que a implantação da metodologia disposta no Guia causou impacto na gestão no que se refere, principalmente, à coleta de informações sobre os ATs, pois o Guia na etapa de coleta de dados sugere que sejam ouvidos além do trabalhador acidentado, uma testemunha ou colega de trabalho, seu supervisor imediato, dentre outros e, no caso da empresa, ouviram-se todos estes, além do presidente da CIPA. Quanto à cultura organizacional, durante a entrevista com o grupo de colaboradores da pesquisa, perguntou-se se a aplicação da metodologia de análise de AT poderia implicar em alterações nos índices de ATs, e seis dos sete participantes do grupo afirmaram que a aplicação da metodologia poderia reduzir estes índices, e somente um participante disse ser relativo, embora acredite que sim, considera que a metodologia só irá interferir nos indicadores de ATs, se antes houver uma mudança na filosofia da empresa. Complementarmente, a pesquisadora acredita que se não tivesse ocorrido uma predisposição da empresa em quebrar paradigmas em relação à incorporação a novos métodos e à gestão em SST, possivelmente os acidentes de trabalho seriam omitidos pela empresa, ao invés de evidenciados em reunião e, inclusive, utilizados para a aplicação prática da pesquisa, na verificação de cada uma das etapas de análise propostas pelo guia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir da análise dos dados coletados e com base no referencial teórico, pode-se perceber que se atendeu a proposta de utilização dos critérios estabelecidos no Guia, assim como quando da realização das entrevistas percebeu-se que houve impacto da utilização da metodologia na gestão em SST. Algumas ações e diretrizes adotadas pela empresa durante o processo de implantação da metodologia indicaram que ocorreu algum impacto em termos de⁴ quebras de paradigmas, sendo de certa complexidade afirmar que ocorreram mudanças na cultura organizacional, uma vez que é de senso comum que este é um processo lento e gradual, exige mudanças comportamentais e, acima de tudo, a anuência da alta direção, o que, a princípio, está bem encaminhado nesta empresa. É imprescindível salientar a importância da continuidade e aprofundamento dos aspectos investigados nesta pesquisa em outras empresas de diferentes portes e setores de atividade, mas, principalmente, em pequenas e médias empresas do setor metal-mecânico, o qual possui um elevado índice de ATs, podendo oportunizar às empresas que talvez ainda não conheçam a proposta sugerida pelo MTE, o conhecimento das etapas de análise dispostas no Guia.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes de trabalho. Guia de Análises Acidentes de Trabalho. Indústria metal mecânica. Segurança no Trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Anuário Estatístico da Previdência Social – 2010**. Disponível em:

<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1162>. Acesso em: 03 jan. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul. **Análises de Acidentes do Trabalho Fatais no Rio Grande do Sul: a experiência da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador – SEGUR – Porto Alegre: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul. Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador/SEGUR, 2008.**

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia de Análise Acidentes de Trabalho**. Brasília, DF: 2010. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D8C0D42012D94E6D33776D7/Guia%20AT%20pdf%20para%20internet.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

PETENON, Melissa Pasqual. **Da intenção à realidade: os paradoxos entre as práticas de gestão de recursos humanos e a saúde do trabalhador**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.

RENNER, Jacinta Sidegum; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo; OLIVEIRA, Paulo Antonio Barros. **Acidentes de Trabalho na perspectiva dos trabalhadores: um estudo de caso na indústria calçadista**. Publicado em 2008. Disponível em:

http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/publicacoes/216_Acidentes%20de%20Trabalho%20na%20Perspectiva%20dos%20Trabalhadores%20um%20estudo%20de%20caso%20na%20ind%20C3%BAstria%20cal%20A7adista.pdf. Acesso em: 06 de out. 2012.

JORNALISMO LITERÁRIO NA REVISTA *ISTOÉ*: RECURSOS NARRATIVOS NA COMPOSIÇÃO DE UMA REPORTAGEM

Daniel Fernando Gruber¹

Juracy Ignez Assmann Saraiva²

Feevale

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Narrativa. Literário. IstoÉ.

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Umberto Eco acredita que o modelo narrativo não é diferente da forma como que se relatam acontecimentos reais. “Se os mundos ficcionais são tão confortáveis, por que não tentar ler o mundo real como se fosse uma obra de ficção?” (ECO, 1994, p.43). Logo, quando

¹ Mestrando em Processos e Manifestações Culturais, bolsista Prosup/Capes na Universidade Feevale e jornalista. *E-mail:* danielfg@feevale.br.

² Orientadora. Tem pós-doutorado em Teoria Literária pela Unicamp (SP) e é professora, pesquisadora e coordenadora do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais na Feevale. *E-mail:* juracy@feevale.br.

³ O termo artificial é aqui empregado como sinônimo do que é construído por meio de artifícios, do fazer artístico e da apropriação de formas subjetivas e estéticas.

se ouve uma série de frases a respeito do que aconteceu a outra pessoa, em determinado tempo e lugar, colaboramos com esse relato reconstituindo em nossa cabeça um universo com lógica interna, que só mais tarde é assumida como descrição do mundo real. Nesse processo, a experiência narrada já não é mais a realidade, mas uma representação verossímil.

Indiferentemente à natureza do que é relatado, pode-se definir a narração como um modelo discursivo em que personagens realizam ações ou passam por certas experiências e na qual suas ações e intensões a transportam de um estado inicial para um final. “Contudo, poderíamos aplicar a mesma definição também a uma história séria e verdadeira” (ECO, 1994, p.127). A narração é apenas uma moldura estrutural em que o ser humano enquadra qualquer conteúdo, seja ele de natureza verídica ou puramente fantasiosa. Ao se recriar esse mundo no modelo narrativo, todo o conteúdo passa a uma nova forma de realidade, a realidade da narrativa – da representação, da artificialidade e da subjetividade.

Oswaldo Coimbra complementa este pensamento explicando que:

A adoção do modelo de estrutura de narração no texto de imprensa nos traz de volta à questão da relação do texto com o referente, com o contexto extraverbal. A representação do real – a *diegese* – num conto, numa peça teatral, num filme, [...] parece diferir da representação do real de uma narrativa de jornal, pois, enquanto a primeira emana de uma criação de fábula, a segunda é comandada pelos acontecimentos no seu dia-a-dia. No entanto [...], seja a ação representada ou a ação vivida, caem todas nas mesmas categorias. (COIMBRA, 1993, p.16)

O fluxo temporal das ações, neste caso, é apontado por autores da Narratologia como a principal marca de diferença entre a narração e outras modalidades discursivas.

Neste caso, o critério opositivo passa pela dinâmica incutida à narrativa, entendendo-se a narração, em contraste com a descrição, como aquele procedimento representativo dominado pelo expresso relato de eventos e de conflitos que configuram o desenvolvimento de uma ação, o que obviamente só se compreende em função de um movimento temporal que transmitirá à narrativa a dinâmica mencionada. (REIS e LOPES, 2002, p. 248)

Dessa forma, como poderia se estabelecer uma linha de demarcação exata entre a narrativa literária e a jornalística? Coimbra (1993) acredita que todo o texto que não é ficcional tem uma função especificamente utilitária. É o caso dos discursos (convencer), das atas oficiais (registrar), dos textos científicos e dissertações (explicar e esclarecer), dos textos históricos (documentar) e das matérias jornalísticas (informar). Ao contrário, o texto literário tem uma função essencialmente estética, ainda que em seu conjunto possa oferecer uma infinidade de outras funções, já que “o plano de expressão não serve apenas para veicular

conteúdos, mas recria-os em sua organização, de um modo que importa não apenas o que é dito nele, mas o modo como se diz” (COIMBRA, 1993, p.17-18).

METODOLOGIA

O suporte bibliográfico deste trabalho foi escolhido buscando contemplar duas áreas que se completam – jornalismo e literatura. Para a metodologia de análise da reportagem, foram definidas quatro categorias: *ficcionalidade* e *personagens*, quanto ao estabelecimento de parâmetros para distinguir entre o plano do real e o do fictício e separação entre os estatutos de narrador e autor, narratário e leitor, personagem, pessoa e tempo; *exposição*, processo de descrição e funcionalidade de índices e de informantes, visualização da descrição como forma de compor ações e personagens, a partir da instalação de elementos e funções que contribuem para presentificar os episódios narrados; e *foco narrativo*, em que foram analisados os processos de enunciação e caracterização do narrador e do narratário, o tratamento dispensado à focalização e ao tempo da narração, e a análise dos recursos linguísticos que estabelecem as relações de distância e de perspectiva.

RESULTADOS

Por meio da análise de conteúdo, foi possível identificar na reportagem citada a presença de uma forte intencionalidade dramática por parte da autora, Solange Azevedo, que também assume o papel de narradora *autodiegética* – ou seja, sua presença faz parte do mundo *diegético* da história. Sua relação com seu entrevistado, Marco Antonio Heredia Viveros, ex-companheiro de Maria da Penha, é descrita em detalhes, a fim de caracterizá-lo como personagem central da narrativa. Suas vestimentas, seus modos de se portar, sua fala e seus trejeitos, no espaço de tempo da entrevista e da sua chegada ao aeroporto, são narrados a fim de transmitir uma impressão ao leitor. Sem poder fazer juízos de valor acerca do caráter e temperamento de Heredia, a narradora utiliza o artifício para construir a representação de uma personagem correspondente à imagem que quer imprimir dele.

DISCUSSÃO

Uma notícia de jornal e mesmo uma reportagem de revista pode ser, em geral, resumida sem perder sua essência e sua força. Um texto narrativo-literário, por sua vez, pode até ser resumido, mas apenas na condição de se criar um panorama da história, nunca para transmitir sua real função e força de comoção. Ao se resumir um texto narrativo, perde-se o seu essencial. O seu poder se concentra não apenas na história e em seus detalhes minuciosos,

mas igualmente no seu discurso, na sua forma de contar. O texto que usa da artificialidade, que se vale da função estética, é, por exemplo, o único que tem a capacidade de transformar vícios em figuras de linguagem, de criar intertextualidade, neologismos, atribuir novos significados às palavras e “desautomatizá-las, ao estabelecer relações inesperadas e estranhas entre elas” (COIMBRA, 1993, p.17-18). Quando nesse processo a função do texto jornalístico se conjuga à estética, que Coimbra chama de “o prazer do texto” (1993, p.18), ocorre uma mescla entre o que é utilitário (informar, relatar fatos verídicos) e o que é sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos, falar de narrativa literária como uma realidade palpável em jornais diários e revistas semanais, em cursos de Comunicação, era quase um tabu. Nunca se procurou defender com tanto louvor a imparcialidade do repórter, a objetividade do texto, distanciando cada vez mais a atividade jornalística da interpretação, da opinião e do ponto de vista. Com o surgimento e o crescimento de revistas como *piauí*⁴, *Rolling Stone Brasil* e *Brasileiros*, o jornalismo literário voltou a ganhar força e a pautar discussões acadêmicas. E não apenas tais revistas, especializadas em cultura ou voltadas a públicos intelectualizados, têm sido responsáveis por levar o gênero adiante, como também diversas outras publicações – de caráter primariamente informativo – têm dado espaço a reportagens influenciadas pela forma literária de se narrar, de expor ao leitor histórias e personagens mais intensas e interessantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Solange. “A Maria da Penha me transformou num monstro”. IstoÉ, São Paulo, n. 2.150, p.51-56, jan. 2011.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____ (org.). **Análise estrutural da narrativa**. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008, p. 19-62.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo-SP: Ática, 1993.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Narratologia**. Coimbra: Almedina, 2002.

SARAIVA, Juracy Ignez Assmann. Narrativa literária: aspectos composicionais e significação. IN: _____. **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

INOVAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR QUÍMICO DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS, RS – BRASIL

UÉLINTON TELMO ERMEL¹

JOÃO ALCIONE SGANDERLA FIGUEIREDO²

DUSAN SCHREIBER³

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico isoladamente não proporciona melhores condições de vida para a sociedade como um todo e as evidências científicas indicam que a economia global já está grande demais para o ecossistema que a sustenta. Nesse sentido, constata-se que a variável ambiental se torna cada vez mais relevante neste contexto. A problemática nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde se materializa o conflito entre a relação homem e meio natural fica evidenciado, abordam os assuntos como crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Considerando o cenário da globalização da economia, em que a busca da competitividade faz com que as organizações invistam em tecnologia e inovação, valorizando a qualidade, o conhecimento e as competências, de modo a encontrar alternativas que lhes proporcionem vantagem em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, verifica-se que a preocupação com o meio ambiente acaba em segundo plano nas organizações, mas que, de certa forma, pode contribuir de forma positiva para o crescimento das organizações, assim como para a melhora do meio ambiente.

Nessa contextualização de preocupação com as questões ambientais e com o desenvolvimento econômico com uma maior competitividade, surge a Hipótese de Porter, que aponta para a perspectiva da existência de sinergias entre competitividade e preservação do meio ambiente. Esse argumento central, que consiste na imposição de normas e padrões ambientais adequados que podem estimular as empresas a adotarem inovações que reduzam seus custos ou agreguem valor aos seus produtos e processos, melhora a competitividade das organizações. (PORTER; VAN DER LINDE, 1995).

Desta forma, observa-se que a inovação e a tecnologia são variáveis, porque estão sendo cada vez mais consideradas como obrigação pela maioria das organizações, principalmente quando relacionadas com as questões ambientais. Nesse caso, são consideradas impactantes nos dois sentidos, tanto positiva quanto negativamente. Isso porque, por um lado, são a causa de muitos

1 Mestre em Qualidade Ambiental e bacharel em Administração pela Universidade Feevale.

2 Doutor em Estructura Social Cultura Trabajo y Organizaciones pela Universidad Complutense de Madrid (2008). Atualmente é professor da Universidade Feevale.

3 Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor da Universidade Feevale.

problemas ambientais, em função da geração de poluentes que degradam os sistemas vitais, como a água potável, o ar puro e o solo fértil; por outro lado, são a chave para resolver esses problemas, com o surgimento de novas tecnologias ambientais com a premissa de contribuir com a redução do impacto ambiental.

Com base na premissa de que a inovação pode ser analisada sob duas perspectivas: como promotora de benefícios econômicos, mas que pode gerar impactos ambientais positivos ou negativos e com a necessidade de aprofundar os estudos relativos à temática ambiental no Brasil, o presente estudo propõe-se a analisar o impacto da inovação sob a ótica ambiental nas empresas do setor químico localizadas na região do Vale do Sinos, Rio Grande do Sul, por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, descritiva e exploratória, visando identificar a inovação nas organizações, as características ambientais e os resultados dessa inovação.

2 INOVAÇÃO AMBIENTAL

A literatura indica Joseph Alois Schumpeter como um dos pioneiros e principais autores no que se refere à importância da inovação para o desenvolvimento econômico. De acordo com Schumpeter (1982), a inovação é a introdução de um novo bem no mercado ou uma nova qualidade de um bem, introdução de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a descoberta de novas matérias-primas ou o estabelecimento de novas organizações, ou métodos de organização.

Inovação corresponde a novas formas de organizar recursos, gerando novos produtos, processos e serviços de forma a realizar lucros acima do normal. O lucro é possível, pois a produção de inovações conduz ao desequilíbrio do mercado. Essa condição, no entanto, é transitória, pois, na medida em que as inovações são imitadas por outras firmas ou substituídas por outras inovações, os lucros cessam. Portanto, a possibilidade de obter lucro é um incentivo à produção contínua de inovações (SCHUMPETER, 1982; DAROIT; NASCIMENTO, 2004).

De acordo com Konnola, Carrillo-Hermosilla e Gonzalez (2009), os desafios da competitividade econômica global, as desigualdades sociais e a dimensão dos problemas ambientais aumentaram a preocupação e a conscientização para a necessidade de mudança e renovação no padrão tecnológico e dos padrões do atual comportamento social. Além disso, segundo os mesmos pesquisadores, a conscientização ambiental pode produzir respostas inovadoras, que gradualmente movem a sociedade para o desenvolvimento de uma forma mais sustentável.

Na visão de Daroit e Nascimento (2004), a inovação está totalmente associada ao enfoque econômico, sendo tratada apenas como forma de obtenção de lucros extras pelas empresas, por

meio de vantagens competitivas decorrentes da produção de novos produtos ou processos que agregam valor para o cliente. Esses autores enfatizam, no entanto, que é preciso uma maior compreensão por parte das organizações sobre o papel da inovação com relação a seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente.

Buscando definições para a inovação ambiental, em artigos empíricos, identifica-se os autores Rennings (2000), Kemp e Arundel (1998) e Rennings e Zwick (2002) são as mais citadas para inovação ambiental. Em função disso, o presente estudo norteia-se pelo conceito de inovação ambiental, que, de acordo com Rennings (1998), é a inovação que reduz os encargos ambientais em pelo menos um item e, assim, contribui para a melhoria da situação ambiental. De acordo com Hellstrom (2007), as inovações ambientais são inovações ecologicamente amigáveis, porque melhoram as soluções anteriores em termos de redução do consumo de energia, da utilização do espaço e da conservação da biodiversidade, possivelmente através da realização de sinergias entre esses fatores.

Reid e Miedzinski (2008) consideram que eco-inovação significa a criação de novos produtos a preços competitivos, com processos, sistemas, serviços e procedimentos concebidos para satisfazer as necessidades humanas e proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos, com o uso mínimo de recursos naturais por unidade de produção e com uma liberação mínima de substâncias tóxicas.

A definição geral de uma inovação considera três aspectos: tem que ser baseada no conhecimento de novas tecnologias, deve ter sido já implementada (ou seja, novos produtos devem ter sido introduzidos no mercado ou novos processos deve ter sido introduzidos na empresa), além disso, a inovação pode ser nova para a empresa em si, não necessariamente para o mercado. Inovações em tecnologias ambientais consistem em inovações de produtos novos ou modificados e processos para evitar ou reduzir a carga ambiental (Rennings; Zwick, 2002).

Por fim, a partir utilização dos conceitos de inovação ambiental e de eco-eficiência, pretende-se orientar o caminho da estrutura de análise da inovação e suas características ambientais, propostos no presente estudo, buscando identificar os seguintes itens: tipos de inovação, benefícios da inovação, características ambientais (tecnologia e foco de atuação) assim como as motivações e os impactos dessas inovações nas organizações.

3 METODO

O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, registrando e descrevendo os fatos observados sem interferir neles, além de descrever as características de determinada população ou

fenômeno. Destaca-se que a pesquisa possui duas abordagens. No primeiro momento, realizou-se uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, por meio de uma entrevista baseada em um roteiro semiestruturado, de caráter exploratório, investigando quatro empresas do setor químico, para formular questões com a finalidade de desenvolver hipóteses para a construção do questionário da segunda etapa. No segundo momento, foi realizada a pesquisa com as empresas do setor químico localizadas na região do Vale do Sinos, de forma quantitativa, por meio de um questionário.

Do ponto de vista dos procedimentos a pesquisa passa pelas seguintes etapas: bibliográfica, documental, pesquisa de campo, entrevista e, por fim, a aplicação de um questionário (*survey*).

Quanto a abordagem do problema, destaca-se que a pesquisa possui dois enfoques, uma etapa qualitativa de caráter exploratório e outra etapa quantitativa sendo descritiva.

No primeiro momento realizou-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de formular questões ou um problema com a finalidade de aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para uma pesquisa futura mais precisa, além de modificar e clarificar conceitos e contribuir com análise dos resultados do estudo. Esta etapa é de extrema importância para a construção do questionário, técnica esta determinante para tal pesquisa. Para isto, utilizou-se entrevistas com roteiro semiestruturado, analisando quatro empresas do setor químico, com o objetivo de observar a percepção das empresas sobre o desenvolvimento de produtos e processos, além de identificar seus benefícios e impactos, tendo como foco principal a temática inovação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção aborda a análise do impacto ambiental, que é o foco principal do presente estudo, sendo dividida em três partes: motivações ambientais, foco da tecnologia desenvolvida e características dessas inovações.

Quanto as razões ou motivações para as empresas desenvolverem tecnologias com menor impacto ambiental, considera-se a proposição de Kemp e Arundel (1998), que identificam os seguintes aspectos: demandas dos clientes ou consumidores; demandas de investidores ou acionistas; cumprimento de normas ambientais; regulamentações Ambientais; reduzir custos de produção; segurança dos funcionários; exigência de grupos e movimentos ambientais ou cidadão.

(4,64 pontos), cumprimento de normas ambientais e redução de custos de produção (4,56 pontos) e regulamentações ambientais (4,46 pontos).

Arundel e Kemp (2009) indicam que os condutores da inovação ambiental são a regulamentação, a demanda dos usuários, a captação de novos mercados, a redução de custos e a imagem institucional, assim como uma boa legislação, que pode estimular as tecnologias ambientais. Dessa forma, sinalizam que as empresas abordadas acabam cumprindo com suas obrigações para se manterem no mercado e não buscam desenvolver tecnologias para agregar valor aos negócios de novas tecnologias e também não buscam somente reduzir custos, mas ampliar os negócios.

Referente às tecnologias ambientais desenvolvidas pelas empresas, observa-se que os principais resultados são: os sistemas de eliminação e redução de resíduos (4,16 pontos), as produções limpas, que geraram um menor impacto ambiental (4,13 pontos) e as tecnologias limpas ou processo de tecnologia de produção integrada (4,02 pontos). Verifica-se que, assim como nas entrevistas realizadas, as empresas continuam com o enfoque na redução do consumo de resíduos, no processo e na preocupação com a reutilização de alguns resíduos, e não com o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias. Assim como apontam Rennings e Zwick (2002), a principal preocupação das empresas são as tecnologias de fim de tubo ou de remediação, que atuam no sentido de controlar a poluição após a geração das emissões e dos problemas ambientais.

Desta forma, observa-se que todos os itens são considerados importantes. No entanto, alguns itens são apontados como mais importantes nas inovações de produtos desenvolvidas, que são: redução da intensidade do consumo de material; otimização do uso de materiais renováveis e aumento da intensidade do serviço agregado. Já na inovação de processos, os itens com maior destaque são: aumento da reciclabilidade; redução da dispersão de substâncias tóxicas e aumento da intensidade do serviço agregado.

Uma visão geral das tecnologias ambientais no sistema de produção de resíduos mostra, que existem diferentes vias para a redução do uso de recursos, para gerar menos resíduos e reduzir as emissões poluentes. As diferentes opções podem ser organizadas em uma hierarquia, que vai desde o melhor para o menos eficaz: eliminação de desperdícios, redução na fonte, reciclagem (interna e externa), tratamento e eliminação (KEMP; ARUNDEL, 1998).

Nesse sentido, objetivos que buscam a redução de desperdícios e as sinergias com subprodutos conduzem à utilização mais eficiente de recursos em um processo e criam um benefício financeiro adicional. Em resumo, as empresas tornam-se ecoeficientes, porque permitem a criação de mais valor com menos recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trabalhou a inovação ao nível das organizações, identificando as características ambientais e o impacto das inovações desenvolvidas pelas empresas do setor químico da região do Vale do Sinos.

Ao identificar as tecnologias ambientais desenvolvidas pelas empresas, assim como suas características e motivações para realizarem tais inovações, foi possível averiguar que as empresas possuem um enfoque na redução do consumo de resíduos, no processo e na preocupação com a reutilização de alguns resíduos. Pode-se considerar, dessa forma, que a principal preocupação das empresas são as tecnologias de fim de tubo ou de remediação, que atuam no sentido de controlar a poluição após a geração das emissões e dos problemas ambientais.

Do ponto de vista ambiental, como indica Barbieri (2006), as práticas de controle da poluição apresentam-se como soluções pobres, por estarem focadas nos efeitos e não nas causas da poluição e por alcançarem pouco retorno sobre o montante de recursos que a empresa utiliza.

Ressalta-se que o que determina a adoção de uma estratégia de inovação são as pressões do lado da oferta. Essas pressões de demanda, que incidem sobre o mercado empresarial, assim como apontado no estudo, são as normas e regulamentações ambientais, as preocupações com os funcionários e o enfoque na redução de custos. De acordo com Rennings e Zwick (2002), contudo, o cumprimento de normas ambientais e a redução de custos são as variáveis mais importantes.

Além disso, observa-se que um dos principais resultados nas inovações de produto e processo é a intensidade do serviço agregado, que indica que vender um serviço, em vez do produto em si, favorece a possibilidade do cliente receber a mesma necessidade com menos materiais e recursos. Com isso, os objetivos de redução de desperdício e sinergias com subprodutos conduzem à utilização mais eficiente de recursos permitindo a criação de maior valor.

Uma análise criteriosa dos resultados obtidos por meio da presente pesquisa, tanto em termos de seus achados quanto relacionados às suas limitações, permitem apresentar sugestões para futuros estudos relacionados ao tema. Nesse sentido, em caráter geral, sugere-se realizar a mesma pesquisa com um escopo maior, com a inclusão de diferentes setores econômicos. Essa ampliação permitirá a discussão de outros elementos, notadamente aqueles relacionados à eficácia e eficiência da regulamentação ambiental como fator presente na dinâmica econômica. Um escopo mais

alargado possibilita, além disso, estabelecer comparações e agrupar os respondentes a fim de inferir diferenciações entre os grupos.

ARUNDEL A.; KEMP, R. **Measuring eco-innovation**. UNU-MERIT Working Paper Series, 2009. Disponível em: < <http://www.merit.unu.edu/publications/wppdf/2009/wp2009-017.pdf> >. Acesso em: 20/04/2012.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. [1. ed.] São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

BEISE, M.; RENNINGS, K. Lead markets and regulation: a framework for analyzing the international diffusion of environmental. **Ecological Economics**, v.52, n.1, p. 5–17, 2005.

CARRIÓN-FLORES, C.; INNES, R. Environmental innovation and environmental performance? **Journal of Environmental Economics and Management**, 59(1):27-42. 2010.

FIGUEIREDO, J. A. S., DAROIT, D.. 2010. O Modelo de Desenvolvimento e o Meio Ambiente: a Indústria Curtidora do Vale do Rio dos Sinos. In: XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro / RJ – 25 a 29 de setembro de 2010. **Anais da ANPAD**, 2010.

KEMP, R., ARUNDEL, A. **Survey Indicators for Environmental Innovation**. MERIT (Maastricht Economic Research Institute on Innovation and Technology), 1998, Netherlands. Disponível em: <http://survey.nifu.no/step/old/Projectarea/IDEA/Idea8.pdf>. Acesso em 02/04/2012.

NAGATSUYU, L. K.; CUNHA, S. K. Indicadores da inovação ambiental para organizações nas perspectivas do Balanced Scorecard. In: XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2011, São Paulo. **Anais do XIII ENGEMA – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/upload/pdf/2011/240-167.pdf>> Acesso em: 15/06/2012.

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de oslo: Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre a Inovação**. Rio de Janeiro: FINEP, 2005 - 3ª Edição.

PORTER, M.; VAN DER LINDE C. (1995). Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship, **Journal of Economic Perspective**, 9(4), 97–118.

RENNINGS, K. Redefining innovation-eco-innovation research and the contribution from ecological economics. **Ecological Economics**, v. 32, p. 319-332, 2000.

RENNINGS, Klaus; ZWICK, Thomas. **The employment impact of cleaner production on the firm level empirical evidence from a survey in five european countries**. Mannheim, Mar. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/fth/ceeuer/01-08.html>>. Acesso em: 20/07/2012.

SCHUMPETER, J. L.. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Sao Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

OS CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL À LUZ DA LC 140/2011

Fernanda da Luz Gomes*. Feevale.

Palavras-Chave: Licenciamento ambiental. Competências. LC 140/2011.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa abordar-se-á o licenciamento ambiental, mormente a questão da competência para tal ante a promulgação da LC 140/2011, contexto que se faz de suma importância para o quadro jurídico-ambiental brasileiro, uma vez que o sucesso deste instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente permite a mitigação dos possíveis danos ambientais trazidos pelo crescimento econômico. O método de pesquisa empregado foi unicamente indutivo, através da reunião de diferentes posições doutrinárias e jurisprudenciais no campo do Direito Ambiental brasileiro, bem como dados normativos. Na pesquisa analisar-se-ão os alguns dos critérios de competência da recente LC 140/2011, que altera a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente ao fixar normas de cooperação entre os entes federativos, regulamentando o parágrafo único do artigo 23, da Constituição Federal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ordenamento jurídico pátrio, estabeleceu o artigo 23, da Constituição Federal, que é comum a competência executiva em relação ao meio ambiente, atribuindo-se uma série de ações a serem desenvolvidas por todos os entes.

Assim agindo, o legislador constituinte instituiu entre tais entes uma forma de atuação administrativa conjunta em benefício da preservação e proteção ambiental¹, desde que a atuação de um ente não macule a competência de outro, estabelecendo-se uma espécie de *federalismo cooperativo*² no tocante à matéria ambiental.

Isso se deve a omissão do texto constitucional quanto à fixação dos exatos limites do que seja o interesse nacional, regional ou local, o que tem provocado, por conseguinte, omissões e

* Pós-graduanda em Direito Ambiental pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, advogada e voluntária do Programa de Aperfeiçoamento Científico da Universidade Feevale.

¹ Art. 23, I, III, IV, VI, VII, IX e XI, da Constituição Federal.

² PADILHA, Norma Sueli. *Fundamentos Constitucionais do direito ambiental brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 208.

sobreposições de competência ambientais³, dificultando, em muitos casos, a atuação do poder de polícia ambiental, principalmente na seara da fiscalização e do licenciamento ambiental.⁴

Nesse passo, durante muito tempo perdurou uma lacuna legislativa tocante à competência para a atividade licenciatória, ante a previsão constitucional de uma lei complementar, referida no parágrafo único do artigo 23, que viesse a fixar normas para a cooperação entre os entes federados. Competência essa que, registre-se, é ao mesmo tempo, *direito e dever*⁵ dos entes federados.

Assim, de encontro a referida exigência constitucional, em 08 de dezembro de 2011, foi promulgada a LC 140, que fixou normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do artigo 23, da Constituição Federal para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção ambiental, reproduziu o entendimento da Resolução Conama 237/97 sobre licenciamento ambiental, alterou a Lei 6.938/81 e, ainda, definiu a atuação supletiva⁶ e subsidiária⁷.

Consoante referido, até a edição desta Lei Complementar a questão atinente à competência causou diversos problemas quanto à identificação desta entre os entes no licenciamento de atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental⁸, situação elucidada em diversos julgados, dentre os quais destaca-se o julgamento do agravo de instrumento no processo autuado sob o número 98030831372, que tramitou junto ao egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no qual entendeu a 3ª Turma que não foi comprovada a alegada ultrapassagem de limites do impacto ambiental no Estado federado em que pese a construção da hidrelétrica em questão ter acontecido em rio que banha mais de um Estado, acolhendo-se desta feita a disposição contida na Resolução Conama 237/97, acerca da unidade de licenciamento ambiental.⁹

³ Destaca-se, nesse sentido, o acórdão do TRF 4ª Região, nos autos da Ap em Ms 9804084872, julgada em 12/09/2000 e publicada no Diário Oficial da União em 22/11/2000, a qual teve como ementa: “ADMINISTRATIVO MEIO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE LICENCIAMENTO ESTADUAL ATUAÇÃO SUPLETIVA DO IBAMA. 1 Se o órgão ambiental estadual licenciou a obra de forma indevida, nada impede que o IBAMA intervenha de forma supletiva, para garantir a preservação do meio ambiente (precedente) 2 O interesse privado não pode, de maneira alguma, se sobrepor aos interesses difusos, dentre os quais enquadra-se o meio ambiente 3 A licença ambiental tem natureza autorizatória, devido seu caráter precário. Apelação improvida.”

⁴ PADILHA, Norma Sueli. *Fundamentos Constitucionais do direito ambiental brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 209.

⁵ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 287.

⁶ Atuação do ente federativo que se substitui àquele originariamente detentor da atribuição, nas hipóteses definidas na Lei Complementar em comento.

⁷ Ação do ente federativo que visa auxiliar no desempenho das atribuições advindas das competências comuns, quando instado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições determinadas na referida Lei Complementar.

⁸ GUERRA, Sidney. O licenciamento ambiental de acordo com a LC 140/2011. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 66, abr.-jun. 2012, p. 160.

⁹ Nesse sentido é a ementa acórdão referido, de relatoria do Juiz Baptista Pereira, em julgamento datado de 30 de outubro de 2002: “Processual Civil. Agravo de Instrumento. Ação civil pública. Licença para construção de usina

Agora, contudo, com o advento da LC 140/2011, União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão atingir os objetivos previstos no artigo 3º¹⁰, da referida Lei, através do desenvolvimento de ações de cooperação entre os entes, visando harmonizar e integrar as políticas governamentais de modo a garantir a proteção ambiental e afirmar o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, consoante a Lei em tela, havendo interesse de mais de um ente federativo no licenciamento de determinada atividade ou empreendimento, pode haver manifestação no procedimento licenciatório. Entretanto, esta terá caráter tão somente opinativo e deverá observar os prazos previstos para o licenciamento.¹¹

Outra novidade trazida pela Lei Complementar é a previsão da atuação supletiva do Estado. Nos termos da novel Lei, inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve exercer as ações administrativas municipais até a sua criação.¹² E, ante a irrefutável precariedade dos órgãos ambientais na significativa maioria das cidades brasileiras (quando eles existem), conjectura-se uma inevitável sobrecarga das atividades dos Estados membros.¹³

A LC 140/2011 procura, portanto, sanar o sério problema tocante ao conflito de competência que vem ocorrendo em diversos segmentos que atuam no campo ambiental, com vários desdobramentos no Poder Judiciário, o que não raras vezes causa sérios prejuízos ambientais.

METODOLOGIA

hidrelétrica. [...] Não comprovada a alegação de o impacto ambiental ultrapassar limite do Estado de São Paulo, apesar de a construção de hidrelétrica dar-se em rio que banhe mais de um Estado. 3. A Res. 237, que define as atribuições dos órgãos estaduais e federais de controle do meio ambiente, tem por fim evitar a superafetação, quando desnecessário, de licenciamentos, até porque não se entende que em matéria política ambiental o órgão estadual atribua-se mais responsabilidade do que a que já tem. 4. Não se apresenta conducente a relevância do argumento jurídico, no momento, o simples fato de que o bem atingido seja de propriedade da União, porquanto não se interliga o domínio do bem com a necessidade de atuação dos órgãos encarregados da política ambiental, a qual pode ser realizada circunscrita ao Município, ao Estado e à União, ou mesmo em concomitância. [...]"

¹⁰ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar:

I - proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;

II - garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;

III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

IV - garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

¹¹ Art. 13, § 1º, LC 140/2011.

¹² Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses: [...] II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação.

¹³ SILVA, Romeu Faria Thomé da. Comentários sobre a nova Lei de Competências em matéria ambiental (LC 140, de 08.12.2011). *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 66, abr.-jun. 2012, p. 59.

O método de pesquisa a ser utilizado será indutivo, com método de procedimento histórico, comparativo e estudo de caso. Tendo como técnicas de pesquisa as posições doutrinária, jurisprudencial e legislativa, no âmbito do direito ambiental brasileiro.

RESULTADOS

A LC 140/2011 aplaca o antigo debate quanto à ilegitimidade de uma resolução para a aferição de competências ambientais. Logo, a discussão a respeito de eventual excesso regulamentar do Conama mitiga-se ao passo em que a Lei Complementar em comento segue grande parte dos critérios já previstos na Resolução Conama 237/1997. Ou seja, a nova lei de competências ambientais, em seu viés material, apresentou poucas inovações tocante aos critérios outrora adotados. Mas, em que pese pouco ousados, almeja-se que os (novos) critérios colaborem para o aprimoramento do sistema nacional de proteção ambiental.

DISCUSSÃO

A definição de competências em matéria ambiental sempre se constitui em tema assaz relevante ao passo em que está intrinsecamente ligado à atuação do Poder Público na proteção ao meio ambiente, bem constitucionalmente tutelado. Espera-se, portanto, que com o advento da referida Lei Complementar problemas relativos à competência para promover o licenciamento ambiental possam ser pacificados, evitando-se conflitos desnecessários entre os diversos entes da federação que acabam por se arrastar no judiciário brasileiro, propiciando desgastes e prejuízos, garantindo-se, em contrapartida, um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito constitucional e intergeracionalmente assegurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, sem o intuito de tratar exaustivamente o tema, esta pesquisa se propôs a fazer análise da competência o licenciamento ambiental ante a promulgação da LC 140/2011, a qual apresenta alguns novos critérios (e outros nem tanto) para a definição da competência licenciatória. E, assim, a LC 140/2011 que se propõe a elucidar esta lacuna legislativa, uma vez que visa harmonizar as políticas e ações administrativas para impedir a sobreposição de atuação dos entes federados, garantindo a consonância da política ambiental em todo território nacional.

REFERÊNCIAS

PADILHA, Norma Sueli. *Fundamentos Constitucionais do direito ambiental brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

GUERRA, Sidney. O licenciamento ambiental de acordo com a LC 140/2011. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 66, abr.-jun. 2012.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. Comentários sobre a nova Lei de Competências em matéria ambiental (LC 140, de 08.12.2011). *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 66, abr.-jun. 2012.

UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES REGULATÓRIAS DA MÍDIA VOLTADAS PARA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA CULTURA DO CONSUMO.

Analu Schmitz horlle -Feevale¹
Saraí Patricia Schmidt - Feevale²

Palavras chave: Consumo. Mídia. Criança e adolescente.

1 INTRODUÇÃO

A forte presença da mídia na vida social e cultural é uma característica central dos nossos tempos. Desta forma ela não pode ser deixada de lado pelas políticas públicas, seja no que se refere ao estímulo à produção de conteúdos de qualidade, ou seja, na adoção de medidas que visam regularizar o que é oferecido para crianças e adolescentes.

O desenvolvimento de políticas de comunicação destinadas à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes deve ser uma das prioridades das sociedades contemporâneas. A mídia ocupa um lugar central na socialização de crianças e adolescentes, funcionando como mediadora da relação das pessoas com o mundo. Assim, os conteúdos midiáticos influenciam o comportamento e hábitos das pessoas.

A televisão e a internet, dentre outros, são meios de comunicação incorporados à vida milhões de meninos e meninas no Brasil. Vários estudos demonstram que crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo assistindo programas que nem sempre são de boa qualidade ou adequados à sua faixa etária, conversando em salas de bate-papo na internet, visitando as mais diversas páginas ou baixando música ou filmes da rede – muitas vezes, sem o acompanhamento de pais ou responsáveis.

Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE em 2011, a televisão aparece em primeiro lugar, como o meio de comunicação mais acessado no Brasil, atingindo 97% da população.

¹ Graduada em Relações Públicas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em diversidade e Inclusão da Universidade Feevale

² Doutora em educação pela Universidade federal do rio Grande do sul. Docente permanente da Universidade Feevale.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo Analisar e discutir as diretrizes que estão na base de organização das ações regulatórias das mídias voltadas a proteção de criança e adolescentes, a partir do mapeamento de documentos e discussão com profissionais da área do direito, comparando os limites e possibilidades das políticas públicas da regulação da mídia no Brasil, através das seguintes questões norteadoras: Quais as diretrizes que estão na base de organização das ações regulatórias das mídias voltadas a proteção de criança e adolescentes? Em função dessas diretrizes, quais os limites e possibilidades das políticas públicas da regulação da mídia no Brasil na proteção a criança e adolescentes? Quais são as diretrizes das políticas públicas de ações regulatórias da mídia, voltadas à proteção de crianças e adolescentes?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta primeira etapa o estudo buscará aproximações com autores que discutam a cultura infantil, concepções de infância, relação mídia, consumo e criança. A partir desta apropriação será delineado o quadro teórico da pesquisa.

A infância é uma construção histórica e social da humanidade. Para o crítico Neil Postman (1994), “ao contrário da faixa etária infantil, a infância é um artefato social e não uma categoria biológica”. Desta forma, assumindo esta concepção de infância, é necessário colocar em prática tudo o que diz respeito a esta temática e que se concentra em estatutos e leis voltadas para a questão da proteção da mesma.

A mídia colabora indireta ou diretamente na socialização das crianças, pois suas mensagens são transmitidas não apenas para crianças, mas também para outros atores com função de socialização como pais e professores por exemplo. Antigamente o espaço de escolarização era prioridade e “propriedade” das religiões, sendo que hoje, os Estados começam a designar os padrões da educação. Nos anos de 1960, Bandura(1969) previu que futuros avanços tecnológicos iriam conduzir a uma situação na qual a mídia assumiria o papel principal como agente de socialização. Na era da informação atual, saturada com a mídia eletrônica, família, igreja e escola não são mais as principais fontes de conhecimento perante a sociedade.

O mercado assume o papel central na construção do sujeito. Esta construção está diretamente relacionada com os objetos adquiridos, comuns e transitórios no mercado. A instabilidade do que se consome é o que move o sujeito a consumir cada vez mais, sem se apegar a valores que antigamente eram vistos com bons olhos pela sociedade. A cultura é valorizada pelo que se consome. Para Sarlo,

“A cultura juvenil, como cultura universal e tribal ao mesmo tempo constrói-se no marco de uma instituição tradicionalmente consagrada aos jovens, que está em crise: a escola cujo prestígio se debilitou, tanto pela queda das autoridades tradicionais, quanto pela conversão dos meios de massa no espaço de uma abundância simbólica que a escola não oferece. As estratégias para definir o permitido e o proibido entraram em crise” (Sarlo, 2000, pg. 39)

Para Bauman(2012), somos instigados, forçados e induzidos a comprar e a gastar- gastar o que temos e o que não temos, mas que esperamos ganhar no futuro. Mas de que maneira a criança se insere nesta história? A cultura que redefine nosso modo de vida, a forma como reorganizamos nosso tempo e preferências, faz com que substituimos o afeto e carinho por mercadorias, ou melhor, compensações. A sociedade de consumidores como define Bauman(2005), se reflete na ação da publicidade, empenhada em produzir crianças e jovens atuais. Para o autor, as crianças tão logo aprendem a ler, ou talvez bem antes, a dependência por compras já se estabelece nelas. Então, como citado por Benjamin(2005), o pequeno mundo da criança, insere-se neste mundo maior, no qual o poder de consumo já está instaurado.

De fato, o consumo já instaurado na vida do sujeito, principalmente na criança, faz com que reflitamos no que de fato e real pode ser feito para proteger as crianças e adolescentes do Brasil, diante do que acontece na maioria das casas das famílias brasileiras.

Entende-se que é preciso pensar em ações e estratégias viáveis no sentido de proteção as crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, não prejudicar a mídia, que hoje, é o grande agente de consumo presente, que induz o público infantil a consumir e que, por consequência atinge toda a família. Mas de fato, que estratégias estão sendo utilizadas neste sentido?

3 METODOLOGIA

Utilizar-se-á, na presente investigação, o delineamento descritivo de corte transversal, cujo objetivo será realizar um estudo comparativo das Políticas Públicas nos países Argentina, Paraguai e Brasil em relação as ações regulatórias sobre a mídia, voltadas a proteção de criança e adolescentes no contexto da cultura do consumo.

O caráter descritivo será contemplado pelo fato de se pretender descrever a realidade a ser investigada, sem modifica-la. Além disso a pesquisa será de caráter exploratório, com base na análise de dados primários e secundários através de pesquisa bibliográfica.

4 RESULTADOS

Em 2008 a ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância que atua na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, as faculdades de comunicação e de outros campos do conhecimento, os poderes públicos e as entidades relacionadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos e a rede ANDI América Latina, elaboraram um documento com o mapeamento da regulação dos meios de comunicação de massa em 14 países latino-americanos, com a intenção de promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes. Entre estes países temos o Brasil que possui , possui 96 projetos de lei aprovados em relação aos direitos da criança e do adolescente e mais 27 legislações, totalizando 123 projetos de leis aprovados, mas ao mesmo tempo, estas leis são frágeis, quando comparadas a outros países que conforme cita o documento, criaram regulações internas referente a horários de proteção ao público infanto-juvenil, como é o caso da Bolívia, Chile, Guatemala, Paraguai, Peru, Venezuela, além de regulações que impedem a veiculação da imagem de crianças e adolescentes em situações específicas e que foram apontadas pela Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Peru, Uruguai.

Em relação ao estudo comparativo entre Brasil, Argentina e Paraguai ainda não se tem resultados, tendo em vista que a coleta de dados encontra-se na fase inicial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário verificar o que existe de concreto no que diz respeito a proteção de crianças e adolescentes no Brasil e compará-las as diretrizes existentes nos países vizinhos, que neste trabalho serão representadas pela Argentina e Paraguai, para que se estude os limites e as possibilidades de ações de políticas públicas de regulação da mídia no Brasil.

É preciso que fique claro, que não se trata de banir a mídia da vida das crianças e sim, propor uma inter-relação entre o promover e o proteger as crianças e adolescentes. Diante disso, é preciso buscar problematizar os princípios de uma mídia de qualidade voltada à questão da promoção dos direitos da criança.

REFERÊNCIAS

ANDI- direito e comunicação. Disponível em < <http://www.andi.org.br/>>. Acesso em 29.jul.2013.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Análise 70, 2011.

Bauman, Zigmunt. **Em busca da política.**Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Bauman, Zigmunt. **Sobre educação e juventude.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Cidadania. Disponível em: < E:\Mestrado\dissertação\Direitos da criança e do adolescente\Estatutos - Portal Brasil.htm>. Acesso em: 27 de jun. 2013.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 29 de jul. 2013.

Lorenzi, Gisella Werneck. **Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx>>. Acesso em: 25 de jun.2013.

Pereira, Rita Maria Ribes; Macedo, Nélia Mara Rezende. **Infância em pesquisa.** Rio de Janeiro: NAU, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

Santos, Marta. **As lições da publicidade: um estudo sobre consumo, mídia e infância.**2012. Dissertação de mestrado – curso Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2012.

Regulação da Publicidade Infantil. Disponível em < <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/noticia-clipping/restringir-ou-nao-a-publicidade-infantil>>. Acesso em 18 de jul. de 2013.

Sarlo, Beatriz. **Cenas da vida pós moderna- intelectuais, arte e videocultura na Argentina.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

Velasquez, Miguel Granato. **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.**Disponível em: < E:\Mestrado\dissertação\Direitos da criança e do adolescente\Ministério Público - RS - Infância e Juventude.htm>. Acesso em 10 de maio de 2013.

MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES HUMANAS: A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Roberta Boldrini ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir sobre a justiça restaurativa compreendendo a como uma nova alternativa para o sistema jurídico em relação a tradicional abordagem baseada no princípio da penalização do sujeito. A teoria da Justiça Restaurativa, como prática alternativa de justiça, focaliza sua ação na perspectiva da reparação dos danos de atos cometidos ao invés da punição. Apresentando as principais diferenças entre Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva, neste texto, relatamos uma investigação a cerca da Justiça Restaurativa a partir de revisão bibliográfica. Ao finalizar, ressaltamos que a sociedade deverá passar por um rigoroso e reflexivo processo de instauração de novas formas de pensar a fim de viabilizar a prática da Justiça Restaurativa. A partir dessas novas estruturas, uma nova educação deverá ser planejada e elaborada com o uso de instrumentos reflexivos, colocando em prática uma nova cultura, novos valores e princípios.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Delito. Justiça Retributiva. Sociedade Contemporânea. Direito.

¹ Assistente Social. Pós-graduada em Administração e Planejamento de Projetos Sociais. Mestranda em Diversidade e Inclusão Social – Universidade Feevale. – RS.

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo possui o tema da Justiça Restaurativa, tendo na sua delimitação a mudança de paradigma: a justiça restaurativa nas relações humanas.

Este tema se deu pelo contato que tivemos com o início da Justiça Restaurativa no Brasil, pontualmente em Porto Alegre, com seu trabalho sendo executado através de adolescentes em conflito com a lei da terceira vara da Infância e Juventude da cidade citada acima.

Compreende-se que a justiça tradicional, ou seja, a retributiva esta vinculada a princípios em que a sociedade estipulou no decorrer dos anos, na qual, vem carregada de diversos elementos culturais e valores, sendo assim, fruto de uma construção social, pois “a Justiça Retributiva basea-se em um conceito estritamente jurídico, de crime, como violação da Lei Penal e o ato contra a sociedade representada pelo Estado. (PINTO, 2007, p. 01).

Tendo em vista a ampliação da violência nas relações sociais é que destaco um elemento paradigmático para a questão da justiça na sociedade atual sendo nomeada como Justiça Restaurativa, que vem propor uma nova configuração para o presente modelo de Justiça Retributiva. A Justiça Restaurativa visa uma “ maneira de abordar a justiça penal, que enfoca a reparação dos danos causados às pessoas e relacionamentos ao invés de punir os transgressores” (WACTHEL; MCCOLD, 2003, p. 01).

Nesta linha é que se desenvolveu o problema de pesquisa envolvendo a JR sendo permeado por qual a importância da Justiça restaurativa nas relações humanas? Tendo como objetivos:

Geral: Compreender os significados dos círculos restaurativos na vida dos adolescentes que estão cumprindo medida sócio educativa.

Objetivos específicos: Descrever como vem acontecendo os círculos restaurativos no núcleo de Justiça Restaurativos vinculados a terceira Vara da Infância e Juventude; Analisar a contribuição do círculo restaurativo na vida dos adolescentes.

É baseado nesta estrutura que vem a ser a linha desta pesquisa, no entanto evidenciamos a valor da proposta em expor os significados do círculo restaurativo para os adolescentes que estão cumprindo medida sócio educativa tendo como evidência a participação destes na metodologia do círculo restaurativo sendo este um elemento metodológico da justiça restaurativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A Justiça Restaurativa (JR) nasceu através do projeto justiça para o século 21, com bases na comunicação não violenta (CNV), que segundo Rosenberg (2006, p.32) é a “maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos o que sentimos, do que necessitamos, e o que pedimos pra enriquecer nossa vida”. Com seus princípios fundados na comunicação não violenta Rosenberg, (2009, p. 21) afirma que a CNV “uma forma de comunicação que nos leva a nos encontrarmos de coração”.

Assim a “justiça restaurativa possibilita o espaço para a fala, para a expressão de sentimentos e emoções vivenciadas, que serão utilizadas na construção de um acordo restaurativo, que contemple a restauração das relações sociais e dos danos causados”. Segundo (SOCRÁTES, apud, PRUDENTE, SABADELLI. p. 52) . Esta prática baseia-se:

Um procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pelo crime. Conforme (PINTO, 2005, p. 19).

Outro ponto de destaque é a justiça retributiva na qual baseia-se num conceito estritamente jurídico de crime, como violação da Lei Penal e ato contra a sociedade representada pelo Estado. De acordo com (PINTO, 2007, p. 01).

Assim como proposta metodológica da JR se faz necessário destacar o círculo restaurativo.

[...] o círculo restaurativo é um recurso capaz de proporcionar aos jovens, autores de ato infracional, uma experiência na qual possam desenvolver a sua auto - responsabilização: o encontro com as pessoas prejudicadas por suas atitudes, a possibilidade de colocar-se lugar do outro e o planejamento, com o apoio de familiares e da comunidade, da reparação dos danos causados a todos. (MARQUES, 2008, p. 169).

Pautado de pelos participantes o círculo restaurativo se efetiva na participação da vítima e do ofensor, instituições e pessoas envolvidas no acordo estabelecido para o encontro restaurativo. Este encontro se divide em três etapas na qual (MARQUES, 2008, p. 169, 170) aborda:

Pré – círculo – Abrange a apropriação dos fatos pela coordenação do círculo que irão prestar esclarecimentos sobre a dinâmica e sobre os princípios da JR, bem como o convite aos participantes principais, vítima e ofensor, que irão indicar outros participantes para compor o encontro. Círculo: é o momento do encontro entre ofensor, vítima e comunidade. O diálogo é proposto de maneira a proporcionar escuta, compreensão mútua e responsabilização; pós – círculo: Trata-se de um novo encontro entre os participantes do círculo para verificar o grau de restauratividade atingida pelo procedimento como um todo, e principalmente com o cumprimento do acordo proposto no círculo.

Práticas restaurativas podem estar promovendo experiências positivas para a sociedade de modo geral, mas estas devem ser estudadas e praticadas por todos os envolvidos na sociedade, assim garantindo seu espaço no cotidiano social do setor público para um possível gerenciamento de políticas públicas de inclusão social.

A justiça criminal (retributiva) é aquela que conhecemos como a justiça do olho por olho, dente por dente, aquela que a pessoa ‘merece ser punida’ pelo ato que cometeu, tendo como base o direito criminal positivo como base, para seu procedimento sendo este embasado através de um ritual solene e público, no qual o criminoso passa a ser penalizado pelo ato que cometeu esta prática, tem como objetivo de desmotivar as outras pessoas a reproduzir crimes iguais ou parecidos.

A Justiça Restaurativa é baseada em um conceito de valorização do ser humano, que tem como base o respeito do indivíduo e pelo ser que ele é em sua total essência. Entre as perspectivas de práticas restaurativas destaca.

Justiça restaurativa não é apenas um novo modo de pensar e fazer a justiça, de arejar o sistema criminal, de humanizar relações e espaços totalizantes em que decisões são tomadas por uns e cumpridas por outros, em que, portanto, os poderes e suas derivações se exercem. (Brancher, 2008, p.14)

3. METODOLOGIA

A temática a ser analisada do estudo se dará por meio da **pesquisa de natureza aplicada descritiva** que de acordo com Prodanov e Freitas, (2009, p. 139) esta procura produzir conhecimento para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. A **abordagem será qualitativa** tendo assim bases para o desenvolvimento e a análise do objeto de estudo. Prodanov e Freitas (2009) descrevem como havendo uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A pesquisa se atribui ao **estudo de caso único** que segundo Gil (2007) consiste em um estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Serão utilizadas as técnicas de **entrevista como de coleta de dados e no processo de análise** dos dados será utilizada **uma das duas estratégias analíticas gerais** que são utilizadas nos estudos de caso único ou múltiplos, o que para Yin (2007) corresponde a uma estratégia geral **baseada em preposições teóricas**.

4. RESULTADOS: O estudo ainda está em curso no entanto, ainda não há resultado.

5. DISCUSSÃO: Idem ao item 4

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Idem ao item 5

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Almeida Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BAUMAN. Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN. Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRANCHER, Leoberto; SILVA, Susiâni. **Justiça para o século 21 Instituinto práticas restaurativas**. Semeando justiça e pacificando violências. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- CASTEL. Robert. **A discriminação negativa. Cidadãos ou autóctones?** Rio de Janeiro: Vozes. 2008.
- CARVALHO, José Murilo de, **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das normas da ABNT**. Porto Alegre: 2010
- FERNANDES, Idilia; SCHNEIDER, Laíno Alberto. TESKE, Teske, FAGUNDES, Santos. **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: ULBRA, 2012.
- GIL. Carlos Antonio. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2007.
- IAMAMOTO. **O serviço Social na Contemporaneidade** 13 ed. São Paulo: Cortez , 2007
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI. Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7.ed. São Paulo.: Atlas. 2010.
- NEVES. José Luis. Pesquisa qualitativa. Características, uso e possibilidades. **Caderno de pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º SEM/1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 04.abr.2012.
- MARQUES. Cláudia Meinerz. Relato de experiência de Circulo Restaurativo. **Justiça para o século 21. Semeando Justiça e Pacificando Violências**, Porto Alegre, 169- 174, 2008.
- MCCOLD, Paul; WACHTEL Ted. Em busca de um paradigma: Uma teoria de justiça restaurativa. International Institute for Restorative Practices. **Trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Criminologia**, 10-15 Agosto de 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.realjustice.org/library/paradigm_port.html>. Acesso em:19, abr. 2012.
- MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa avaliativa por triangulação de métodos. Versão resumida do capítulo denominado Introdução à Avaliação por Triangulação de Métodos (2005) no livro Avaliação por Triangulação de Métodos. Editora Fiocruz (2005) e organizado por Minayo, MSC, Assis, SG & Souza, ER. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/39256454/Maria-Cecilia-de-souza-minayo-pesquisa-avaliativa-por->

[triangulacao-de-metodos](#). Acesso em 20. Abr. 2012.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa**. É possível no Brasil? In: SLAKMON, C., PINTO, Renato.G. (Org) *Justiça restaurativa*. Coletânea de artigos. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, de Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

PRUDENTE, Neemias Moretti; SABADELL, Ana Lucia. Mudança de paradigma: Justiça Restaurativa. *Revista Jurídica Cesumar*. V.8, n.1, p. 49,62, jan./jun. 2008. Disponível:<http://www.cesumar.com.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/viewFile/719/554>. Acesso em 22. Abr. 2012.

PINTO, Renato Sócrates. **Justiça restaurativa** - A era da criminologia clínica. Fórum brasileiro de segurança pública. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br>. Acesso em 23.abr.2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, de Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

ROSEMBERG. Marchall B. **Comunicação Não Violenta**. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 37. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1987.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil**: a Escola Superior de Guerra (1974 – 1989). Porto Alegre: Sulina, Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUCH, Patrice. Tecnologias da não violência e modernização da justiça no Brasil: o caso da Justiça Restaurativa. *Revista de Ciências Sociais - Civitas*, Porto Alegre, V. 8, n.3, p. 498-520, set – dez, 2008. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/4872/3830>. Acesso em 06.abr. 2012.

YIN. K. Robert. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Tradução. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

O BRASIL ESTÁ, ATUALMENTE, PREPARADO PARA ASSEGURAR OS DIREITOS HUMANOS INERENTES AOS APÁTRIDAS?

*Mariane Costa da Silva Flores - UFRGS

Palavras-chave: Apatridia. Direitos humanos. Cidadania. Nacionalidade.

1. INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 15º, é clara ao garantir o direito à nacionalidade. Contudo, ainda assim, existe a figura do apátrida - aquele que não possui uma nacionalidade. Portanto, como tema inicial tem-se a ocorrência da apatridia, todavia, a pesquisa foi delimitada à legislação brasileira nos dias atuais, ou seja, no século XXI.

O indivíduo apátrida é aquele que não têm direitos. Situação, nos dias atuais, inconcebível, sendo considerado um total desrespeito à dignidade humana e que não merece prosperar, assim, justificada a decisão do tema escolhido. Contudo, a regulamentação jurídica existente no Brasil está de acordo com as normas internacionais? Objetiva-se, enfim, esclarecer tal dúvida de maneira a apresentar uma solução plausível para a proteção dos apátridas no Brasil.

Logo, a pesquisa visa mostrar ao leitor como se sucedeu historicamente a evolução do conceito de apatridia e como se dá, na prática, o confronto do apátrida com os direitos humanos no âmbito internacional. Além de trazer a regulamentação utilizada no direito brasileiro para a proteção dessas pessoas. Para tal fim, foi utilizado da metodologia teórica, afinal de averiguar os materiais disponíveis no intuito de uma resposta.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A nacionalidade é um dos direitos humanos elencados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. É através dela que o indivíduo tem um vínculo jurídico-político, unindo-o ao Estado.¹ Assim, o Estado pode assegurar à pessoa seus direitos humanos, pois trata-se de

* Especialista em Direito Internacional e da Integração – UFRGS. Bacharela em Direito - UniRitter. Pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

um pressuposto para exigir do seu país a efetividade dos seus direitos. Em suma, nacional é o indivíduo que faz parte do Estado – é o povo – tendo direitos e privilégios garantidos pelo Estado e sendo considerado cidadão quando estiver em pleno gozo de seus direitos políticos. Do mesmo modo, no âmbito internacional, a nacionalidade pode vir a assegurar a proteção diplomática caso o indivíduo esteja em outro país e venha a ter violados os seus direitos, uma vez esgotados os instrumentos administrativos e judiciais cabíveis no caso concreto.²

A apatridia ocorre quando os seres humanos nascem sem uma nacionalidade ou são privados dela, em algum momento da vida e, portanto, desprotegidos internacionalmente.³ É comum que o apátrida seja considerado como se estrangeiro fosse pelo Estado em que se encontra, apesar de não o ser. E, por mais que esta situação viole os direitos humanos, a apatridia não é um “ilícito” internacional, sendo admitido e reconhecido pelo Direito Internacional.⁴

¹ ANDRADE, Agenor Pereira. **Manual de Direito Internacional**. 2ª edição. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978. p.77. DEL'OMO, Florisbal de Souza. *Op. cit.*, p.83.

² GOMES, Eduardo Biacchi. **Nacionalidade após a Emenda Constitucional 54/07: um direito fundamental**. Disponível em: <<http://publicações.unigranrio.edu.br/index/php/rdugr>>. Acesso em 03 de out. de 2012.

³ DEL'OMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional privado**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p.89.

⁴ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15ª edição. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.999.

⁵ UNHCR. **Nacionalidade e Apatridia**: Manual para parlamentares. Brasília, n.11, 2005. p. 06.

⁶ ZEN, Cássio Eduardo. **A prevenção a apatridia no contexto internacional**. Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.5, n.5, Jan.-Jun. 2007. p. 94.

⁷ UNHCR. **Nacionalidade e Apatridia**: Manual para parlamentares. Brasília, n.11, 2005. p. 06.

⁸ ZEN, Cássio Eduardo. **A prevenção a apatridia no contexto internacional**. Revista Brasileira de Direito

O texto legislativo brasileiro, no momento que permite a nacionalização daqueles nascidos fora do território nacional, desde que filhos de pai ou mãe(s) brasileiros, onde um dos dois ou ambos estejam à trabalho do Brasil, está abrindo uma exceção ao *jus soli* – sistema vigente no país - e permitindo o *jus sanguinis*.¹¹ Em 1997, houve, no Brasil, a promulgação de uma lei que regulamenta a situação dos refugiados no país, abrangendo também os apátridas. A Lei Federal 9.474/97 é vista como uma das mais avançadas do mundo, sendo utilizada como parâmetro por outros países.¹² Já a EC nº54/2007 traz disposições transitórias que definem que os ‘brasileirinhos apátridas’ poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente (ou em ofício de registro). E, assim, podem optar pela nacionalidade brasileira, após os 18 anos completos, junto a Justiça Federal, se vierem a residir no Brasil, conforme dispõe o artigo 12 da Constituição Federal.

3. METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu através de uma revisão bibliográfica qualitativa, partindo-se da percepção básica dos direitos humanos e do conceito de apatridia, aprofundando as averiguações através da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da legislação brasileira em vigor. O trabalho foi complementado pela jurisprudência nacional para preenchimento da lacuna trazida. Assim, buscou-se em obras nacionais e estrangeiras as perspectivas para o

Internacional, Curitiba, v.5, n.5, Jan.-Jun. 2007. p. 94.

⁹ ZEN, Cássio Eduardo. A prevenção a apatridia no contexto internacional. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v.5, n.5, pp.93-115, Jan./Jun. 2007. p. 106.

¹⁰ ACNUR. **Apátridas**. Disponível em: < www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/apatridas/>. Acesso em 20 de out. de 2012.

¹¹ MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011. p.728.

¹² PEREIRA, Gustavo de Lima. **A pátria dos sem pátria: direitos humanos e alteridade**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2011. p.44-45.

presente tema, contudo, sem o condão de querer esgotá-lo. Além disso, consultou-se as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, a fim de demonstrar e ilustrar a pertinência do tema.

4. RESULTADOS

Com os estudos realizados, chegou-se a conclusão que, atualmente, o Estado brasileiro está plenamente em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos ao proteger os apátridas em âmbito nacional, através de sua legislação. O que passa a ser um grande avanço quanto à proteção de direitos humanos, visto que poucos são os países há estarem plenamente de acordo com as respectivas Convenções sobre apatridia.

5. DISCUSSÃO

Com a resolução dos casos dos "brasileirinhos apátridas" e com a Lei 9.474/97, além da EC nº54/2007, o Brasil passa a respeitar integralmente o direito à nacionalidade, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não havendo, atualmente, a identificação de outros casos possíveis de apatridia brasileira ou falhas na legislação vigente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir do exposto, percebe-se que o Brasil, atualmente, pode ser considerado como um exemplo para os demais Estados, no âmbito do direito internacional. Ademais, o Brasil é destaque em sua legislação, que banuiu a ocorrência de apatridia de filhos de brasileiros nascidos tanto em território nacional quanto no exterior.

Ao cabo, da análise realizada, é possível afirmar que os direitos humanos são garantidos aos apátridas nos dias atuais pelo Brasil, por força das regulamentações internas existentes. No entanto, ainda há apátridas pelo mundo, demonstrando que existe uma relutância por parte de alguns Estados em reconhecer a apatridia e garantir a esses indivíduos uma melhor condição de vida digna.

7. REFERÊNCIAS

ACNUR. **Apátridas**. Disponível em: <www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/apatridas/>. Acesso em 20 de out. de 2012.

ANDRADE, Agenor Pereira. **Manual de Direito Internacional**. 2ª edição. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 de nov. de 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 54, de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc54.htm>. Acesso em 19 de nov. de 2012.

DEL'OMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional privado**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Nacionalidade após a Emenda Constitucional 54/07: um direito fundamental**. Disponível em: <<http://publicações.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr>>. Acesso em 03 de out. de 2012.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15ª edição. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **A pátria dos sem pátria: direitos humanos e alteridade**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2011.

UNHCR. **Nacionalidade e Apatridia**: Manual para parlamentares. Brasília, n.11, 2005.

ZEN, Cássio Eduardo. A prevenção a apatridia no contexto internacional. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v.5, n.5, pp.93-115, Jan./Jun. 2007.

O ARTIGO 482 DA CLT À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Cláudio Kieffer Veiga – UNIRITTER¹

Palavras-chave: Artigo 482. Justa causa. Direitos fundamentais. Não recepção.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nasce em pleno regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, no ano de 1943. Apesar dos vários avanços na área de direitos trabalhistas e sociais em prol dos trabalhadores, a CLT traz consigo parte da influência do poder do capital em suas entranhas. O exemplo disso é o art. 482 celetista, o qual arrola diversas situações em que o empregador pode considerar que o empregado rompeu com suas obrigações contratuais e, assim, sofrer a penalidade máxima nessa relação jurídica, ou seja, ver o seu contrato de trabalho resolvido pelo motivo de justa causa. Essa forma de resolução contratual unilateral acarreta para o hipossuficiente empregado, a mais traumática das formas de finalização da relação trabalhista, pois não receberá as parcelas rescisórias do aviso prévio, das férias proporcionais, da gratificação natalina, não poderá sacar os valores do fundo de garantia depositados em sua conta vinculada, em suma, recebe apenas seus dias trabalhados e, se for o caso, as férias vencidas com o seu terço constitucional. Ocorre que o art. 482 da CLT não se encontra, s.m.j., em consonância com os atuais ditames constitucionais que imperam em nosso país, principalmente os princípios fundamentais da igualdade, do valor social do trabalho, de vários princípios constitucionais processuais, dentre eles o do contraditório e da ampla defesa e, mesmo, da presunção da inocência, afetando, ainda, o próprio princípio maior da dignidade da pessoa humana. Assim, o presente trabalho procura, através de ampla consulta e pesquisa bibliográfica doutrinária, demonstrar a injusta previsão legal contida naquele desatualizado artigo celetista. Não somente isso, não se restringe a demonstrar sua desatualização frente aos novos ares dos direitos humanos, mas também de que em sua própria origem deixou de atender os princípios básicos do Direito do trabalho, dentre eles o da proteção e o da continuidade da relação de emprego.

Antes, porém, é importante aportar e relembrar a ideia do pacto social de Hobbes, a partir do século XVIII, quando se iniciou a formalização escrita de direitos mínimos do

¹ Com especialização em Direito do trabalho e previdência social pela UNIRITTER, atualmente frequentando o Curso de Mestrado, com área de concentração em direitos humanos pela mesma instituição.

homem. Não se tratava exatamente do nascimento de leis constitucionais, mas, sim, da própria declaração de direitos, onde era posto os direitos naturais e suas limitações para a necessária vida em uma sociedade organizada. Nesse sentido, e através de pesquisa bibliográfica no presente trabalho, averiguamos que, inclusive, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França surgiu em 1789 e somente em 1791 sobreveio sua constituição nacional. No artigo 4º, daquela declaração de 1789², se positivava como seria equacionada a limitação do exercício dos Direitos naturais por cada pessoa, tendo em vista a impossibilidade material para que todos os integrantes de uma sociedade pudessem ao mesmo tempo exercer determinado direito.

Não obstante a isso, o trabalho percorre pela lição de Ingo Wolfgang Sarlet, no sentido de que a expressão direitos humanos são direitos com validade universal, aplicando-se a todos os povos, e em todos os tempos, independentemente se positivados ou não em suas constituições nacionais, estando ligados ao Direito Internacional. Somente após a positivação dos direitos humanos em constituições internas é que os mesmos passam a denominar-se direitos fundamentais, todavia, ficam limitados a tempo e espaço. Ante a isso, chama-se a atenção para a utilização pela doutrina dessas duas expressões, direitos humanos e direitos fundamentais, como sinônimos.

Frise-se, ainda, a divisão tradicional do surgimento dos direitos humanos em dimensões. Originariamente, esses momentos de conscientizações de famílias de direitos, detectadas pelas suas características jurídicas comuns e peculiares³, foram denominados de gerações, todavia, com o passar do tempo evoluiu para o termo dimensões, para se evitar o pensamento incorreto de que cada geração de direitos poderia substituir a anterior, ao invés de complementá-la e ampliá-la, como nos ensina o professor Sarlet⁴. Sendo unânime e pavimentado o reconhecimento da existência de pelo menos três momentos.

A primeira dimensão dos direitos humanos se importou em proteger o cidadão contra os atos do governo, assim, surgiu os direitos das liberdades públicas para que o mesmo agisse ou não, conforme sua consciência, respeitada a lei. Os direitos humanos de segunda dimensão se preocupam com as prestações positivas por parte do Estado em prol de seu cidadão. Assim, consagram os direitos sociais, econômicos e culturais. Os direitos humanos de terceira

² DECLARAÇÃO Universal dos direitos do homem e do cidadão. 2013. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2013.

³ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.24.

⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p.45.

dimensão carregam consigo a preocupação com a coletividade e os direitos de titularidade coletiva e difusa. A doutrina elenca a preocupação com a paz, o desenvolvimento social, o ambiente saudável e equilíbrio ecológico, a autodeterminação dos povos, o patrimônio comum da humanidade, a comunicação e outros correlatos. Também chamados de direitos de solidariedade, eles completariam o lema da Revolução Francesa: *liberdade* (primeira dimensão de direitos), *igualdade* (segunda dimensão) e *fraternidade* (terceira dimensão)⁵.

A Constituição brasileira de 1988 reestruturou nosso sistema jurídico, consolidando em um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Isso repercutiu no reclame de parte da nossa doutrina sobre a atual existência de uma febre do “Estado Principiológico”⁶ que ataca nosso país. Importante pontuar que os princípios exercem grande importância em um Estado Democrático de Direito, pois dão uma unidade normativa a ser seguida, norteando as normas de uma determinada sociedade. Assim, exercem uma função normativa, bem como uma integrativa e, por fim, a interpretativa, sendo essa sua principal missão.

Anteriormente a Carta Magna de 1988, o Direito do trabalho já carregava os seguintes princípios trabalhistas basilares mais difundidos e aceitos: a) princípio da proteção; b) princípio da irrenunciabilidade dos direitos; c) princípio da continuidade da relação de emprego; d) princípio da primazia da realidade; e) princípio da razoabilidade; f) princípio da boa fé.

Identificamos na Constituição brasileira que os mais notórios princípios trabalhistas orientadores ao legislador infraconstitucional são: o princípio do valor social do trabalho (art. 1º, IV e *caput* do art. 170); o da relação protegida contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa (art. 7º, I); o princípio da não-discriminação (art. 7º, XXX até XXXII e XXXIV); o princípio da proteção à vida e integridade física (art. 7º, XXII); o da liberdade sindical (art. 8º, I), o do direito de greve (art. 9º); o da representação dos trabalhadores na empresa (art. 11); o do reconhecimento das convenções e acordo coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI); o da proteção em face da automação (art. 7º, XXVII); o da irredutibilidade salarial (art. 7º, VI), dentre outros.

Os motivos ensejadores da justa causa aplicados ao empregado estão elencados, regra geral, no art. 482 da CLT, e para o empregador no art. 483 do mesmo diploma legal. Saliente-se que se retira da leitura do art. 482 da CLT, em confronto com os direitos fundamentais, diversos defeitos de cunho constitucional na manutenção de tal dispositivo no ordenamento

⁵ *Ibidem*, p.75.

⁶ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p.15.

jurídico. O primeiro grande defeito marcado pelo art. 482 da CLT, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, foi à falta de atenção aos princípios fundamentais da igualdade e do valor social do trabalho. Ficou abalado o princípio da igualdade, pois possibilita que o empregador conduza a interpretação de ocorrência da justa causa como melhor lhe prover, sem assegurar idêntica possibilidade ao empregado. Além do descompasso do direito da igualdade, isso, acarretou, igualmente, a valorização do capital, com plena desvalorização do valor social do trabalho, o que depõe contra a melhor política social em um típico Estado Democrático de Direito.

Da mesma forma, o art. 482 da CLT inverte o princípio da presunção da inocência, pois o empregado é tratado, imediatamente, a bel prazer do empregador, como culpado até prova em contrário, isso, quando o mesmo tiver ânimo de litigar por anos em uma contenda trabalhista. Não só isso, aquele diploma acarreta ao empregado prejuízos perante a ordem processual constitucional vigente em nosso país. Veja que o princípio positivado no artigo 5º, inc. LIII, do julgamento obrigatório pela autoridade competente, naufraga perante o artigo celetista repulsado. Ainda, além da inversão do princípio da presunção da inocência, o art. 482 da CLT acarreta a privação de bens do empregado, seu emprego e parcelas rescisórias, sem um devido processo legal, pois ao mesmo não é dado à chance de qualquer tipo de contraditório extrajudicial.

Por derradeiro, salienta-se que o próprio princípio da dignidade da pessoa humana resta vilipendiado pela manutenção do art. 482 da CLT. Pois como fica a dignidade de um trabalhador, já explorado pelo detentor do capital por anos até, acusado por um fato que nem sempre está clarificado, que é simplesmente rotulado pelo seu empregador [igualmente parte na relação trabalhista] de descumpridor das obrigações contratuais em sua pior caracterização, ou seja, a justa causa. De uma hora para outra, esse empregado fica sem o meio de sobrevivência seu e de sua família, além de ficar marcado pela pecha de mau funcionário perante a sociedade. E, mesmo que mais tarde anule, judicialmente, tal penalidade, sua personalidade dificilmente será restaurada perante os seus ex-colegas, pois tal situação nem sempre é noticiada perante seu ex-empregador, até porque esse não tem o mínimo interesse em se expor perante seus subordinados, não sendo o mesmo tratamento quando da hora da despedida por justa causa, quando, não raro, deixa a repercussão da despedida por justa causa de seu ex-empregado tomar os “corredores” de sua empresa.

Dado o exposto, entendemos que o art. 482 da CLT urge em uma necessária e imediata modificação para se adequar aos ditames constitucionais de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **Direitos sociais são exigíveis**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2006.

BARZOTTO, Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**: atividade normativa da Organização Internacional do Trabalho e os limites do Direito Internacional do Trabalho. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BRANCO, Ana Paula Tauceda. **A colisão de princípios constitucionais no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

BRASIL. **Projeto de lei n. 7099, de 2002**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=76747&filenome=Tramitacao-PL+7099/2002>. Acesso em: 24 fev. 2013.

CALVET, Otávio; MENEZES, Cláudio Armando Couce de; LOPES, Gláucia Gomes Vergara; SIVOLELLA, Roberta Ferme. **Direitos fundamentais e poderes do empregador**: o poder disciplinar e a presunção de inocência do trabalhador. 2013. Disponível em: <<http://nucleotrabalhistacalvet.com.br/artigos.php>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

CAMINO, Carmen. **Direito individual do trabalho**. 4.ed. Porto Alegre: Síntese, 2003.

DELGADO, Maurício Godinho. **Poder, democracia e empresa** (O poder empregatício). São Paulo: LTr, 1996.

DIÁRIO do Senado Federal. **Projeto de lei do senado nº 83 de 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=05/04/2012&paginaDireta=11004>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FURTADO, Emmanuel Teófilo; MENDES, Ana Stela Vieira. Os direitos humanos de 5ª geração enquanto direito à paz e seus reflexos no mundo do trabalho – inércias, avanços e retrocessos na constituição federal e na legislação. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17., 2008, **Anais...** Brasília: CONPEDI, 2008. Disponível

em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/02_335.pdf>.
Acesso em: 1 mar. 2013.

GIGLIO, Wagner D. **Justa causa**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GIRÁLDEZ, Ana María Chocrón. Lá protección judicial de los derechos sociales en la Unión Europea. **Justiça do Trabalho**, Porto Alegre, n.335, nov./2011, p.81-92.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KROST, Oscar. Crítica à sistemática da dispensa por justa causa no Brasil: afronta aos princípios constitucionais da presunção de inocência, da função social do contrato e da continuidade da relação de emprego. **Justiça do Trabalho**, Porto Alegre, n.322, colocar páginas totais, out./2010, p.46-58.

LOPES, Eduardo. **Projeto de lei do senado, nº 83 de 2012**. 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=104853>.
Acesso em: 2 mar. 2013.

LUCCA, Newton de; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; NEVES, Mariana Barboza Baeta. **Direito constitucional contemporâneo: homenagem ao professor Michel Temer**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARQUES, Rafael da Silva. **Valor social do trabalho, na ordem econômica, na Constituição brasileira de 1988**. São Paulo: LTr, 2007.

MELLO, Celso Bandeira de. **Elementos de direito administrativo**. 2.ed. São Paulo: RT, 1990.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1978.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 37.ed. São Paulo: LTr, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Alessandro da; MAIOR, Jorge Luiz Souto; FELIPPE, Kenarik Boujikian; SEMER, Marcelo. **Direitos humanos**: essência do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

RECORTES DA IMAGEM DO BRASIL: A INTERTEXTUALIDADE EM CHARGES JORNALÍSTICAS SOBRE A COPA DO MUNDO FIFA 2014

André Luciano Viana, FEEVALE¹

PALAVRAS-CHAVE: . Charges jornalísticas. Intertextualidade. Imagem. Brasil

INTRODUÇÃO

O tema desse estudo parte da análise de charges jornalística e seus elementos que remetem à intertextualidade e à paródia através da cenografia apresentada. Para a delimitação do estudo, busca-se pesquisar sobre as informações a respeito de estereótipos culturais e identidades, reveladas em charges publicadas no Jornal NH, na cidade de Novo Hamburgo, do cartunista Sinovaldo, cujo tema central tratava da Copa do Mundo FIFA de 2014.

A intertextualidade traz consigo inúmeras possibilidades de acesso à informação. De forma irrestrita permitem que um número maior de acontecimentos possam ser comunicados às mais diferentes esferas sociais. Muitos desses elementos são percebidos nas charges, pois embora o texto jornalístico apresente a contextualização sócio-histórica, a referência exata, os dados, os ambientes sociais da informação, às charges cabem manifestar - de forma crítica, ironizada e bem-humorada - os fatos ocorridos naquele contexto sócio-histórico, sendo caracterizadas na maioria das vezes, como uma representação parodiada de algum episódio.

Como problema de pesquisa, busca-se identificar: Quais elementos da intertextualidade e da paródia estão presentes nas charges que abordam o tema Copa do mundo FIFA 2014? O objetivo geral é analisar elementos da intertextualidade e da paródia que estão apresentados na relação entre a cultura e identidades existentes nas charges. Complementarmente, fazem-se necessários os seguintes objetivos específicos: a) apresentar conceitos relacionados à cultura e identidades; b) descrever conceitos que revelam estudos sobre a intertextualidade e a paródia .

Em relação ao procedimento metodológico, optou-se pela pesquisa descritiva e bibliográfica. Inicia-se a análise pelo conceito de cultura e identidades e proporciona na sequência, um esboço sobre paródia e intertextualidade e então, apresenta-se as análises e as considerações parciais do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹ Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale; Especialista em Gestão Cultural e Bacharel em Administração de Empresas; Professor; E-mail: andreviana@feevale.br .

Mediante os diferentes tipos de linguagens, muitas vezes, a relação entre aquilo que é global e aquilo que é local é movida por perspectivas de distintas inter-relações. Entretanto, esta forma de relação nem sempre é comum, direta e perspicaz, principalmente no que tange à imagem que as pessoas e organizações fazem de si em suas relações com os outros (VIANA,2012).

Ao refletir sobre o processo comunicacional, Sousa (2004), revela que o próprio conceito de comunicação é difícil de ser compreendido, pois demanda de vários significados distintos, que unidos, formam uma compreensão que nem sempre é vista de forma igualitária pelos diferentes grupos de indivíduos da sociedade. Tornando-se algo abstrato, que ultrapassa as fronteiras de diferentes áreas do conhecimento.

A cultura é linguagem, faz parte de um constructo coletivo, na qual este ato de linguagem se manifesta (CHARAUDEAU, 2009). Ao mesmo tempo, Roland Barthes (2004), em sua obra, destaca que o discurso precisa de detalhes para seu convencimento, cujo preenchimento dos espaços vazios na comunicação, permite a criação de um contexto.

Em relação as charges, sabe-se que a paródia não é um fenômeno novo, já no século XIX os leitores reconhecem a paródia, observando trechos de outros textos, com a existência de uma crítica. Ainda no século XX a paródia pode ser caracterizada, de acordo com Hutcheon (1989), como um meio utilizado para homenagear alguém. Na atualidade, a paródia torna-se praticamente uma criação artística, que busca distanciamento - até certo ponto - de seu objeto de inspiração com o intuito de criar algo novo.

Assim, investigando a ambivalência da paródia, será possível perceber como a enunciação assimila alguns aspectos, reinventando-a, para compreender o mundo que o cerca, que podem ser percebidos nas charges, como textos jornalísticos, amparados no capítulo a seguir.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a pesquisa descritiva e bibliográfica, com abordagem do problema de pesquisa de forma qualitativa. Utilizou-se como suporte a análise do discurso para análise da comunicação e da interação verbal nas charges (CHARAUDEAU, 2009) e da teoria sobre paródia (HUTCHEON, 1989).

ANÁLISE

Para a análise parcial, destaca-se na Figura 1, do cartunista Sinovaldo, publicada originalmente no Jornal NH, na cidade de Novo Hamburgo-RS em junho de 2011. Nesta obra, pode-se apreciar a sintetização de alguns dos conceitos sobre a paródia.



Figura 1 - Chargista Sinovaldo e as obras da Copa

Fonte: A charge on line (2011).

Na charge, demonstra-se uma suposta obra de construção relacionada à Copa do mundo FIFA de 2014. Em destaque na área central do desenho, com o projeto em mãos, evidenciando dúvidas sobre o que deve ser feito, apresenta-se um personagem que remete ao estereótipo do Ex-Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, eleito em 2010, cujo nome verdadeiro é Francisco Everardo Oliveira Silva - vestido com as características roupas de "O palhaço Tiririca", seu reconhecido nome artístico, amplamente divulgado em diversos canais de televisão aberta no país.

À sua volta, como se fossem os trabalhadores da construção, podem ser vistos, da esquerda para a direita, uma figura que remete ao personagem "Chaves"; que ao levar uma escada, derruba pilha de tijolos. Logo ao lado, outra personalidade que leva o leitor ao herói da televisão "Chapolin Colorado"; que acabara de acertar o dedo com o martelo. Ambos os personagens lembram os seriados da televisão mexicana Televisa, que foram criados na década de 1970, sendo que em 2011 foram comemorados seus 40 anos de exibição ininterrupta, mesmo que as gravações tenham acabado na década de 1990. Seus episódios foram exportados para vários países a partir da década de 1980, tendo grande sucesso de mídia de massa também no Brasil durante décadas. Os personagens são reconhecidos por suas inadvertidas tentativas frustradas e confusas de realizar alguma atividade, muitas vezes sem quaisquer habilidades técnicas ou capacidades de concentração. Para complementar o cenário, outros detalhes remetem a imagens com aspectos de imensa desatenção com as atividades.

Percebe-se nesta charge, a profunda ironia e a sátira, caracterizadas pela cena enunciada e o contexto proposto. Estes detalhes conferem autenticidade com os conceitos apresentados por Huctheon (1989), quando comenta que a paródia utiliza-se da ironia, do ridículo, da sátira e até de outras formas para demonstrar sua vitalidade. Desta maneira, compreende-se que a paródia não

pode ser considerada apenas como uma mera reprodução de algo precisa ter um contexto, uma intencionalidade. Existe, aqui, certa intencionalidade de criticar ao sistema político atual e a desatenção a partir das obras da Copa do mundo FIFA de 2014 e, para compor este discurso, se apropria de outros personagens, que precisam ser reconhecidos pelo leitor para que possam compreender a ironia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre estes aspectos, cabe compreender que as charges analisadas desvendam uma série de informações que, em conjunto, comunicam e produzem sentimentos de aprovação ou desaprovação ao evento, causados por simbologias percebidas de formas distintas pelos autores, pois o chargista busca traduzir em imagens, suas percepções de mundo e sociedade, demonstrando a relação e influência entre cultura e identidades. A cultura e as identidades também são percebidas através dos personagens, há uma inter-relação com as simbologias, pois para o leitor que os reconhecesse, entenderia que são evidenciadas características que remetem ao caos e a falta de cuidado demonstrado - na versão do chargista - nas obras para a Copa do Mundo FIFA de 2014.

REFERÊNCIAS

- A CHARGE ON LINE.** Disponível no endereço: < <http://www.chargeonline.com.br/doano.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2011.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** Trad. Mario Laranjeiras. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CHARAUDEAU, **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2009.
- HUTCHEON, LINDA. **Uma teoria da paródia.** Lisboa: Edições 70, 1989.
- SOUZA, Leandro Almir Diniz. **Charge jornalística.** Monografia. Centro Universitário de Belo Horizonte, 2007. Disponível em < <http://www.convergencia.jor.br/bancomonos/2007/Leandrodiniz.pdf>> Acesso em: 01 ago.2011
- VIANA, André Luciano. **A imagem organizacional construída no discurso corporativo em reportagens da revista Exame: cenografia e ethos de empresas internacionalizadas.** 149 f. Dissertação (mestrado). Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2003. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Dissertacao/DissertacaoAndreViana.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.